Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

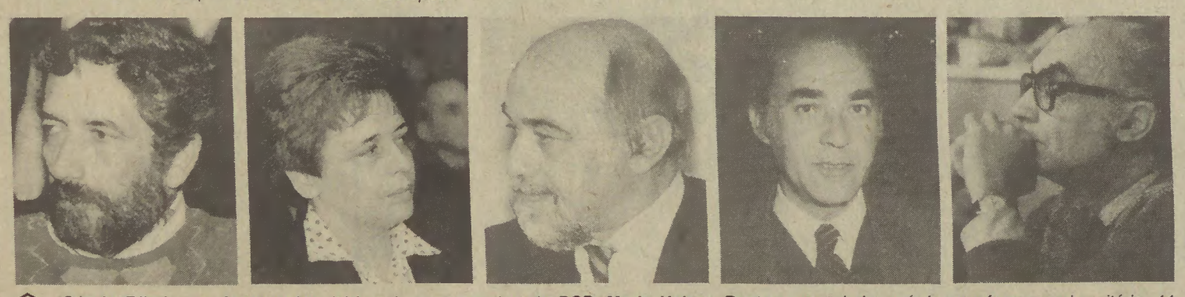
Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 – Série VII – N.º 798
13 de Abril de 1989
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Os candidatos da CDU ao Parlamento Europeu

***Carlos Carvalhas**, economista, 46 anos, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, deputado à Assembleia da República; **Joaquim Miranda**, economista, 38 anos, membro do Comité Central do PCP, deputado ao Parlamento Europeu; **José Barros Moura**, jurista, 44 anos, deputado ao Parlamento Europeu; **Maria Santos**, professora do Ensino Superior, 36 anos, membro do Executivo e do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes», deputada à Assembleia da República; **Carlos Aboim Inglez**, membro do Comité Central do PCP, 59 anos, deputado ao Parlamento Europeu*



***Sérgio Ribeiro**, professor universitário, 53 anos, membro do PCP; **Maria Helena Bastos**, engenheira química, professora universitária, 44 anos, membro suplente do Comité Central do PCP, membro da Assembleia Municipal de Lisboa; **Luís Catarino**, jurista, 62 anos, presidente do Conselho Nacional da Intervenção Democrática; **João Lopes Saraiva**, engenheiro agrónomo, 45 anos, membro do PCP, presidente da Câmara Municipal de Mora, presidente do Conselho Regional da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo; **José Saramago**, escritor, 66 anos, membro do PCP*

***Rogério de Brito**, engenheiro técnico agrário, 43 anos, membro do PCP, deputado à Assembleia da República; **José Barata Moura**, professor catedrático, 40 anos, membro do PCP; **António Murteira**, 41 anos, membro do Comité Central do PCP; **António Borges Coelho**, professor universitário, historiador, 59 anos, membro do PCP; **Blasco Hugo Fernandes**, engenheiro agrónomo, 58 anos, presidente do Conselho Directivo da Intervenção Democrática*

***Viriato Pina Moura**, economista, 35 anos, membro suplente do Comité Central do PCP; **João Andrade Santos**, economista, 46 anos, membro do PCP; **Jorge Nunes Zacarias**, radiologista industrial, membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa; **Rosa Maria Marques**, engenheira química, 43 anos, membro do PCP, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; **Maria Manuela Cunha**, animadora cultural, 32 anos, membro da Comissão Executiva de «Os Verdes»*

***Mário Aguiar**, técnico de contas, membro do Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP; **Lúcia Lemos**, advogada, professora na Escola Secundária de Angra do Heroísmo, independente; **Óscar Pires**, advogado, 50 anos, colaborador da Comissão Distrital de Braga do PCP para as Questões CEE e Desenvolvimento Regional; **João Santos Cardoso**, administrador hospitalar, vereador da Câmara Municipal de Coimbra e membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados*

A CDU já tem candidatos ao Parlamento Europeu. No seguimento da primeira reunião do Conselho Consultivo Nacional, composto por mais de duas centenas de personalidades, a CDU apresentou publicamente a lista de candidatos às eleições para o Parlamento Europeu. Reportagem, composição do CCN, intervenções de Álvaro Cunhal e de Carlos Carvalhas, o primeiro candidato e a lista divulgada e, ainda, reportagem sobre o Fórum do Alentejo nas págs. 1 a 5/**Semana**

Págs. 1, 2 e 3/**Em Foco**

CDU divulga em Lisboa

Rui Godinho e José Saramago à frente das listas para a Câmara e Assembleia Municipais

Págs. 8 e 9/**Semana**

Em Setúbal contra um despacho sem lei

O Sindicato do Comércio (CES-SUL) recorre a personalidades civis e religiosas, como o bispo de Setúbal, contra um despacho do Governo, que permite ilegalidades flagrantes nos horários de trabalho dos grandes espaços comerciais, e protesta publicamente contra atitudes desumanas de «oportunistas», que tentam acabar com as pausas legais no trabalho, chegando ao ponto de impedir trabalhadoras de satisfazer necessidades orgânicas normais.

- *Encontro na Segurança Social*
- *Carta Social da Europa*
- *A chaga ainda aberta: salários em atraso na EPI*
- *Concentração na Guérin*
- *Sumário sindical*

Págs. 10 e 11/**Semana**

Octávio Teixeira escreve no próximo «Avante!» sobre

O descalabro da Balança Comercial

Editorial /

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 798
13 de Abril de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Dois acontecimentos relevantes

A semana transacta foi assinalada por acontecimentos de duas ordens e de diferente peso na situação política portuguesa mas ligados de maneira intrínseca no seu significado e nos seus aspectos mais gerais.

Um, o da apresentação pública pelas forças políticas concorrentes mais representativas dos candidatos a deputados ao Parlamento Europeu, cuja eleição terá lugar a 18 de Junho.

Outro, o do agendamento para hoje do começo da discussão em plenário da Assembleia da República dos diversos projectos de revisão constitucional no seguimento dos debates preliminares em sede da Comissão Especial para a Revisão Constitucional (CERC).

A interligação no significado e nos aspectos mais gerais dos dois acontecimentos reside no facto de um e outro se desenvolverem no quadro da luta contra a direita restauracionista governante, da luta pela defesa dos interesses nacionais e do regime democrático gravemente ameaçados pela ofensiva da contra-revolução cujos contornos se irão precisar com maior nitidez nos meses imediatos.

Um e outro vão constituir uma pedra de toque das principais forças políticas intervenientes e uma prova de coerência das forças democráticas e de esquerda naquelas duas frentes da batalha política central que opõe no momento actual os dois campos antagónicos na realidade política portuguesa.

É uma batalha que não se compadece com expedientes eleitoralistas e hegemonistas de ocasião, nem com políticas de dupla face que o povo português mais tarde ou mais cedo julgará com severidade.

Quanto à apresentação pública dos candidatos ao PE um facto instrutivo deve ser retido: o de a única força concorrente em forma de coligação — a CDU — ter sido também a única onde a designação e hierarquização dos candidatos não suscitou entre as organizações e entidades coligadas (PCP, Partido «Os Verdes», Intervenção Democrática e democratas independentes) quaisquer discrepâncias ou situações de conflito.

Nos restantes partidos, designadamente no PSD e no PS, a escolha não foi pacífica, está ainda longe de sê-lo e situações de ruptura se produziram e se preludiam.

No PSD a não inclusão de Condesso, anterior cabeça de lista (que se mostrou surpreendido com a exclusão) e a sua substituição por Capucho, um homem forte de Cavaco mas incómodo perante os diferendos e escandaleiras internas do partido e do próprio Governo, assim como a saída de Santana Lopes que nos últimos tempos se tem mostrado muito crítico face à política do Governo e à acção autocrática de Cavaco, são indicativos do mal estar e das rivalidades internas do partido governante.

No PS a designação da lista com as exclusões de Lurdes Pintasilgo e de Medeiros Ferreira, indicativos da forma como o PS trata os seus aliados ocasionais, e a diluição do PRD na representação e na estratégia eleitoral do PS assemelha-se muito a um «ajuste de contas» de que o futuro irá certamente mostrar outros elucidativos desenvolvimentos.

Os eleitores que em 18 de Junho vão votar para o Parlamento Europeu têm desde já matéria interessante e vasta de reflexão e de opção de voto.

A criação no último sábado do Conselho Consultivo da CDU, a sua ampla composição democrática de esquerda, a definição dos seus objectivos eleitorais para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais e a designação dos candidatos para as eleições de 18 de Junho mostraram o forte espírito unitário da coligação, a sua vitalidade política, o seu profundo domínio dos problemas em cuja solução se propõe responsavelmente intervir, o seu devotamento à defesa dos interesses fundamentais do Povo e do País.

O «Manifesto ao Povo Português» saído do Encontro Nacional da CDU, tem sido um elemento mobilizador da opinião democrática, ao mesmo tempo que, fazendo o balanço francamente positivo da acção dos deputados eleitos pelas listas da CDU, assume compromissos perante o povo que nortearão o trabalho futuro dos deputados da Coligação Democrática Unitária que forem eleitos em 18 de Junho.

Lutar solidariamente com os trabalhadores e as forças democráticas por uma dimensão social de progresso; pelo crescimento económico com prioridade ao emprego; pela Paz e a segurança na Europa; por um papel positivo da CEE nas relações económicas e políticas internacionais e, simultaneamente, ter permanentemente em conta as aspirações presentes do povo português e os interesses do seu futuro; a preservação da sua identidade cultural e histórica e as perspectivas do seu desenvolvimento — são compromissos assumidos que nortearão os deputados da CDU ao Parlamento Europeu.

E ao mesmo tempo, na estreita relação da acção a desenvolver dentro da CEE e da luta de carácter decisivo que se trava no interior do País, a proclamada convicção de que o apregoado «desafio de 1992» já começou. «Joga-se aqui e agora em Portugal» — frisa justamente o «Manifesto» da CDU.

A discussão que hoje se inicia na Assembleia da República dos projectos de revisão da Constituição dão começo a um combate em que se jogam os destinos, por imprevisível prazo, do regime democrático português saído da Revolução de Abril.

De facto o que já hoje se conhece das indignas cedências do PS à direita governante e ao partido cavaquista é motivo de profundo alarme para os portugueses amantes da democracia.

As cedências do PS não somente representam uma indecorosa capitulação relativamente a conquistas essenciais exaradas na Constituição da República como o ligam com o PSD na responsabilidade de um debate parlamentar atentatório das mais elementares normas democráticas que deveriam presidir à discussão de uma questão de tanta importância para a democracia portuguesa como é a da Lei Fundamental do País.

Na prática, o acordo entre o PS e o PSD em matéria de revisão constitucional repõe e significa a edição revista e agravada do «acordo» de 1985 entre os dois partidos no âmbito do chamado «bloco central» com a «Reafirmação Solene e pública do Acordo até ao fim da legislatura, em Abril de 1987».

O que a ruptura do «bloco central» não permitiu fazer até Abril de 87 sob a direcção do PS vai tentar impôr-se desta vez em termos mais graves pelos mesmos dois comparsas e Abril de 89, no 15.º aniversário do 25 de Abril, agora sob a direcção do PSD.

O povo português, os democratas portugueses ciosos da Revolução de Abril e das suas conquistas democráticas fundamentais, vão aferir agora na prática aonde conduz o aberrante conceito da «bipolarização» ou da sua moderna versão do «dualismo» no poder, embalado nos sonhos irrealizáveis do hegemonismo que o PS tem pago caro e se dispõe a pagar ainda mais caro para si próprio e para a democracia portuguesa.

O que se conhece já do «regimento» que os dois partidos conluiados se preparam para impor ao debate parlamentar da revisão constitucional é um verdadeiro monumento de antidemocracia no seio do órgão mais representativo e lídimo do Estado português.

Sabe-se que os dois associados, que dispõem dos dois terços da Assembleia da República, a que se associa o CDS, vão tentar espartilhar a discussão de uma matéria tão responsável no tempo e no espaço. É um processo a «mata cavalos» em que os dois terços vão ditar as normas que melhor servem os seus objectivos de fuga ao debate democrático e ao esclarecimento do público.

A discussão artigo por artigo vai ser amputada naqueles que na Comissão Especial para a Revisão Constitucional já obtiveram os dois terços de votação e à oposição é deixada uma mar-

gem mais exígua para a sua intervenção nos debates.

As coisas estão preparadas para amputar mesmo os tempos no total de cada partido que não sejam utilizados em matéria específica visando atingir principalmente o PCP e os seus aliados. O tempo de discussão foi reduzido para metade da realizada em 1982.

É um inqualificável serviço ao restauracionismo da direita o que está no choco em resultado da aplicação do acordo de gabinete PS/PSD. Toda uma intenção de arrumar em Abril e até meados de Maio a discussão da revisão constitucional tem além disso o claro objectivo de «branquear» até à campanha eleitoral para o Parlamento Europeu as nefastas posições e consequências lesivas da democracia das concessões do PS ao PSD.

As surpreendentes cedências do PS ao partido cavaquista da direita governante deitam por terra as tiradas da «oposição a 100%» dos socialistas ao PSD e ao seu governo num momento em que se avolumam as tendências autocráticas de Cavaco, em que é notória a diminuição da sua base social de apoio, em que os escândalos ao abrigo da administração do Estado acentuam a irreprimível degradação moral da direita no Poder.

O recente caso da expulsão de Carlos Macedo do PSD é elucidativo do clima autoritário imposto por Cavaco e a sua corte no seio do seu partido.

É significativo que o «renegado» Carlos Macedo denuncie o clima de «tirania» e o comportamento policiesco internos do PSD e o considere agora «como um partido de telecomandados».

Possibilidades objectivas nunca dantes verificadas como agora, tão favoráveis a uma alternativa democrática viável ao Governo e à política de restauração dos monopólios que o inspira em todos os seus actos, se apresentaram às forças democráticas.

A revisão constitucional ainda não está feita, um urgente rebate de consciência deveria sacudir o PS e levá-lo a rever o seu indigno acordo com o PSD.

Uma oportunidade histórica está a ser perdida pela insensatez de dirigentes políticos democráticos que objectivamente facilitam com os propósitos de revisão subversiva da Constituição e, as suas condenáveis «aberturas» à direita, a restauração a curto prazo do capitalismo monopolista de Estado, que uma linha consequente de defesa da independência nacional e dos interesses nacionais nas eleições próximas para o Parlamento Europeu poderia com êxito obstar.

O PCP, integrado na CDU, tudo fará para que tais objectivos sejam alcançados.

Resumo

5
Quarta-feira

A comissão política e o grupo parlamentar do PS reúnem-se para aprovar o texto de Revisão Constitucional resultante do acordo PS/PSD com Manuel Alegre a afirmar que esta revisão é «um ajuste de contas com o socialismo». Alegre e Raul de Brito votam contra, Raul Rego sai a meio da reunião ■ A CDU anuncia a formação do seu Conselho Consultivo, constituído por 250 membros, metade independentes ■ O Governo acusa o PS de «antipatriotismo» pelas críticas feitas ao Plano de Desenvolvimento Regional; o PS responde que o Governo esconde a sua incapacidade política acusando adversários de antipatriotismo, tal como era feito no tempo de Salazar ■ É assinado o acordo PS/PRD com incidência nas eleições ao Parlamento Europeu ■ Mário Soares, de visita a Itália, apela ao investimento em Portugal ■ Mira Amaral, ministro da Indústria, defende a plantação de eucaliptos dizendo que «são o nosso petróleo verde» ■ A Reuter divulga um relatório do Conselho de Segurança da ONU em que o secretário-geral, Perez de Cuellar, autoriza a África do Sul a enfrentar os combatentes da SWAPO. Sam Nujoma afirma que os combatentes da SWAPO não sairão da Namíbia ■ Na Polónia é assinado um acordo entre o Governo e o «Solidariedade» ■ Gorbatchev termina visita a Cuba e inicia outra à Grã-Bretanha apelando ao fim das ajudas militares à América Central.

6
Quinta-feira

O interior de um prédio no Príncipe Real, em Lisboa, desaba deixando seis inquilinos sem casa ■ O júri do Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura decide não atribuir o referido prémio, relativo ao ano de 1986 ■ O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas critica a política social do Governo e anuncia novas greves ■ Morre um operário na fábrica da Fisipe, no Barreiro. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química pede um inquérito e coloca em causa as condições de trabalho ■ Eduardo dos Santos condena os confrontos na Namíbia, durante uma reunião da Linha da Frente, enquanto é estabelecida uma ponte aérea EUA/Namíbia para reforçar os efectivos da UNTAG ■ Gorbatchev e Thatcher encontram-se a sós em Londres discutindo o desarmamento, conflitos regionais e a edificação da «casa europeia».

7
Sexta-feira

Manuel Carvalho da Silva, da CGTP, critica Miguel Cadilhe por no Conselho de Concertação Social este se limitar a defender a política económica do Governo, sem discutir as propostas sindicais; a CGTP defende aumentos para este ano de 13,5%. Também Torres Couto afirma estar o Governo a ser o «coveiro» da Concertação Social ■ Soares em Itália diz não comentar a eventual visita do Papa a Timor-Leste ■ O PSD, após reunião da Comissão Política, reafirma o apoio a Leonor Beleza e anuncia António Capucho como cabeça de lista ao Parlamento Europeu ■ A Assembleia Distrital de Beja e a Associação de Municípios de Setúbal acusam o Governo de não ouvir os municípios na elaboração do PDR ■ Gorbatchev termina visita à Grã-Bretanha e anuncia o fim da produção, pela URSS, de urânio enriquecido para fins militares ■ O Parlamento polaco aprova emendas à Constituição, na sequência dos acordos Governo/Solidariedade ■ A África do Sul exige o adiamento das eleições na Namíbia.

8
Sábado

Reúne o Conselho Consultivo da CDU que aprova a lista candidata ao Parlamento Europeu, liderada por Carlos Carvalhas, do PCP. Na sessão de apresentação Álvaro Cunhal acusa o PS de se aliar à direita em matérias como a revisão constitucional ■ Decorre em Almada a II Assembleia extraordinária da ORS do PCP que define a estratégia regional em relação aos próximos actos eleitorais ■ O Conselho Nacional dos PSD reafirma as posições tomadas em relação a Leonor Beleza pela Comissão Política dos «sociais-democratas» ■ Soares encontra-se com o Papa João Paulo II terminando a sua visita oficial a Itália ■ Doze mortos e 22 feridos é o balanço de um despiste de um autocarro acidentado em Ferreiras, transportando adeptos de futebol do Portimonense ■ O PS apresenta os seus candidatos ao PE enquanto Ivo de Pinho, do PRD justifica o acordo com os socialistas por valer «mais pela eficácia dos resultados que dele se esperam do que pelas razões que o ditaram».

9
Domingo

Realiza-se em Évora o Forum CDU Alentejo com a apresentação do Manifesto Regional da CDU para as eleições ao PE ■ A UDP encerra o seu congresso e declara estar contra a revisão constitucional acordada entre o PS e o PSD, criticando igualmente a integração de Portugal na CEE ■ Fernando Condesso, deputado ao PE pelos «sociais-democratas», manifesta surpresa por ter sido excluído da lista de candidatos do seu partido ■ Um acordo entre Angola, Cuba e África do Sul prevê a retirada das forças da SWAPO da Namíbia nos próximos cinco dias.

10
Segunda-feira

O Conselho de Jurisdição do PSD expulsa do partido o deputado Carlos Macedo devido a declarações deste sobre a política de saúde do Governo ■ A Câmara de Lisboa aprova, com os votos contra do PSD, a promoção de um debate sobre os impactos da construção da auto-estrada da Costa do Estoril, a realizar com todos os municípios da área metropolitana da capital ■ Realiza-se a segunda chamada da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior ■ Cinco enfermeiras de um hospital de Viena são acusadas de assassinarem 44 doentes ■ Em Washington 300 mil pessoas manifestam-se a favor do aborto legal ■ Guerrilheiros da SWAPO começam a retirar para o Sul de Angola ■ Os incidentes com nacionalistas da Geórgia levam Eduard Chevardnadze a reunir na república soviética com intelectuais georgianos ■ A OLP rejeita oficialmente as propostas apresentadas pelo primeiro-ministro israelita na sua recente visita a Washington, qualificando-as de «reedição dos acordos de Camp David» ■ Documentos divulgados no julgamento de Oliver North revelam que Ronald Reagan tentou chegar a acordo para acções contra a Nicarágua com o general Noriega, do Panamá, acusado mais tarde pelos norte-americanos de envolvimento em tráfico de droga.

11
Terça-Feira

O deputado Carlos Macedo comenta a sua expulsão do PSD dizendo que se «vivem momentos de tirania» e acusando Cavaco Silva de «conduta totalitária» dentro e fora do partido. «A democracia não vai bem» e «a unicidade mental está na moda e quem pensa pela sua cabeça é castigado» foram outras afirmações de Macedo que comparou a sua situação com situações vividas antes do 25 de Abril ■ Depois de votar contra a instauração de um inquérito proposto pelo PCP na AR ao ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, o PSD muda de posição e afirma disponibilizar as assinaturas necessárias para a efectivação do inquérito ■ Miguel Cadilhe apresenta ao vice-presidente da Comissão dos Assuntos Económicos da CEE valores macroeconómicos para 89 diferentes dos do Orçamento do Estado. Oito e meio por cento de inflação foi o valor agora apresentado ■ Um matutino lisboeta revela que o candidato da CDU à presidência da Câmara de Lisboa será o actual vereador Rui Godinho ■ Na Namíbia os combatentes da SWAPO iniciam a concentração em postos da UNTAG para a retirada para o sul de Angola, a concretizar-se até sábado ■ A situação na Georgia volta à normalidade com um balanço oficial de 18 mortos em consequência dos incidentes nacionalistas, enquanto o ministro soviético Eduard Chevardnadze mantém encontros com representantes da população ■ A UEFA, em reunião realizada em Palmela, anuncia a reintegração dos clubes ingleses de futebol nas competições europeias a partir da temporada 1990/91 (excepção feita ao Liverpool).

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Tel. 90 00 44

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média de Março: 24 200 exemplares

Semana

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 798
13 de Abril de 1989
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Anunciada lista na 1.ª reunião do Conselho Consultivo

Eleições europeias já têm candidatos CDU

O recém-formado **Conselho Consultivo da CDU**, que já integra neste momento cerca de 250 membros, reuniu pela primeira vez no passado sábado em Lisboa, no hotel Sheraton, para apreciar a lista de candidatos e as orientações fundamentais da CDU para a campanha para o Parlamento Europeu e ainda as linhas principais do Manifesto Eleitoral desta Coligação. **Carlos Carvalhas**, da Comissão Política do CC do PCP, encabeça a lista da CDU ao Parlamento Europeu, que foi formalmente apresentada nesta reunião.

Esta primeira sessão do Conselho Consultivo da CDU iniciou-se às 14.30 e, três horas depois, teve lugar o acto público de apresentação da lista de candidatos da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, tendo usado da palavra **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, **Manuela Cunha**, da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», **Luís Catarino**, da Associação Cívica Intervenção Democrática, e **Carlos Carvalhas**, primeiro candidato da lista CDU ao Parlamento Europeu. **Anselmo Aníbal**, independente, fez também uma curta intervenção no final (refira-se que cerca de metade dos 250 membros do Conselho Consultivo da CDU são independentes).

Como definia dias antes a Comissão Coordenadora da CDU num encontro com a Imprensa, este Conselho Consultivo Nacional «vem confirmar a CDU como um espaço de debate aberto e plural, que não se resume aos dois partidos que lhe dão suporte jurídico, antes valoriza e estimula a participação e o papel de homens e mulheres sem partido, convergindo todos na luta pelo progresso e desenvolvimento de Portugal e pelos interesses das populações e pela sua defesa firme no Parlamento Europeu, na Assembleia da República e nas autarquias».

Cabe também salientar que está previsto um largo conjunto de debates subordinados ao tema **«CDU — Progresso e Desenvolvimento para Portugal» (a consigna que já encimava o palco da reunião do passado sábado no hotel Sheraton) e integrados na intervenção da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, visando o debate de grandes questões nacionais relacionadas com a integração na CEE e a apresentação pública das correspondentes propostas da Coligação Democrática Unitária.**

***Álvaro Cunhal** encerrou as intervenções da reunião com um breve discurso que transcrevemos nas páginas seguintes*

Nesse conjunto de iniciativas de carácter nacional (e de que iremos dando conta) participarão dirigentes nacionais das forças políticas que integram a CDU, candidatos da CDU ao Parlamento Europeu e numerosos especialistas das respectivas áreas. A par delas, a CDU promoverá igualmente um vasto e diversificado conjunto de iniciativas de âmbito e temática regionais.

Tudo isto mostra «a intenção da CDU de conduzir uma intervenção eleitoral diferente», baseada «no rigor, na seriedade no estudo e debate aberto dos problemas, na apresentação de soluções concretas para os problemas concretos do País, dos trabalhadores manuais e intelectuais, das camadas médias, na apresentação de propostas de desenvolvimento da economia nacional no seu conjunto e de cada sector económico e da cultura nacional», como recordou Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP, ao apresentar a lista da CDU ao Parlamento Europeu.

***O vasto salão do hotel Sheraton** estava apinhado de apoiantes da CDU. Desta vez a televisão não faltou...*

Uma lista para a CEE

É a seguinte, a lista de candidatos da Coligação Democrática Unitária às eleições para o Parlamento Europeu:

1.º — **Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas**, 46 anos, economista, membro da Comissão Política do CC do PCP; 2.º — **Joaquim António Miranda da Silva**, 38 anos, economista, membro do CC do PCP, deputado ao Parlamento Europeu desde 1986 e vice-presidente do respectivo Grupo Comunista e Afins; 3.º — **José Barros Moura**, 44 anos, jurista, deputado ao Parlamento Europeu desde 1986, onde é coordenador do Grupo Comunista na Comissão dos Assuntos Sociais e membro da respectiva Comissão Política; 4.º — **Maria Santos**, 36 anos, professora do Ensino Superior, membro do Executivo e do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes», deputada à Assembleia da República; 5.º — **Carlos H. S. de Aboim Inglez**, 59 anos, membro do CC do PCP, deputado ao Parlamento Europeu eleito em 1987, onde integra duas Comissões e a Associação Parlamentar Euro-Árabe; 6.º — **Sérgio José Ferreira Ribeiro**, 53 anos, professor universitário e técnico superior principal no IEFP; 7.º — **Maria Helena Bastos**, 44 anos, engenheira química-industrial, membro suplente do CC do PCP; 8.º — **Luís Manuel Alves de Campos Catarino**, 62 anos, jurista, fundador da ID e presidente do seu Conselho Nacional; 9.º — **João Carlos Durão Lopes Saraiva**, 45 anos, engenheiro agrónomo, presidente da Câmara Municipal de Mora desde 1983; 10.º — **José Saramago**, 66 anos, escritor; 11.º — **Manuel Rogério de Sousa Brito**, 43 anos, engenheiro-técnico agrário, deputado do PCP à Assembleia da República; 12.º — **José Barata Moura**, 40 anos, professor catedrático da Faculdade de Letras, músico e cantor; 13.º — **António Murteira**, 41 anos, membro do CC do PCP; 14.º — **António Borges Coelho**, 59 anos, professor universitário, poeta e historiador; 15.º — **Blasco Hugo Fernandes**, 58 anos, engenheiro agrónomo e presidente do Conselho Directivo da ID; 16.º — **Viriato Pina Moura**, 35 anos, economista, membro suplente do CC do PCP; 17.º — **João Andrade Santos**, 46 anos, economista; 18.º — **Jorge Manuel Nunes Zacarias**, radiologista industrial, membro da Direcção Nacional da JCP; 19.º — **Rosa Maria Marques**, 43 anos, engenheira química, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; 20.º — **Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha**, 32 anos, animadora cultural, membro da Comissão Executiva de «Os Verdes»; 21.º — **Mário Rodrigues Gomes Aguiar**, técnico de contas, membro do Secretariado da DORAM do PCP; 22.º — **Lúcia do Socorro Costa de Lemos**, advogada, independente; 23.º — **Óscar Jordão Pires**, 50 anos, advogado; 24.º — **João José dos Santos Cardoso**, administrador hospitalar.

Suplentes: 1.º — **Ulpiano Ferreira Nascimento**, 73 anos, economista; 2.º — **José Manuel da Silva Amaro**, advogado; 3.º — **António da Silva Augusto**, 41 anos, operário, emigrou para a RFA em 1973; 4.º — **Virgílio Cardoso Alves**, engenheiro zootécnico, professor assistente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; 5.º — **João Lázaro**, 31 anos, actor de teatro.

***Na mesa estavam representadas** todas as forças políticas que compõem a CDU e também os numerosos independentes que a integram*

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

No número 174
Robert Mugabe
A Humanidade é uma só família
Preço 70$00
À VENDA

aTalhe deFOICE

Felizmente há televisão

O senhor professor tinha acabado de jantar e passara à sala para tomar café. Recostado no sofá de ramagens cor de laranja dispôs-se ao último sacrifício do dia. Ligou a televisão.

Conhecida a repulsa visceral do senhor professor pelos órgãos de comunicação em geral e os jornais em particular, o acto testemunha uma coragem que certamente a história não deixará de registar.

De súbito, a placidez informativa é interrompida.

No écran imagens lancinantes do quotidiano lisboeta: famílias a viver na rua no meio dos «tarecos» despejados à pressa, homens, mulheres e crianças chorando a sua desdita, indignando-se, protestando contra a desumanidade de um poder que assim lhes destruía a esperança tão dificilmente preservada.

O assunto não era novidade. Não só aquelas famílias já estavam ao frio e à chuva há vários dias, como não foram as primeiras (e certamente não serão as últimas) a passar por tal experiência.

Só que desta vez a televisão estava lá.

Mais importante ainda, o senhor professor viu a televisão.

É fácil imaginar o incómodo que sentiu.

A forma constrangida como se mexeu no sofá.

O cruzar e descruzar inquieto das pernas, quiçá uma pantufa caindo na alcatifa.

O desfazer nervoso do penteado.

A contracção comovida das mãos.
As lágrimas a brotar envergonhadas dos olhos escuros.

O lenço de seda a assoar violento o delicado nariz.

E por fim, num repente, a mão no telefone, a voz contida e a ordem salvadora: dêem casa a essas pessoas, já!

Prestimosos, os serviços de informação do senhor professor tomaram nota.

No dia seguinte, não o apocalipse mas o milagre. Repetidamente, a televisão, a rádio, os jornais – de que o senhor professor não gosta – deram conta da ocorrência. De manhã, à tarde e à noite, os portugueses souberam a boa nova.

Estamos decididamente na era do audiovisual.

Felizmente há televisão.

Felizmente há miséria.

Felizmente há o senhor professor.

Se não houvesse pobres como poderia haver caridade?

Se a televisão de vez em quando não mostrasse a miséria como saberíamos que existia?

Se de quando em vez o senhor professor não visse televisão como haveria milagres destes?

Dirão as más línguas que meia dúzia de casas para meia dúzia de famílias é uma gota no oceano.

Que os pobres, neste país, são mais que muitos e o que não falta para aí são crianças a saber da fome mais do que seria legítimo admitir.

E velhos sem ter literalmente onde cair mortos.

E adultos desempregados, e mal pagos, e a viver abaixo dos níveis de subsistência, e a morar em barracas sucedâneo das casas de que foram despejados ou habitação de origem desde as mais recuadas gerações.

Felizmente o senhor professor não lê jornais.

A banalização dos actos das figuras públicas retira-lhes a grandeza.

Felizmente o senhor professor não dá ouvido às más línguas.

Ignora-as e se possível fá-las calar. Não fôra assim e o País nunca mais acreditaria em milagres.

Felizmente a televisão é tão comedida.

Assim o senhor professor só se emociona de quatro em quatro anos.

Felizmente há eleições.

Assim sempre se vão ocupando umas quantas casas devolutas do Estado.

■ **AF**

Parlamento Europeu — CDU

Carlos Carvalhas

Portugal deve definir e decidir o seu próprio projecto de desenvolvimento

Caros Amigos

Em meu nome pessoal e julgo poder transmitir os sentimentos dos candidatos apresentados, cumpre-me agradecer à Coligação Democrática Unitária a confiança depositada na lista e assegurar-vos que iremos dar uma contribuição empenhada para o êxito desta nossa importante intervenção política e eleitoral.

Levaremos à campanha a ideia fundamental de que Portugal deve definir e decidir o seu próprio projecto de desenvolvimento social, económico, cultural e político, e que o País tem de fazer valer todas as suas prerrogativas, quer como Estado Independente, quer como Estado membro da CEE.

Levaremos à campanha a ideia de que a crescente internacionalização e interdependência da vida política, económica, social e cultural, implica uma cada vez maior cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos e não a acentuação de relações de dominação e dependência. Esta é uma das exigências do mundo contemporâneo — a afirmação da voz das nações, a cooperação multiforme no sentido do progresso social.

Firmes na defesa dos interesses e da soberania nacionais, insistiremos na ideia da abertura de Portugal ao Mundo que corresponde ao trajecto da nossa história como nação e uma postura de activa solidariedade entre todos os que nos países da CEE querem erradicar o desemprego, o trabalho precário, as desigualdades perante a cultura, a fruição dos tempos livres, a habitação, a saúde e a justiça.

Levaremos à campanha a ideia de uma Europa inteira, na diversidade dos seus regimes políticos e sociais mas com interesses comuns dos povos na paz, bem-estar e defesa do meio ambiente. Uma Europa que não seja sincopada ou o somatório de zonas de livre câmbio, mas uma Europa solidária de verdadeira cooperação.

Sublinharemos a nossa recusa a modelos de crescimento inspirados nas ideologias neoliberais, que excluem de um nível de vida digno, milhões de cidadãos, de produtores e até regiões inteiras.

Consideramos uma exigência maior dos tempos de hoje, que as conquistas da ciência e da técnica sejam colocadas ao serviço dos povos e do desenvolvimento e não um instrumento de exploração dos trabalhadores e de acentuação das desigualdades.

Levaremos à campanha a aspiração que cresce na sociedade portuguesa de uma mudança democrática que faça o País sair do atoleiro de uma política caracterizada pela arrogância, pela liquidação das mais profundas conquistas operadas com a revolução dos cravos, pelo agravamento das assimetrias económicas e sociais, em que o negocismo, a corrupção e os escândalos degradam a sociedade e apodrecem a vida pública.

Dedicaremos uma grande atenção às questões da qualidade de vida e dos agudos problemas das grandes concentrações urbanas. A defesa do ambiente e da qualidade de vida são, para nós, componentes intrínsecas de uma política de desenvolvimento e de cooperação internacional e devem constituir-se em direitos fundamentais do Homem.

Levaremos à campanha eleitoral a seriedade e o rigor das nossas propostas e um projecto para preparar Portugal para 1992, mas também a palavra firme e indignada e combativa sobre os problemas que afectam os portugueses.

Daremos a voz na campanha ao valor do trabalho e ao papel fundamental dos trabalhadores na vida nacional; à importância crucial dos intelectuais e quadros técnicos no processo de modernização do País; às aspirações das mulheres no sentido do avanço irreversível da plena afirmação da sua dignidade e cidadania; às esperanças e aspirações da juventude à realização profissional e humana.

Deixaremos claro nesta campanha que vemos o futuro do País, não como obra de alguns iluminados, mas como construção baseada na participação activa e contribuição criadora e generosa de todas as classes, camadas e grupos sociais vinculados a ideais e projectos de liberdade, progresso e justiça social.

Levaremos à campanha os atributos do trabalho, da experiência, da honestidade e da competência dos eleitos nas listas da CDU, no Parlamento Europeu, na Assembleia da República, nas Autarquias.

* * *

Conhecemos as dificuldades desta batalha. Mas contamos com o esforço indispensável e insubstituível dos milhares de activistas e apoiantes da Coligação.

Temos razões para encararmos esta campanha com confiança:

— Porque indiscutivelmente somos a Coligação que integra as forças que mais combatem a política do grande capital, a política do Governo PSD/Cavaco Silva e que ao mesmo tempo mais e melhores propostas construtivas apresentam, desenvolvendo no País uma ampla e reconhecida actividade em prol da melhoria da vida e defesa das populações.

— Porque somos a formação eleitoral em que a economia tem o Homem como centro e finalidade.

— Porque somos a coligação eleitoral que quer fazer da democracia uma prática e uma vivência quotidianas dos cidadãos nos planos político, económico, cultural e social.

— Porque somos a formação eleitoral dotada de ideias com futuro e de um grande projecto, global, integrado, para o desenvolvimento democrático da sociedade portuguesa.

— Porque somos a Coligação que defende uma política que conte com o braço e com a inteligência dos portugueses, com a sua dignidade e criatividade.

— Porque somos a formação mais identificada e fiel ao património das conquistas, ideias e valores do 25 de Abril e que ao mesmo tempo está no primeiro plano da luta pela realização de um vasto conjunto de reformas democráticas — tais como a regionalização, as reformas da educação, da saúde, da justiça, da administração pública, que são essenciais para o progresso e modernização do País.

Porque somos, também, a formação eleitoral que se pode legitimamente proclamar nesta campanha, de real e efectivo empenho das suas componentes, na unidade e na convergência do campo democrático que são indispensáveis para a alternativa de que Portugal precisa.

Por tudo isto, porque colocamos como tarefa primeira a defesa de Portugal e dos Portugueses, partimos para a intervenção eleitoral com a perspectiva confiante de que, com trabalho, audácia, energia e determinação, está ao nosso alcance conseguir que os resultados das eleições de 18 de Junho próximo fiquem assinalados por uma derrota da direita e pelo reforço da votação na CDU.

Conselho

Distrito de Aveiro

Abel Costa Godinho, Médico; Alfredo A. S. Estrela Esteves, Médico; António Azevedo Brandão, Prof. Primário; António José N. Teixeira Lopes, Professor; Arménio Figueiredo, Engenheiro Ambiente; Duarte Drumond Esmeraldo, Engenheiro; Fernando Peixinho, Médico; João Seiça Neves, Advogado; José Ferrão Henriques Ferreira, Economista; José Manuel A. S. Amaro, Advogado; Manuel Augusto Andrade, Professor/Jurista; Manuel Louceiro, Médico; Mário da Rocha Merendeiro, Publicista; M.ª Manuela Antunes da Silva, Professora.

Distrito de Beja

Assunção Honrado, A.M. Beja; Carlos Alberto Ferreira Sousa, Vereador C. M. Moura; Cláudio José S. Percheiro, Deputado AR; Guido João Dinis Pires, Dir. Centro Saúde Vidigueira; João Manuel Rocha da Silva, Presidente CM Serpa; José Carochinho Guerreiro, Eng. Técnico Agrícola; José Manuel E. Santo Romão, Dir. Sind. Função Pública; José Manuel V. Amarelinho, Téc. Aux. Educação; José Veiga Trigo, Árbitro; Luís Bartolomeu Palma, Professor; Luís Manuel Rosindo Raposo, Ver. CM. Moura; Manuel Pardal Romão, Empregado Escritório; M.ª de Lurdes Hespanhol, Dep. AR, Pres. AM Fer. Alentejo.

Distrito de Bragança

Albino Luís Araújo Mendo, Arquitecto; Eugénio J. Martins Cavalheiro, Capitão-de-Mar-e-Guerra/Reserva; Fernando dos Santos Pilão, Advogado; M.ª do Loreto Monteiro Maia, Eng. Silvicultura.

Distrito de Braga

Alfredo Casais Batista, Vereador CM Braga: António Carneiro, Enfermeiro; António Marinho Dias, Advogado; Cândido Capela Dias, Ver. CM Guimarães; Francisco Duarte, AM Barcelos; José Alberto Figueiredo, Cons. Administração SMAS Braga; José Antunes, Membro do CC do PCP; Manuel Barbosa da Silva, Empregado Escritório, AM V. N. Famalicão; Manuel Martins Costa, Advogado, AM Vila Verde; Óscar Jordão Pires, Advogado.

Distrito de Castelo Branco

António Gascão Nunes, Advogado; Joaquim M. C. Bonifácio da Costa, Arquitecto; José Serra dos Reis, Professor; Manuel Antunes Ferreira, Advogado; Vasco L. R. da Conceição e Silva, Professor, Zaro Anita Delgado, Lic. C. Políticas/Univ. Beira Int.

Distrito de Coimbra

Alberto Vilaça, Advogado; António Avelãs Nunes, Prof. Universitário, António Caniceiro da Costa, Industrial; Fernanda Lapa, Membro C. Exec.

Parlamento Europeu

Álvaro Cunhal

PCP insiste na convergência e unidade dos partidos democráticos para derrotar a política de direita

Amigos
Camaradas
Senhores e senhoras:

Foi apresentada a lista dos candidatos da Coligação Democrática Unitária ao Parlamento Europeu.

Foram apresentadas as grandes linhas de actuação dos futuros deputados da CDU no Parlamento Europeu.

Foram apresentadas as mais profundas razões da nossa intervenção na vida nacional.

Estão pois transmitidas as conclusões essenciais da reunião do Conselho Consultivo da CDU.

Falaram representantes da Intervenção Democrática e do Partido «Os Verdes».

Apenas algumas breves palavras em nome do Partido Comunista Português.

Nesta reunião já tive ocasião de transmitir ao Conselho Consultivo da Coligação Democrática Unitária (CDU) as saudações do Partido Comunista Português e o alto apreço pelo valor individual de cada um dos seus componentes e pela diversificada e ampla participação neste projecto de acção democrática e unitária.

A CDU é uma coligação de forças políticas (PCP, «Os Verdes», a Intervenção Democrática) mas a efectiva participação na CDU excede largamente o âmbito da sua composição legal e formal.

É uma realidade que a vida política e a acção política não se confinam à vida e à acção dos partidos. Na vida política, na acção política, intervêm permanente e activamente numerosíssimos democratas sem partido.

No que respeita à CDU, é um facto positivo, significativo e característico da sua concepção unitária que cerca de metade daqueles que constituem o Conselho Consultivo que acaba de reunir-se sejam democratas sem filiação partidária.

E não se fecha aqui o quadro unitário. A CDU está aberta ao entendimento e à acção com democratas de outros partidos.

A reunião do Conselho Consultivo foi uma afirmação da determinação de todos para o êxito do comum projecto democrático.

Falando em nome do Partido Comunista Português, que aqui represento, é sabido que o PCP tem insistido ao longo dos anos na necessidade da convergência e unidade dos partidos democráticos para fazer frente e derrotar a política de direita. Tem insistido, na actual fase da vida política nacional, na necessidade da convergência e unidade dos partidos democráticos para fazer frente e derrotar a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo PSD de Cavaco Silva.

Não se pode deixar de referir que, em contraste com esta nossa atitude, o PS, recusando frontalmente qualquer entendimento connosco, ao mesmo tempo que em palavras de propaganda proclama uma irredutível oposição ao Governo e ao PSD, adopta uma orientação de estreita aliança e de colaboração directa com o PSD e com o Governo em aspectos centrais da sua política.

É o caso do acordo sobre a revisão da Constituição que visa a subversão do regime democrático através da liquidação ou perversão de alguns dos seus elementos constitutivos fundamentais. É também o caso dos acordos PS-PSD já estabelecidos ou em fase de negociação para as próximas eleições autárquicas.

Com tal orientação e tal prática, o PS nem justifica a sua pretensão de hegemonizar a oposição à direita, ou mesmo de ser uma firme oposição, nem constitui uma alternativa democrática credível à política de direita.

Quanto ao PRD, lamentamos que tenha abandonado posições anteriormente anunciadas e tenha escolhido o momento presente para capitular da sua independência partidária e para se integrar nas listas do PS para o Parlamento Europeu.

Uma tal situação confere ainda maior valor ao papel da CDU na vida política nacional e à sua concorrência às eleições para o Parlamento Europeu em Junho próximo e ulteriormente, em fins do ano corrente, às eleições para as autarquias.

A CDU, pela sua orientação clara, sem quaisquer equívocos, em contraste com a efectiva aliança e colaboração do PS com o PSD, é de facto potencialmente, no momento actual, a única real alternativa democrática à política da direita.

A CDU constitui a única firme e coerente oposição aos planos da direita de subversão do regime democrático, à atitude de submissão, servilismo e capitulação nacional da direita que na CEE, tal como na NATO, sacrifica os interesses de Portugal e do povo português aos interesses dos grupos monopolistas em vias de restauração e a interesses estrangeiros, designadamente das multinacionais, em vias de, pela mão do Governo PSD, tomarem de assalto riquezas e sectores-chave da economia nacional.

Por isso mesmo, no que se refere ao Parlamento Europeu ficou claro na reunião do Conselho Consultivo da CDU que a eleição e a participação no Parlamento Europeu de deputados da CDU é essencial para que aí sejam defendidos os interesses de Portugal e do povo português.

Nós analisamos objectivamente, conhecemos, apontamos, combatemos e contrariamos as consequências negativas para Portugal da subserviência e capitulação do Governo PSD na CEE. Negativas para a nossa indústria, a nossa agricultura, as nossas pescas, a situação dos nossos trabalhadores, o futuro desenvolvimento da nossa economia conforme com os interesses nacionais, o progresso social e o bem-estar material e cultural do povo português.

Nós conhecemos e apontamos a importância dos fundos da CEE, e por isso mesmo combatemos o desvio desses fundos dos seus fins específicos de desenvolvimento e exigimos que sejam atribuídos e aplicados para o bem de Portugal e dos portugueses e não para o enriquecimento de alguns e para um maior desequilíbrio e distância do desenvolvimento de Portugal em relação aos países mais desenvolvidos.

Os factos já mostraram que os deputados da CDU no Parlamento Europeu são os que melhor defendem aí os interesses de Portugal e do povo português, a soberania e a independência nacionais. A acção dinâmica, competente, esforçada e patriótica dos actuais deputados eleitos nas eleições anteriores, é um testemunho desta verdade. Tal como os actuais deputados eleitos pela CDU, os nossos futuros deputados no Parlamento Europeu serão aí os mais firmes e fiéis porta-vozes dos interesses portugueses, estarão aí inteiramente ao serviço de Portugal e do povo português.

A lista que acaba de ser anunciada é disso inteira garantia.

Desejo aqui confirmar o profundo empenhamento do Partido Comunista Português nesta batalha eleitoral.

Pela importância que terão os seus resultados para a defesa dos interesses portugueses na CEE.

E pela importância que terão os seus resultados na situação política nacional.

Numa situação de desigualdade de meios (designadamente na comunicação social) é uma batalha difícil.

Temos de levar ao povo, de levar ao eleitorado, a nossa mensagem. Temos de explicar e de convencer. O facto de outros partidos sacrificarem os interesses de Portugal aos interesses dos grupos monopolistas em vias de restauração e aos ditâmes e imposições da CEE, o facto de sermos de verdade os melhores defensores dos interesses portugueses no Parlamento Europeu e a ligação da nossa acção em relação à CEE com a nossa acção contra a política do Governo de direita e os seus nocivos resultados nas esferas económica, social, política e cultural — constituem bases sólidas para explicarmos e para convencermos.

Preparando também desde já as eleições autárquicas em fins do ano e prosseguindo com firmeza a luta diária contra a política de direita e o Governo de direita, vamos todos empenhar-nos nas eleições para o Parlamento Europeu.

A nossa unidade é um grande valor. Estamos apostados em reforçá-la e alargá-la de forma a que a CDU se confirme como uma grande força em toda a vida nacional.

Vamos empenhar-nos, com confiança em que a CDU conseguirá resultados eleitorais que correspondam a interesses vitais do povo português: derrotar a política do Governo de direita e ter no Parlamento Europeu quem verdadeiramente defenda os seus interesses.

Consultivo Nacional da CDU

«Os Verdes»; Fernando Veríssimo, C. N. CGTP-IN, Coord. S. I. E. Centro; João Santos Cardoso, Administração Hospitalar; Mário Oliveira Teles, Gerente Bancário; Rui Carrington Costa, Prof. Catedrático.

Distrito de Évora

Abílio Dias Fernandes, Presidente CM Évora; António Manuel G. Marcão, Vereador CM Reguengos; Fernando Henrique R. P. da Cruz, Pres. CM Montemor-o-Novo; João Carlos D. Lopes Saraiva, Pres. CM Mora; Joaquim Inácio Charneca Miguel, Pres. CM Arraiolos; Jorge Quina Ribeiro Araújo, Professor Univ. Évora; José Emídio Guerreiro, Ver. CM Estremoz, Cab. Lista Aut89; José Paulo Alves Barbosa, Animador Juvenil CM Évora; M.ª José Fragatta Pimentel, Eng. Civil, C. Sindical STAL-CME; Túlio Alberto da Rocha Espanca, Historiador.

Distrito de Faro

António José Filipe Martins, Ver. CM V. R. S. António; José de Deus, Pres. CM Vila do Bispo; José Manuel Ribeirinho, C. N. Educação, C. Exec. «Os Verdes»; José Viola, Pres. CM Silves; Luís Catarino, Advogado; Margarida Tengarrinha, Pintora; Patrícia Moutinho, Estudante.

Distrito da Guarda

António Manuel Antunes Pereira, Advogado; Humberto Manuel da Mota Veiga, Empregado Escritório, AM Seia; Inácio Fernandes Vilar, Advogado, AM Guarda; Luciano Avelãs Nunes, Advogado, A.M. Pinhel.

Distrito de Leiria

António José Correia, Técnico de Contas; Custódio Maldonado de Freitas, Médico; João Lázaro. Actor/Est. Psicologia; Jorge Manuel dos Santos Sobral, Empregado Escritório; José Luís Marques de Sousa, Ver. CM Marinha Grande; José Marques Simões Inácio, Licenciado de Direito; M.ª Fernanda C.F.P. Teodósio, Pres. J. F. Vieira de Leiria; M.ª Madalena C. Marques, Prof. Ens. Secundário; Raul Fernando Conceição Santos, Professor; Rui Pereira Nunes, Pres. J. F. Bombarral.

Distrito de Lisboa

Alcina Bastos, Advogada; Alice Vieira, Escritora; Álvaro Salazar, Maestro; Álvaro Salema, Escritor; Alves Barbosa, Técnico Desportivo; Amélia Pardal, Dir. AEFL Lisboa; Ângelo Veloso, CP do CC do PCP; Anselmo Aníbal, Sociólogo/Esp. Rec. Humanos, Ver. CM Lisboa; António Borges Coelho, Historiador; António dos Santos Gonçalves, Eng. Civil; Aristides Teixeira, Actor; Artur Geraldes, Investigador; Artur Ramos, Encenador; Aurélio Santos, CC do PCP; Baptista Bastos, Jornalista; Blasco Fernandes, Eng. Agrónomo; Canto Castro, Actor; Carlos Aboim Inglez, CC do PCP/Dep. PE; Carlos Brito, CP do CC do PCP; Carlos Carvalhas, CP do CC do PCP/Dep. AR; Carlos Costa, Sec. do CC do PCP; Carlos do Carmo, Cantor; Carlos Pinhão, Jornalista; Costa Martins, Engenheiro; Domingos Abrantes, CP do CC do PCP; Dulce Rebelo, Investigadora; Fausto Leite, Jurista; Fernando Silveira Ramos, Jurista; Florival Lança, Sindicalista; Francisco Keil do Amaral, Arquitecto; Frederico de Carvalho, Cientista; Gabriela Trindade, Est. Escola Sup. Psicologia; Gilberto Lindim Ramos, Economista; Herberto Goulart, Economista; Inês Fontinha, Socióloga; João Corregedor da Fonseca, Jornalista, Deputado AR; João Cunha Serra, Engenheiro; José Barata Moura, Prof. Universitário; José Barros Moura, Deputado PE; José Casanova, CP do CC do PCP; José Delgado Martins, Jurista; José Fanha, Poeta; José Martins, Encenador; José Martins Ascenção, Jurista; José Morais, Sec. JCP; José Peixoto, Encenador; José Salvado Sampaio, Professor, Cons. Nac. CGTP; José Saramago, Escritor; Luís Carvalho e Oliveira, Advogado; Luís de Azevedo, Advogado; Luís Monteiro Baptista, Médico; Luís Sá, CP do CC do PCP; Luís Sampaio, Músico; Luís Vicente da Silva, Coronel/Reserva; Manuel Gusmão, Prof. Universitário; Manuel Iglésias Esteves, Farmacêutico; Manuel Lopes, Sindicalista; Maria Emília Campos, Empregada Escritório; Mário Alberto, Cenográfo; Mário Barradas, Encenador; Mário Castrim, Jornalista; Modesto Navarro, Escritor; Octávio Pato, Sec. do CC do PCP; Paula Coelho, Sec. JCP; Paula Pontes, Campeã Nac. Judo; Pedro Ramos de Almeida, Licenciado em Direito; Raquel Maria, Actriz; Rogério Fernandes, Prof. Universitário; Rogério Paulo, Actor; Rosa Coutinho, Almirante; Rui Mendes, Actor; Sá Marques, Médico; Sérgio Pinheiro, Com. Exec. «Os Verdes»; Teresa Magalhães, Artista Plástica; Teresa Sobral, Actriz; Ulisses Garrido, Sindicalista; Urbano Tavares Rodrigues, Escritor; Vasco Gonçalves, General; Vasco Granja, Crítico de Animação.

Distrito de Portalegre

Amaro José Serpa, Bancário; Joaquim Miranda da Silva, CC do PCP/Dep. PE; José M. Abelho Amante, Pres. CM Ponte Sor; José Manuel Basso, Pres. CM Nisa; Manuel Semedo Marques, Funcionário Público; Miguel C. Santos Joanes, Jardineiro, Dir. Regional STAL; M.ª Conceição Mota Oliveira, Pres. J. F. Atalaia.

Distrito do Porto

Álvaro Ferreira Alves, Médico; Álvaro Ferreira Neto, Médico; Ângelo de Sousa, Pintor/Prof. Univ.; António Macedo Varela, Ver. CM Porto; Armando Gomes de Sá, Prof. Universitário; Avelino Gonçalves, CC do PCP; Bernardino Neto, AM St.º Tirso; Dinis Jacinto, Matemático; Emílio Peres, Médico; Fernando Pulido Valente, Engenheiro; Helder Pacheco, Investigador do Património; Helena Medina, CC do PCP; João Semedo, CC do PCP; Joaquim Cancela, Notário; Jorge Araújo, Técnico Basquetebol; José Morgado, Prof. Universitário; Paulo Teixeira Sousa, Com. Exec. «Os Verdes»; Raul de Castro, Advogado, Deputado AR; Rosa Pinto, Com. Exec. «Os Verdes»; Serafim Vieira, Func. Sind. Banc. Norte; Viana de Lima, Arquitecto; Vieira Mendes, Dir. União Sind. Porto.

Distrito de Santarém

António Jaime S. Carvalho, Gerente Comercial; António José Ganhão, Pres. CM Benavente; Benvinda Lopes Ribeiro, AM Torres Novas; Carlos Trincão Marques, AM Torres Novas; Eulália M.ª D. T. Marques, Prof. Ens. Secundário; Jaime Carvalho, Industrial, João Luís Madeira Lopes, AM Santarém; João Simões, AM Tomar; José Joaquim B. R. Vasco, Médico; José Manuel Bento Sampaio, AM Almeirim; José Martins Leitão, Advogado; José Ribeiro Sineiro, Electricista; Manuela Cunha, Com. Exec. «Os Verdes»; Sérgio Morais C. Carrinho, Pres. CM. Chamusca.

Distrito de Setúbal

Álvaro Dias, Industrial; André Martins, Tec. AMS/Com. Exec. «Os Verdes»; António J. C. Maia Nabais, Museólogo; Conceição Morais, Pres. AM Sesimbra/M. Sup. CC. PCP; Diamantino M. F. Miranda, Futebolista; Ercília Talhadas, Operária Química; Helena Rocha, Pres. JF Sarilhos Grandes; Hélio Bexiga Viegas, Técnico Desenho, Cons. Nac. CGTP; Joaquim Benite, Encenador; José Ferreira da Costa, Tec. Manutenção de Máquinas; José Manuel Dourado Mendes, Capitão/Reserva; José Manuel Maia, Vice-Pres. AR/CC. PCP; José Teófilo Duarte, Designer; Manuel da Fonseca, Escritor; Manuel Valente Fernandes, Médico, Dir. Sind. Médicos Zona Sul; Marcos Antunes, Técnico Contas; Maria Santos, Dep. AR/Com. Exec. «Os Verdes»; Porfírio Alves Pires, Com. Exec. «Os Verdes»; Romeu Correia, Escritor; Rui Rodrigues, Fotográfo; Tília da Fonseca, Assistente Social.

Distrito de Viana do Castelo

António Manuel São de Pena, AM Monção/Pres. Cineclube Monção; Aurélio Barbosa, Dir. «Aurora do Minho»; Domingos Bezerra, Eng. Electrónico, Cab. Lista CM Ponte Sor 1982/85; José Nogueira Gil, Insp. Ensino/Crítico Literário; Maurício da Cunha e Sousa, Ver. CM. V. Castelo/Pel. Cultura; Teófilo Mário Moreira, Proprietário.

Distrito Vila Real

Francisco Araújo, Empregado Bancário-Aposentado; Herculano Pombo, Dep. AR/C. Exec. «Os Verdes»; Manuel da Silva C. Leão, Funcionário CTT; Marília Alice Correia Matos, Prof. Ensino Secundário; M.ª Gabriela S. Figueiredo, Prof. Universitário; Rui Madureira, Professor; Virgílio Cardoso Alves, Prof. Univers./Eng. Zootécnico.

Distrito de Viseu

Amadeu Baptista Ferro, Veterinário; Aníbal Gonçalo B. Simões, Advogado; Jaime Gralheiro, Advogado; José Reganha Torrado, Coord. V. S. Viseu/Cand. PE; Manuel Martins da Costa, Professor.

R. A. Açores

Emílio Ribeiro, Funcionário Público; Lúcia Lemos, Advogada; Paulo Valadão, Dep. Regional; Vasco Reis.

R. A. Madeira

Aida Nepomuceno, Professora; Carlos Abrantes, Médico; Isabel Pita da Silva, Educadora de Infância; Rui Nepomuceno, Advogado.

Parlamento Europeu

Forum CDU Alentejo

Levar a Estrasburgo a presença da CDU

Joaquim Miranda, actual deputado no PE é o segundo candidato da lista agora apresentada pela CDU para as eleições de 18 de Junho

O Parlamento Europeu é ainda hoje uma entidade abstracta para grande parte do eleitorado. Estrasburgo um nome de cidade que a maioria terá dificuldade em assinalar no mapa. As eleições europeias uma realidade que se avizinha mas que está ainda longe de mobilizar o interesse de outros actos eleitorais.
Numa palavra, o sentimento que se vive fora dos grandes centros em relação às próximas eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu é o de que se trata de um acontecimento «distante», dos «outros», desligado das preocupações e dos problemas de todos os dias.
E, no entanto, nada de mais errado do que tais ideias. Desfazer o equívoco, esclarecer as populações, combater desde já o fantasma da abstenção que se adivinha no horizonte eleitoral é um objectivo que está a mobilizar as forças integrantes da CDU à escala nacional.

O pontapé de saída, se assim se pode chamar, foi dado no passado fim-de-semana com o desencadear de iniciativas que, sendo embora a sequência lógica do trabalho desenvolvido anteriormente, anunciam a intensificação dos esforços de esclarecimento que caracterizam o trabalho eleitoral da CDU.

Neste contexto, naturalmente, o Alentejo esteve em foco.

Foi o **Forum CDU — Desenvolver o Alentejo/eleições para o Parlamento Europeu**, realizado em Évora no passado domingo, no Palácio D. Manuel.

Na ordem de trabalhos dois pontos de interesse: a apresentação dos candidatos da CDU ao Parlamento Europeu (PE) e o Manifesto Eleitoral da CDU para o Alentejo.

A iniciativa não podia ter maior legitimidade: por um lado, é conhecida a influência da CDU na região e a sua forte expressão eleitoral; por outro lado, a CDU é a única força política que integra, nas suas listas, quatro candidatos alentejanos, um dos quais, Joaquim Miranda, em segundo lugar, é actualmente deputado no PE.

Acresce que a CDU (integrada pelo PCP, o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática e independentes) é a única coligação eleitoral que se apresenta às próximas eleições com um programa concreto de defesa dos interesses nacionais e projectos específicos para o desenvolvimento regional.

E assim voltamos ao Alentejo, nada mais nada menos do que um terço do território nacional, de há muito alvo preferencial da política antidemocrática dos sucessivos governos.

Disso mesmo falaram os diversos oradores, numa preocupação comum de denunciar as consequências negativas da política do Governo PSD/Cavaco Silva e de lhe contrapor as propostas defendidas pela CDU para a região.

Salientando, evidentemente, a importância de reforçar a expressão eleitoral da CDU, garantia de uma presença forte no Parlamento Europeu, sinónimo de maiores e melhores condições para a defesa dos interesses nacionais e regionais.

Embora as eleições para o PE funcionem num círculo único, à escala nacional, votando os eleitores na lista e não neste ou naquele deputado, importa não esquecer, como salientou o camarada António Murteira (um dos candidatos alentejanos ao PE) que **«o voto é a arma de que dispomos para defender os nossos interesses e aspirações».**

Ver a diferença

A apresentação do Manifesto Eleitoral, de que publicamos em separado os 10 pontos fundamentais, esteve a cargo do camarada Murteira, que na sua intervenção fez o paralelo entre as propostas da CDU e as dos restantes partidos, com particular realce para o PS e PSD. A propósito do primeiro, e após recordar que quando foi governo o PS fez os alentejanos passar «as passas do Algarve, de tal forma violento foi o apertar do cinto para os trabalhadores e camadas médias», aquele camarada demonstrou como ao actual discurso «de esquerda» dos socialistas não corresponde uma política diferente da do passado.

A sua política, disse, procura destruir o PCP, a CDU e outras correntes democráticas consequentes. É uma política para «hegemonizar», «bipolarizar», «dualizar», isto é, uma política que nega aos trabalhadores, aos agricultores, aos intelectuais e quadros técnicos a possibilidade de terem as suas próprias organizações e políticas autónomas, procurando subjugá-las aos jogos de interesse do grande capital, na arena da farsa democrática que seria o chamado dualismo capitalista PS/PSD.

Quanto à política seguida pelo PSD, António Murteira não hesitou em classificá-la como «o inimigo principal da democracia e do povo português», recordando o aumento dos impostos, dos preços, das rendas de casa, do desemprego e sub-emprego, da degradação das condições de vida, a injusta repartição do rendimento nacional, os baixos salários, etc., em contraste com a «opulência, o esbanjamento e a riqueza crescente de alguns grupos económicos e financeiros e de algumas famílias».

É possível mudar

Que é possível combater e modificar esta realidade demonstrou o camarada Joaquim Miranda, na intervenção em que deu conta da intensa actividade desenvolvida pelos deputados comunistas no PE e cujos resultados positivos os tornaram numa «voz activa, responsável, respeitável e insubstituível».

Como salientou, essa intervenção deixou bem claro não nos ser «indiferente o tipo de comunidade que se está a construir» e se soube aproveitar ao máximo os poderes do PE para defender os interesses nacionais.

Joaquim Miranda referiu que, durante o actual mandato, os deputados comunistas no PE pautaram a sua actividade em torno de três orientações centrais: esbater as assimetrias existentes, lutando pela coesão económica e social; defendendo a dimensão social da Comunidade e batendo-se pelo reforço da política de paz e cooperação da Comunidade.

Tudo isto tendo a preocupação constante de manter a mais estreita ligação com a realidade nacional, o que permitiu levar ao PE a defesa dos interesses portugueses.

Sublinhando que os tempos que se avizinham vão ser particularmente importantes (numa referência à preparação e consequências do Mercado Único), Joaquim Miranda sublinhou a necessidade de reforçar a presença dos candidatos da CDU no PE, já que o Governo se revela incapaz de salvaguardar os interesses do país e cada vez mais aberto à submissão dos interesses estrangeiros, enquanto os socialistas revelaram não possuir uma estratégia no PE onde a sua acção se pautou pela passividade e desinteresse.

Do papel que as mulheres podem e devem desempenhar nestas eleições para o PE falou Isabel Fernandes, cabendo a Diogo Júlio analisar a situação dos trabalhadores e a coesão social no seio da Comunidade; Lamas de Oliveira, por seu turno, referiu-se à actividade desenvolvida pela Associação de Defesa do Alqueva, enquanto Fernando Cruz se debruçou sobre a problemática das Regiões Administrativas, há 13 anos consagradas na Constituição e ainda por criar; Fernando Rocha e Andrade Santos intervieram para dar conta da actividade já desenvolvida pela CDU na preparação da campanha eleitoral e da diversidade de iniciativas previstas até às eleições em que avulta o esclarecimento sobre a importância do voto em 18 de Junho.

João Saraiva, candidato ao PE, falou da importância do PDR e Lino de Carvalho, deputado à Assembleia da República, fez uma intervenção sobre questões específicas da realidade alentejana e dos projectos em curso a nível nacional e comunitário, de que reproduzimos excertos em separado.

O Forum CDU encerrou com uma intervenção do camarada José Soeiro, da Comissão Política do PCP.

Uma luta desigual

Na sua intervenção, o camarada Soeiro referiu-se às potencialidades do Alentejo, que constituem a base existente para o desenvolvimento, progresso e bem-estar das suas gentes, fazendo notar que o atraso que se verifica na região «não é uma fatalidade, mas antes o resultado de uma política de direita» que visa apenas os interesses do grande capital.

Para combater e vencer esse atraso, disse, é «essencial uma viragem da situação política nacional» e a realização de uma política democrática. As eleições para o PE integram-se na batalha por essa viragem, importando que os democratas se mobilizem e conjuguem todos os esforços para a travar, dado que as discriminações já se fazem sentir de forma agravada. Exemplo disso, como fez notar, foi a ausência — mais uma vez — dos grandes meios de comunicação social, a televisão e a rádio.

Alertando para a intensa campanha de propaganda PSD e PS como alternativa que vem sendo desenvolvida a todos os níveis, o camarada Soeiro chamou a atenção para os perigos da abstenção em 18 de Junho, criticando a política de alianças do PS, sublinhando os fracassos e escândalos do Governo PSD e condenando a atitude do PRD ao aliar-se ao PS para o Parlamento Europeu.

«Só a CDU, salientou, tem um discurso e uma prática coerentes, sendo a única força política que se apresenta como efectiva alternativa democrática e de esquerda nas eleições para o PE.»

■ **Anabela Fino**

Lino Carvalho

O Alentejo e a Política Agrícola Comum

(...) Ora os governos, tanto do PS como do PSD, não só não prepararam a agricultura portuguesa para esta integração que tanto defenderam (limitando-se, a grandes afirmações propagandísticas como se por artes mágicas o simples acto de integração resolvesse os problemas da nossa agricultura) como não negociaram devidamente disposições específicas e prazos suficientes de transição para a agricultura portuguesa, como têm desbaratado os fundos comunitários em más aplicações, no favorecimento de clientelas e dos grandes proprietários com maior influência e que melhor se movimentam nos corredores ministeriais (basta dizer que **desde a adesão até 31.12.88 para os distritos de Beja, Évora e Portalegre vieram, ao abrigo do Reg. 797, 6 046 248 contos. Mas desse valor somente 89 013 contos (1,5%) é que foram destinados às pequenas explorações e, como é sabido, nada foi para as cooperativas da Reforma Agrária que estão impedidas pelo Governo de apresentarem projectos de investimento para financiamento pela CEE).**

(...) O Alentejo tem condições para dar ao País o contributo que Portugal precisa para que a nossa agricultura possa dar um substancial salto para a frente e que o sistema latifundiário sempre impediu.

O Alentejo tem condições de solo, de clima e de água que lhe permite ter essa ambição.

Mas tem um solo que a política de reconstituição do latifúndio tem deixado sem o aproveitamento adequado e tem água que o não aproveitamento dos perímetros de rega existentes e que a não realização de Alqueva impede que seja aproveitada, perdendo-se no mar. Alqueva que constitui a abóboda do Plano de Rega do Alentejo e a garantia de utilização plena das cerca de 2000 pequenas albufeiras existentes no Alentejo.

(...) É neste quadro que devemos inserir a questão da estrutura da propriedade e da relação de produção, que se deve inserir a Reforma Agrária e a sua função insubstituível como contributo indispensável para um projecto de futuro para a agricultura do Alentejo e do Ribatejo, para a agricultura do País, como contributo para aproveitar e potenciar todos os recursos do Alentejo.

(...) Reforma Agrária que, excluindo o latifúndio, não exclui a existência de explorações privadas de maior dimensão desde que aproveitem os recursos e criem emprego.

A Reforma Agrária já demonstrou que reúne as potencialidades necessárias a esses objectivos e em que os colectivos de trabalhadores se reconhecem e se sentem estimulados para o esforço produtivo que se impõe.

Em contrapartida, a destruição da Reforma Agrária promovida pelo PSD já demonstrou (e está a demonstrar) que em seu lugar não está a ser erigida nenhuma alternativa capaz: a recomposição do latifúndio a que o Governo do PSD e de Cavaco Silva procuram proceder e a reimplantação dos sistemas extensivos de produção está a dar lugar, de novo, ao abandono e sub-aproveitamento das terras, à florestação indiscriminada sobretudo por eucaliptos, à alienação a estrangeiros, ao aumento do desemprego e à degradação das condições de vida.

(...) Recentemente a CAP e o Ministro do Comércio e Turismo afirmaram que os comunistas estão na movimentação que diariamente cresce contra a eucaliptização do País. É a altura de reafirmar que para o PCP não é dispiciendа a importância dos valores que se obtém para a nossa balança comercial com a exportação de produtos florestais nem fazemos do eucalipto o inimigo. O que nós reclamamos é que o Governo defina um plano de ordenamento agro-florestal para que cada cultura, cada espécie florestal sejam encaminhadas para os solos apropriados. O que nós condenamos e continuaremos a condenar é a gula das celuloses — com o sintomático apoio da CAP e do Governo — que procedem à expansão indiscriminada do eucalipto invadindo solos de aptidão agrícola, linhas de água, cercando povoações. O que nós defendemos é uma floresta de uso múltiplo e que, na nossa região, deve privilegiar a valorização dos montados tradicionais (azinho e sobro) e que deve ser um elemento de fixação da produção e não de repulsão.

É necessário, por isso tudo, que a Reforma Agrária se mantenha tanto no ordenamento constitucional (e de onde o PS e PSD a querem apagar) como no terreno e na vida, porque só com ela se podem criar as condições institucionais, de estrutura da propriedade, de organização da produção e de valorização do trabalho no campo necessárias à nossa agricultura. (...)

Parlamento Europeu

Forum CDU Alentejo

10 propostas para desenvolver o Alentejo

No Palácio D. Manuel, em Évora, os alentejanos foram conhecer os «seus» candidatos a Estrasburgo e o Manifesto Eleitoral da CDU para o Alentejo

1. MODERNIZAR E DESENVOLVER A AGRICULTURA

1.1. Conseguir o reconhecimento efectivo da especificidade da agricultura portuguesa e o alargamento do período de transição.

1.2 Garantir a adequação dos regulamentos comunitários às condições do País e da Região, permitindo de facto e promovendo o acesso dos pequenos agricultores, rendeiros e seareiros e das UCP/Cooperativas Agrícolas, aos fundos de desenvolvimento comunitário.

1.E. Impedir que o Alentejo seja reduzido à condição de mero produtor de floresta de crescimento rápido, em benefício das grandes empresas de celulose. Reivindicar que seja deliberada uma política florestal, que permita a recondução e repovoamento das manchas de sobreiro, azinheira e olival e evite a eucaliptização indiscriminada promovida pelas multinacionais do sector.

1.4. Aplicar os fundos comunitários para a agricultura privilegiadamente segundo eixos que promovam o seu desenvolvimento tecnológico, a diversificação cultural e o aumento das produções estratégicas e valorização profissional.

1.5. Promover a concessão de apoios para a transformação da estrutura agrária com a garantia de existência da Reforma Agrária, das UCP/Cooperativas Agrícolas, das explorações familiares dos pequenos e médios agricultores e de outras empresas agrícolas que aproveitem a terra e criem riqueza, não permitindo o seu subaproveitamento ou abandono.

2. APROVEITAR OS RECURSOS HÍDRICOS

2.1 No PDR – Plano de Desenvolvimento Regional – apresentado pelo Governo PSD em Bruxelas, mais uma vez é adiada a decisão do arranque imediato para a conclusão do Alqueva. É uma decisão grave que irá adiar por mais tempo a obra que constitui a trave mestra do desenvolvimento agrícola do Alentejo, num País que importa mais de 50% dos produtos agro-alimentares.

2.2. Inclusão no quadro do Plano de Desenvolvimento Regional, da realização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Guadiana, com a concretização de **Alqueva** que irrigará 180 000 ha e a implementção do Plano de Rega do Alentejo. Alqueva é indispensável ao Plano de Rega do Alentejo que tornará possível aumentar seis vezes mais a produção agrícola, produzindo parte da energia eléctrica de que somos deficitários, promovendo o turismo, o recreio e o desporto, permitindo a criação de 25 000 novos postos de trabalho e assegurando o abastecimento de água, por longo prazo, a 220 000 pessoas, praticamente a todo o distrito de Beja e Évora.

2.3. Viabilizar o aproveitamento pleno dos importantes perímetros de rega existentes e das 1 800 pequenas barragens e albufeiras, no âmbito do Plano de Rega do Alentejo.

3. APROVEITAR E TRANSFORMAR OS RECURSOS DO SUBSOLO

3.1. Concretizar os projectos de apoio ao investimento produtivo, no âmbito do PNICIAP – Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva – dirigidos ao pleno e racional aproveitamento dos recursos do subsolo, designadamente de Aljustrel e Neves Corvo, com a implementação da Metalurgia do Cobre e da Metalurgia do Estanho no Distrito de Beja.

3.2. Apoiar a promoção da instalação de indústrias de transformação do mármore e granito, junto dos locais de extracção que se centram nos concelhos de Borba, Estremoz, Vila Viçosa, Viana do Alentejo, Nisa, Elvas e Monforte. Incentivar a modernização das tecnologias de extracção e tratamento de aproveitamento dos subprodutos e de outros recursos do subsolo como o termalismo e as águas minero-medicinais. Defender o ambiente; construir uma rede viária adequada; melhorar as condições de segurança no trabalho.

3.3. Criar apoios especiais para o estudo de viabilidade de aproveitamento dos recursos de urânio, em Nisa, em termos que sirvam o interesse regional e nacional.

4. DESENVOLVER A INDÚSTRIA

4.1. O aproveitamento do sistema de incentivos no âmbito do PNICIAP, que deverá ser orientado preferencialmente no Alentejo, para o sector da agro-indústria, nos ramos da indústria agro-alimentar e de transformação dos produtos da floresta, sobretudo da cortiça, metalomecânica e metalurgia ligeira.

5. APROVEITAR OS RECURSOS COSTEIROS

5.1. Defender e melhorar o exercício da actividade pesqueira nas costas do litoral alentejano; designadamente para a pesca artesanal, para a qual existem possibilidades de captação de fundos comunitários de apoio.

5.2. Estudar as potencialidades dos recursos da costa particularmente no que se refere a crustáceos.

5.3. Equipar e melhorar os portos de Azenha do Mar, Zambujeira e Vila Nova de Milfontes, respectivos acessos e serviços de apoio.

5.4. Aproveitar eficazmente os meios disponíveis para formação e valorização profissional dos pescadores.

5.5. Estimular a aquacultura, sobretudo de bivalves, ostras, camarões e lagostins.

6. MELHORAR AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

6.1. Modernizar as vias de comunicação rodoviária, ferroviária e aéreas do Alentejo.

6.2. No âmbito dos **Programas Transfronteiriços** e do **PRODAC** – Programa de Desenvolvimento das Acessibilidades – é possível conseguir vultuosos apoios para a melhoria das vias de comunicação como infra-estruturas inseridas no aproveitamento dos recursos, essenciais ao processo de desenvolvimento.

6.3. O Alentejo não pode ser reduzido a uma região atravessada por grandes vias rápidas – «itinerários principais» – necessitando de uma rede regional integrada estabelecendo a ligação entre os diversos vectores de desenvolvimento da região (Turismo, Pirites, Alqueva, Plano de Rega do Alentejo, Porto de Sines, etc.).

6.4. A IP2 deverá ser completada com os IC (Itinerários Complementares) e OT (Outros Itinerários) e que são vias de ligação vocacionadas para apoio ao desenvolvimento endógeno.

6.5. Por isso propõe-se a criação de uma rede regional principal integrando **três eixos viários longitudinais** (Comporta/Sines/Santiago do Cacém/Odemira; Mora/Montemor-/Ferreira/Aljustrel/Ourique; e Crato/Alter do Chão/Fronteira/Estremoz/Redondo/Reguengos/Moura/Serpa/Mértola) **e quatro eixos transversais** (Ponte de Sor/Avis/Fronteira-/Monforte/Campo Maior/Alcacer do Sal; Torrão/Viana do Alentejo/Portel/Moura; Cercal/Ourique/Castro Verde/Mértola; Sines/Grândola-/Redondo/Elvas.

6.6. Criação de uma rede regional secundária com um grupo de **seis eixos transversais** (Elvas/Arronches/Monforte/Alter do Chão/Arraiolos; Reguengos/Alandroal/Borba/Vila Viçosa; Mourão/Amareleja/Vila Verde de Ficalho; Santiago/Ferreira do Alentejo; Odemira-/Almodôvar/Mértola; Santa Margarida do Sado/Aljustrel/Odemira).

6.7. Telecomunicações de qualidade e que cubram todo o Alentejo.

6.8. Potencializar o Aedródomo de Évora e reivindicar o aproveitamento civil da Base de Beja.

7. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

7.1. Exigir a utilização do PRODIAT (Programa de Infra-estruturas de Apoio ao Turismo), como apoio ao desenvolvimento do Turismo Alentejano, visando a necessária valorização e aproveitamento das suas potencialidades turísticas.

7.2. Criar os meios necessários para que a Região de Turismo de S. Mamede (Portalegre) já criada e as Regiões de Turismo «Planície Histórica» (Évora) e «Planície Dourada» (Beja), em criação, se transformem nas estruturas privilegiadas na área da promoção turística e na coordenação e dinamização dos investimentos no sector.

7.3. Reivindicar a revisão do Plano Nacional de Turismo, por forma a alargar as áreas de investimento prioritário a outros municípios alentejanos.

8. PROMOVER, A EDUCAÇÃO, A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, A CULTURA E O DESPORTO

8.1. Garantir que a aplicação de fundos ao abrigo do PRODEP – Programa de Desenvolvimento da Educação em Portugal – do Fundo Social Europeu e de outros programas comunitários, permita efectivar a garantia constitucional do direito de aprender e ensinar, do acesso à educação e ao ensino e do combate ao insucesso escolar. Assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades para rapazes e raparigas. Canalizar as verbas do Fundo Social Europeu para a criação de emprego e para o desenvolvimento do sistema educativo com base na elaboração de um Plano Nacional de Formação Profissional, que no caso do Alentejo, tenha em conta a necessidade de valorizar os recursos humanos disponíveis e fixar os jovens.

8.2. Reclamar um projecto específico de combate ao analfabetismo, cuja taxa no Alentejo atinge os 28,9% e de promoção ao sucesso escolar.

8.3. Promover a apresentação de projectos que valorizem o potencial cultural do Alentejo e desenvolvam a prática desportiva.

8.4. Apoiar uma ligação dinâmica da Universidade, da Escola e da investigação ao meio.

9. VALORIZAR A JUVENTUDE, CRIAR OPORTUNIDADES

9.1. Reforçar a intervenção por forma a dirigir os programas destinados à juventude no sentido de garantia do acesso dos jovens ao emprego.

9.2. Os programas comunitários «preparação e formação dos jovens para a vida adulta e profissional», «ERASMOS — Projecto para a Mobilidade dos Estudantes Universitários» que engloba Programas Inter-Universitários de Cooperação (PIC) e concessão de bolsas; COMETT — Programas Comunitários de Formação em Matéria de Tecnologias»; «Juventude para Europa-Eys», ao contrário do que tem acontecido até agora, deverão ser aproveitados para a melhoria efectiva da situação social dos jovens e preferencialmente canalizados para as regiões menos desenvolvidas como o Alentejo.

9.3. Contribuir para que a Universidade de Évora e as outras Instituições de Ensino Superior de Beja e Portalegre assumam um papel dinâmico no aproveitamento destes programas privilegiando o apoio aos jovens oriundos dos grupos sociais mais desfavorecidos, sobretudo da Região.

10. UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O ALENTEJO

10.1. As diversas medidas propostas terão de ser equacionadas no âmbito de um **Programa Operacional de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo** que cubra todo o território e dos **Programas Transfronteiriços** no quadro do Plano de Desenvolvimento Regional a ser elaborado em diálogo e com a participação das forças políticas, das autarquias e agentes económicos, sociais e culturais.

10.2. O Plano de Desenvolvimento Regional/PDR apresentado pelo Governo em Bruxelas para os anos de 1989 a 1993 não têm em conta as realidades e as necessidades do Alentejo.

É preciso trabalhar e lutar desde já para a sua adequada revisão e para que as propostas da CDU para desenvolver o Alentejo sejam tidas em conta, porque são realistas, possíveis e necessárias.

As propostas CDU e a sua inserção no PDR permitirão o aproveitamento racional dos recursos e potencialidades do Alentejo, a captação de mais fundos da CEE, a dminuição das assimetrias, o crescimento económico e o bem-estar das populações.

Permitirão, ao contrário do PDR apresentado pelo Governo, o crescimento e rejuvenescimento da população, a criação de dezenas de milhares de novos postos de trabalho.

Permitirão uma política de justiça social, de educação e formação profissional e a criação de uma economia mista na agricultura na indústria e no comércio.

10.3 **Regionalização e Poder Local**

Todo este processo será potencializado com **o avanço da regionalização**, com a **criação das Regiões Administrativas** o que viabilizará uma verdadeira participação e democratização do processo de desenvolvimento da região.

O Poder Local e particularmente **as autarquias CDU** têm uma importante obra realizada e um projecto de futuro, constituem instrumentos indispensáveis ao progresso e bem-estar das populações e da terra alentejana.

Poder Local e Regiões Administrativas constituem componentes de uma democracia avançada e participada e do Estado Democrático que queremos construir para Portugal.

A caça e os caçadores

João Cabaço é presidente da Comissão Cinegética e do Clube dos Caçadores de Fronteira, concelho do distrito de Portalegre.

É independente mas, afirma, vai com frequência a iniciativas públicas das diferentes forças políticas porque gosta de se informar sobre o que dizem e fazem.

No domingo foi a Évora, ao Forum CDU e pediu a palavra. Disse de sua justiça: a potencialidade cinegética da região alentejana não merece referência no Manifesto da CDU? O descontentamento dos caçadores de Fronteira, que se consideram prejudicados com a reserva recentemente criada na região e que parece beneficiar obscuros interesses centralizados em Sousel não poderá ser levado pelos deputados da CDU à Assembleia da República?

João Cabaço foi sóbrio de palavras. Mas não deixou de referir as «reservas turísticas» que ao turismo não aproveitam nada mas fazem o proveito de alguns grandes senhores apreciadores de coutadas e lucros exclusivos. Os que se movimentam bem nos gabinetes governamentais.

A primeira questão ficou em aberto. A segunda teve logo ali resposta de Lino Carvalho que se comprometeu a dar seguimento ao assunto, mal a necessária documentação chegue ao grupo de deputados do PCP.

Assembleia da República

Falência da política do Governo justifica interpelação do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou terça-feira, na Mesa da Assembleia da República, um pedido de interpelação ao Governo sobre política geral, centrada na preparação de Portugal para 1992, designadamente quanto às condições de realização da coesão económica e social, tendo em conta o quadro da situação social existente e as assimetrias económicas e sociais do País.

O anúncio foi feito no próprio dia, em conferência de imprensa, prevendo-se na altura que o agendamento da interpelação pudesse ocorrer na conferência de líderes parlamentares marcada para ontem, quarta-feira.

A crescente precarização do emprego aliada à recente publicação da Lei dos Despedimentos e dos contratos a prazo e, bem assim, a degradação dos salários reais face à inflação, constituem as questões centrais que do ponto de vista do PCP importa trazer a debate no decorrer da interpelação.

Confrontar o Governo com a realidade do mundo laboral afigura-se assim como uma das apostas fortes dos parlamentares comunistas nesta interpelação, porquanto, garantem, essa realidade «desmistifica as proclamações governamentais sobre a dimensão social no sentido do progresso» e revela o afastamento dos trabalhadores portugueses da «componente da coesão económica e social perante o impacto do Mercado Único».

A comprovar esta tese, Carlos Carvalhas recordou aos jornalistas os 600 mil portugueses que vivem em regime de insegurança (sem contrato permanente), sem falar no emprego clandestino, no trabalho infantil, no falso trabalho independente, no trabalho domiciliário e no aluguer de mão-de-obra.

Metas falhadas

Para Carlos Carvalhas, que estava acompanhado na mesa pelos deputados Jerónimo de Sousa, Apolónia Teixeira e Octávio Teixeira, trata-se, pois, de questionar o Governo sobre os prejuízos nos salários reais dos trabalhadores em resultado do falhanço inevitável da meta de inflação anunciada e de o interpelar sobre as razões que o levam a negar aos trabalhadores portugueses a possibilidade da redução do horário semanal de trabalho em Lei da República.

A acentuação das desigualdades perante os salários, os rendimentos, a Justiça, a Saúde e a cultura, bem como o agravamento das condições de vida de amplas camadas da população, como o atestam recentes dados oficiais, constituem por sua vez, foi também lembrado, um desmentido na prática relativamente às «promessas e declarações sofisticadas do Governo» quanto a uma alegada melhoria das condições de vida dos portugueses.

Detendo-se na política de rendimentos, nomeadamente os rendimentos impostos administrativamente pelo Governo, aquele deputado comunista referiu que a projecção governamental quanto à taxa de inflação está «irrevogavelmente ultrapassada», adiantando que a taxa de inflação média anual se situará mais provavelmente à volta dos 12 por cento, com isso estando milhões de portugueses ameaçados de verem diminuir o seu já baixo e insuficiente poder de compra.

***O elevado défice da balança de transacções** correntes (calcula-se que em 1988 tenha atingido um saldo negativo na ordem dos 600 milhões de dólares) confirma que o Governo perdeu o controlo da evolução de variações fundamentais da economia, expressaram em conferência de imprensa, realizada na terça-feira, os deputados comunistas Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa, Octávio Teixeira e Apolónia Teixeira*

Descalabro da balança

Depois de analisar em pormenor questões relevantes como a habitação e a crescente extensão da pobreza foi a vez de Carlos Carvalhas passar em revista alguns aspectos da situação económica.

Contundente, salientou a este respeito que a evolução recente da conjuntura económica evidencia a «falência» da política do Governo nesta área, recordando em abono da sua afirmação a aceleração da inflação, o aumento das taxas de juro, a diminuição do crédito interno e o agravamento dos défices externos.

«A balança comercial registou em 1988 um défice que deverá ser superior em cerca de 40 por cento ao verificado um ano antes», frisou o dirigente comunista, enquanto a balança de transacções correntes, disse ainda, «regressou ao ciclo dos défices», devendo ter registado no ano passado um saldo negativo, segundo os seus cálculos, da ordem dos 600 milhões de dólares (cerca de 90 milhões de contos).

Este elevado défice confirma, na opinião de Carlos Carvalhas, que o Governo perdeu o controlo da evolução de variações fundamentais da economia e significa, neste quadro, alertou ainda, que o Executivo se prepara para regressar à chamada política de austeridade, isto é, ao «apertar de cinto dos reformados, dos trabalhadores e das camadas médias, agravando ainda mais as suas condições de vida».

Mas a interpelação não constituirá apenas a condenação frontal desta política. Como foi salientado na conferência de imprensa, a sua urgência e oportunidade ganharão redobrado sentido com a apresentação das políticas alternativas preconizadas pelo PCP com vista a uma estratégia de desenvolvimento que prepare o País para o Mercado de 1992 e que integre e compatibilize o crescimento económico e o progresso social.

Reforma do tribunal de contas

PCP opõe-se a governamentalização

Unanimemente reconhecida como uma necessidade, a reforma do Tribunal de Contas foi submetida, finalmente, ao exame da Assembleia da República. Trata-se de reformar um regime considerado arcaico e desajustado das realidades, caracterizado por uma completa ausência de eficácia e funcionalidade, permissivo aos abusos e injustiças.

Em debate, faz hoje oito dias, duas iniciativas legislativas: uma, sob forma de proposta de lei, partiu do Governo; a outra, do PCP, consubstancia as opções fundamentais de reestruturação do Tribunal de Contas.

Consideráveis diferenças separam entretanto os dois diplomas. Se para os parlamentares comunistas a questão central reside numa reestruturação que vise a efectiva democratização e transparência da vida financeira do Estado, o mesmo não se poderá dizer da proposta governamental.

Com efeito, gorando legítimas expectativas, o texto do Executivo concebe um Tribunal de Contas que, em alguns aspectos fundamentais, «ficaria não apenas desajustado das realidades mas aquém da actual legislação que data de 1933».

Esta foi, de resto, a opinião dos juízes do Tribunal, expressa publicamente naqueles precisos termos, facto que em vez da ensejada «modernização do controlo da actividade financeira do Estado», como lembrou o deputado comunista Octávio Teixeira significaria uma situação em que o Tribunal ficaria impedido de exercer a sua acção fiscalizadora, com prejuízo da democraticidade do sistema.

Para a bancada comunista, conforme foi salientado no debate, afigura-se assim inaceitável que o Governo pretenda restringir ainda mais a já insuficiente fiscalização da legalidade e da gestão financeira do Estado e de outras entidades públicas.

Esta resistência do Governo (a exemplo aliás dos que o precederam) à modernização do Tribunal de Contas só se compreende, aliás, à luz das «ilegítimas» e injustificáveis «vantagens» dos governos — as palavras são de Octávio Teixeira — no não controlo efectivo e atempado da gestão dos dinheiros públicos,nas «margens de manobra» na execução orçamental, nos «sacos azuis» não fiscalizados, nas incontroladas «operações de tesouraria», na inqualificável gestão do património público».

Torna-se assim politicamente insustentável na perspectiva dos parlamentares comunistas, que o Governo pretenda impedir que o Tribunal de Contas proceda à apreciação e à realização de quaisquer auditorias financeiras da sua própria iniciativa, restringindo deste modo a sua competência à mera verificação da legalidade (nos casos em que tal é consentido).

O objectivo de eliminar todo o controlo do Tribunal de Contas relativamente aos serviços simples, incluindo os gabinetes ministeriais, o que significaria subtrair à sua acção fiscalizadora mais de 60 por cento das despesas orçamentais do Estado, afigura-se igualmente inaceitável, do ponto de vista de Octácio Teixeira, que a este propósito acentuou ser este um exemplo revelador da «política de obscurantismo, de secretismo e de manipulação que o Governo vem imprimindo à gestão das finanças públicas».

Alvo de severas críticas por parte da bancada comunista foi ainda o intuito do Executivo de excluir da fiscalização prévia do Tribunal as «operações de tesouraria», a gestão patrimonial do Estado, a concessão de avales, de subsídios e de subvenções financeiras e, bem assim, a proibição prevista no articulado da proposta de qualquer relacionamento entre o Tribunal de Contas e a Assembleia da República.

Pela transparência dos dinheiros públicos

Empenhado na aprovação de uma Lei Orgânica do Tribunal de Contas que consagre o verdadeiro controlo democrático da acção do Estado, o projecto de lei do PCP consagra um conjunto de dispositivos que visam a efectiva democratização e transparência da vida financeira.

Defendidas pelos próprios juízes do Tribunal de Contas, são estas linhas essenciais pelas quais a reestruturação do Tribunal de Contas deverá pautar-se que Octávio Teixeira sumarizou na sua intervenção:

1 – Pelo reforço da independência e autoridade do Tribunal;

2 – Pelo princípio da funcionalidade, o que significa completar o princípio da mera legalidade financeira com o princípio da avaliação da eficácia, eficiência e economicidade da gestão financeira;

3 – O alargamento do âmbito de jurisdição e controlo a todas as entidades públicas e a todos os gastos de dinheiros públicos;

4 – O desenvolvimento de técnicas avançadas de auditoria, e a integração do controlo interno dos serviços com o controlo externo do Tribunal;

5 – A supremacia tendencial do controlo sucessivo sobre o controlo preventivo, visando a democratização, e eficácia e a pertinência do controlo das finanças públicas;

6 – O relacionamento directo entre o órgão de soberania responsável pelo controlo técnico da gestão dos recursos públicos e o órgão de soberania a quem compete a fiscalização política da actividade do Governo.

Fazer justiça às freguesias

Com o argumento de que precisava de mais tempo para reflexão, a maioria impôs na semana finda, sem votação, a baixa à Comissão respectiva, pelo período de um mês, do projecto de sua autoria que garante aos presidentes de junta de freguesia, em certos casos, a possibilidade do exercício do mandato em regime de permanência.

Frustrando algumas expectativas, esta decisão foi acolhida com alguma surpresa porquanto o referido diploma foi aprovado há já cerca de onze meses, tempo julgado mais que suficiente para preparar o debate na especialidade agora realizado em plenário.

Mas se a votação acabou por não se realizar, o mesmo não sucedeu com a discussão em torno do diploma. Um debate onde veio de novo para primeiro plano o confronto entre o conteúdo do projecto da maioria e as propostas dos partidos da oposição.

Propostas que no caso do Grupo Parlamentar do PCP, tal como preconizava já o seu projecto de lei sobre esta matéria que o PSD chumbaria em Maio do ano passado, têm em vista a dignificação da autarquia freguesia, nomeadamente através da consagração do regime de permanência, regime que defendem deve ser alargado ao maior número de freguesias e a outros membros da junta de freguesia, que não apenas os seus presidentes.

Reconsiderando algumas das suas posições, a maioria governamental acabou por apresentar uma proposta de substituição na qual se diminui o número de eleitores que são obrigatórios para as freguesias poderem vir a ter um membro a tempo inteiro.

Tal não obsta, porém, como salientou no debate a deputada comunista Ilda Figueiredo, que esta proposta esteja muito aquém da solução preconizada pelo PCP, a qual, recorde-se, defende que as freguesias com mil, cinco mil e dez mil eleitores possam vir a ter também um número da junta de freguesia a tempo inteiro ou dois a meio tempo.

Nesse sentido vão aliás as propostas de substituição apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP durante o debate, prevendo designadamente a consagração do regime de permanência de membros da Junta de Freguesia, nas freguesias com mais de mil eleitores, o alargamento do regime de permanência a outros membros de junta para além do presidente e a garantia de que o município respectivo assegurará a verba necessária ao pagamento de metade das remunerações e encargos com os membros de junta de freguesia em regime de permanência.

Assembleia da República

Hoje, em plenário

Revisão entra em fase decisiva com PS e PSD a imporem restrições ao debate

Ao iniciar-se durante o dia de hoje a discussão em plenário da revisão constitucional, um novo ciclo se abre nos trabalhos deste processo que tem vindo a polarizar crescentemente as atenções das forças políticas e da opinião pública.

A partir de agora, de acordo com as regras definidas pelo regimento aprovado ontem, proceder-se-á à discussão e votação de cada um dos artigos e das propostas apresentadas.

À consideração dos deputados serão assim submetidos os artigos que já obtiveram maioria de dois terços nas votações realizadas na Comissão Eventual de Revisão da Constituição (CERC), os artigos que não obtiveram esses dois terços mas que constam das propostas de revisão que não foram retiradas, as propostas anteriormente apresentadas na CERC e ainda as propostas de alteração que vierem eventualmente a aparecer no decorrer dos trabalhos em plenário.

Objecto de forte contestação foi já, entretanto, durante a sessão plenária de ontem, o regimento ao qual se subordinarão os trabalhos e que resulta de um novo acordo firmado entre o PS e o PSD.

Para a bancada comunista, tal regimento limita gravemente a transparência, a dignidade e a democraticidade dos debates, sendo as restrições nele preconizadas um claro indício de que aqueles dois partidos pretendem dificultar a discussão responsável das propostas e facilitar aos proponentes de graves distorções à Constituição a fuga às suas responsabilidades, evitando deste modo o confronto com um movimento popular de crescente repúdio ao acordo PS/PSD.

Esta última razão explicará, porventura, a celeridade ainda maior que o PS pretende imprimir aos trabalhos, numa tentativa de despachar a galope o processo de revisão constitucional com vista à sua conclusão ainda no próximo mês de Maio, por forma a não vir a sofrer em pleno período eleitoral — recorde-se que as eleições para o Parlamento Europeu são em Junho — o castigo decorrente dos seus compromissos e acordos que manteve com o PSD.

O Grupo Parlamentar do PCP fez já saber no entanto que se oporá energicamente à tentativa de reduzir a revisão constitucional — processo abrangendo importantíssimas questões expressas em muitas centenas de propostas de alteração — a quinze dias de debate em plenário, com tempos drasticamente limitados (cerca de metade do tempo gasto na revisão constitucional de 1982) e múltiplos cerceamentos de direitos fundamentais dos deputados e grupos parlamentares.

Igualmente inaceitável, do ponto de vista da bancada comunista, é ainda a pretendida imposição a cada grupo parlamentar de gastos obrigatórios de tempo em cada dia de debate, independentemente de relevância e da natureza dos temas em apreciação, bem como aquilo que considera ser a «absurda concentração» de todas as votações em quatro fins de tarde.

Como têm feito até aqui, os deputados comunistas continuarão entretanto a bater-se pela democraticidade e transparência do debate e pelo reforço do movimento de opinião contrário a uma revisão desfiguradora do regime.

Esse o sentido que os deputados do PCP imprimem à sua participação numa batalha em que o PS, decaindo das suas posições originárias, aceitou já o inaceitável. É a concessão ao PSD do poder de definir o futuro modelo de comunicação social, é a desnacionalização de empresas e sectores com dispensa de concurso público, são as maiores dificuldades no acesso à Saúde, é a redução do número de deputados, é a redução do poder fiscalizador da Assembleia da República, é o bloqueamento das regiões administrativas.

Nada está porém concluído. A hipótese de reconsiderar posições continua em aberto. Para que em aberto continuem os caminhos do aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural.

Regime de férias e faltas

Somam-se as injustiças para a função pública

«O diploma aprovado pelo Governo, além de conter numerosos aspectos prejudiciais aos trabalhadores, constitui no essencial um documento tecnicamente mal elaborado». Nestes termos se referiu a deputada comunista Apolónia Teixeira ao decreto lei n.º 497/88 sobre «Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública», chamado para ratificação em Plenário, na passada semana, por iniciativa dos Grupos Parlamentares do PCP e do PS.

Ao tomarem a iniciativa de requererem a ratificação do diploma, nos propósitos dos proponentes estava a correcção de inúmeros artigos que do seu ponto de vista «põem em causa legítimos interesses e direitos adquiridos dos trabalhadores.

Com efeito, o diploma em apreço vem criar graves situações de injustiça, provocando simultaneamente um quadro de instabilidade que, no entender do PCP, configura aspectos inadmissíveis numa administração que se pretende moderna e eficaz.

Em causa está, sobretudo, como tratou de lembrar no decorrer do debate Apolónia Teixeira, o facto de o Governo ter deixado de fora no âmbito da aplicação do diploma todos os trabalhadores «formalmente tratados como tarefeiros» — numa clara violação da Constituição da República —, estando ainda patente no seu conteúdo a pretensão governamental de regulamentar o direito à greve, quando a autorização não abrangia esta matéria.

Objecto de crítica por parte da bancada comunista foi igualmente o facto do disposto sobre o direito a férias diferir do regime do sector privado ao definir como requisito de aquisição do direito a prestação de mais de um ano de serviço, norma esta que contraria o estabelecido pela OIT que fixa em seis meses o limite máximo como requisito para aquisição do direito a férias.

Entre os aspectos particularmente gravosos para os trabalhadores contidos no articulado do diploma, um destaque ainda para a imposição do desconto do vencimento de exercício nos primeiros trinta dias de doença, a redução do número de faltas por conta do período de férias de duas para uma, e ainda o reforço do poder discricionário das chefias, facto susceptível de poder abrir a porta a eventuais medidas de carácter persecutório.

As injustiças criadas por este diploma vêm, entretanto, agravar um panorama caracterizado por um crescente divórcio entre o Executivo e os trabalhadores da Administração Pública. A ele se referiu circunstanciadamente Apolónia Teixeira, pondo em relevo nomeadamente a estagnação e desvalorização das carreiras da Administração Pública.

Ao mesmo tempo, fez notar a deputada comunista, alastra a instabilidade e precaridade no emprego (o número de trabalhadores com vínculo precário eleva-se a 100 mil), enquanto em matéria salarial a política governamental continua a ser pautada pela imposição de aumentos exíguos.

Lei dos despedimentos não é assunto arrumado

O Grupo Parlamentar do PCP vai requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade do decreto-lei governamental relativo à cessação do contrato individual de trabalho, mais conhecido por lei dos despedimentos, anunciou em nota aos órgãos de comunicação social o gabinete de imprensa do Grupo Parlamentar do PCP.

Em simultâneo, o PCP vai requerer também a ratificação do mesmo diploma pela Assembleia da República, em conformidade com as reivindicações do movimento sindical.

Na base destas posições dos parlamentares comunistas reside o facto do regime agora criado abrir caminho à admissão de despedimentos que não sejam com justa causa, para além de violar frontalmente os princípios de liberdade sindical e da segurança no emprego, consagrados e garantidos em diversos dispositivos da Constituição laboral.

Recorde-se ainda que o decreto-lei emanado na base de uma lei de autorização legislativa, cuja inconstitucionalidade é patente, e para o qual foi igualmente requerida a apreciação do Tribunal Constitucional, prevê a sua aplicação aos processos em curso nos tribunais, facto que originará novas injustiças e cria um regime sumário de despedimentos em empresas com menos de 21 trabalhadores.

Um combate que deu frutos

Quem proceder a uma avaliação objectiva da acção desenvolvida ao longo do período de trabalhos da Comissão de Revisão Constitucional não poderá deixar de reconhecer a utilidade e importância do esforço realizado pelos deputados comunistas na luta contra o «triplo pacto» celebrado entre o PS e o PSD.

Há cerca de quinze dias, numa declaração sobre o processo de revisão constitucional, o deputado comunista José Magalhães evocou seis razões, as quais, segundo ele, evidenciam a justeza desse combate ao «contrato-promessa», ao «pacto de silêncio» e ao «acordo de aceleração dos trabalhos» subscritos pelos dois partidos:

1.º Frustrou-se a tentativa de impor de supetão e em silêncio a consumação dos acordos.

2.º Assegurou-se que cada questão fosse debatida, evitando a transformação da CERC em carimbo mecânico de opções não explicitadas.

3.º Garantiu-se a realização regular de audiências com organizações sociais e cidadãos e impediu-se a sua interrupção designada pelo PSD, que, no entanto (tal como o PS) revelou surdez às petições e reclamações contrárias aos acordos celebrados.

4.º Foram frustradas muitas (embora não todas) soluções, que executando atabalhoadamente o acordo, o pioravam.

5.º Foram defendidas, com êxito pleno, fronteiras fundamentais do regime, ao ser alcançada a rejeição de propostas que visavam a ruptura constitucional através de plebiscito, a exclusão de ameaças directas (mas não indirectas) aos direitos dos trabalhadores, a rejeição da pura inversão de sinal da Constituição económica, a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

6.º Foram até criadas condições para a aprovação de propostas que em certos casos apresentam aperfeiçoamentos do quadro constitucional. Não somos maniqueistas, nem redutores. Só podemos manifestar regojizo com o facto de a Constituição passar a incluir como tarefa do Estado a defesa da Língua Portuguesa ou proibir o trabalho infantil, ou ampliar o direito de acção popular e consagrar a administração aberta, como aliás propôs o PCP.

Parlamento Europeu

Açores e Madeira no Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu tem agendada para amanhã, na sua ordem de trabalhos, a apreciação de uma matéria de particular interesse para Portugal: trata-se dos programas comunitários em favor das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
O relatório, que deverá ser apresentado pelo deputado comunista espanhol Gutierrez Diaz e contou com a participação activa dos eurodeputados comunistas portugueses, assenta na constatação de que as ilhas atlânticas portuguesas se contam entre as regiões mais desfavorecidas da Comunidade devido à sua insularidade e situação periférica extrema, necessitando por isso de um tratamento específico por parte da Comunidade.

Em relação aos Açores, o documento propõe que o PE considere prioritários a valorização dos recursos humanos, nomeadamente através da formação profissional; a melhoria das comunicações marítimas entre as ilhas do arquipélago; o desenvolvimento do sector pesqueiro para uma melhor exploração da Zona Económica Exclusiva; a transformação industrial do peixe; a diversificação e especialização da produção agrícola e pecuária; o apoio às culturas da beterraba e do tabaco e o reforço das produções agrícolas alternativas; o lançamento do turismo e a construção das necessárias infra-estruturas; a redução da dependência externa; a melhoria das ligações com o exterior, em particular com o continente, a Madeira e as Canárias.

O relatório defende ainda a necessidade de se fazer um esforço para melhorar os laços económicos dos Açores com a América onde existe um grande contingente de emigrantes açorianos, e apoia a proposta de Programa Nacional de Interesse Comunitário centrado no turismo aprovado pelo Governo Regional. Por outro lado, exprime o apoio ao regime especial em matéria fiscal e propõe à Comissão a manutenção no Mercado Único da zona franca da ilha de Santa Maria, para além de solicitar à Comissão que tenha em consideração o impacto que terá em 1991 a imposição de quotas leiteiras, dada a importância desta produção na economia açoriana.

No que se refere à Madeira, o relatório Gutierrez Diaz aponta como condições de desenvolvimento a melhoria das suas comunicações externas (em particular das estruturas portuárias e agropecuárias); a melhoria, desenvolvimento e gestão do turismo tendo em conta a preservação do ambiente, a qualidade de vida da população e a qualidade dos serviços turísticos; o relançamento e a diversificação do sector primário e protecção do artesanato; uma melhor exploração da Zona Económica Exclusiva através da renovação das estruturas do sector da pesca e do desenvolvimento da aquicultura; o aproveitamento das energias renováveis.

O relatório propõe ao PE o apoio à zona franca de carácter comercial e industrial do Caniçal assim como a de carácter financeiro, já existentes, e considera que há razões para a sua manutenção no âmbito do Mercado Único, bem como para as excepções existentes no domínio fiscal.

Tendo em conta a situação existente nas duas Regiões Autónomas propõe-se que o PE solicite à Comissão a elaboração de programas integrados do desenvolvimento que possam actuar sobre o conjunto dos problemas nelas existentes.

Convidados do PCP

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu levaram até Estrasburgo, no âmbito da sessão que decorre de 10 a 14 de Abril, uma série de convidados de diferentes áreas sociais e sectores profissionais cujos interesses estão de algum modo a ser debatidos no Parlamento.

Assim, viajaram até Estrasburgo agricultores e jornalistas da imprensa regional a quem durante uns dias será dada oportunidade de conhecer e entender como funciona aquele órgão comunitário.

Por outro lado, os deputados do PCP convidaram o deputado comunista dos Açores na Assembleia Regional, Paulo Valadão e o ex-deputado da Madeira, Mário Aguiar, para estarem presentes nesta sessão, a propósito da votação do relatório sobre as regiões insulares portuguesas, prevista para sexta-feira. Os nossos camaradas devem também dar uma conferência de imprensa sobre as decisões tomadas nesta matéria.

CDU defende riqueza mineira de Trás-os-Montes

Trás-os-Montes tem enormes e diversificados recursos mineiros e de água que têm estado abandonados ou subaproveitados. Trata-se de fazer a avaliação dos recursos existentes e discutir a importância económica que assumem para o desenvolvimento da região, vistos não apenas como matéria-prima a exportar, mas com a preocupação de serem geradores de novas indústrias transformadoras de forma a que aqui tenha lugar o acrescentamento do valor, o que se traduziria, sem dúvida, na criação de postos de trabalho e maior riqueza para a região.

A afirmação é do camarada Vasco Paiva, membro do CC do PCP e do executivo da DORT do PCP, num debate integrado nos trabalhos preparatórios da candidatura da CDU ao Parlamento Europeu, realizado no passado domingo no Centro de Cultura de Vila Real.

Subordinado ao tema «Indústrias Extractivas, Minas e Águas Minero-Medicinais em Trás-os-Montes» o debate, que reuniu sessenta participantes, foi iniciado com as intervenções do geólogo Carlos Calado e do engenheiro de minas Luís Alves, generalizando-se depois à assistência.

Mineiros, trabalhadores de empresas de águas, técnicos e diversos especialistas, eleitos autárquicos, entre outros interessados no desenvolvimento regional analisaram o tema proposto tendo concluído que os sucessivos governos e nomeadamente do Governo PSD/Cavaco Silva são «responsáveis pelo abandono do sector, pelo encerramento de minas, pelo desaproveitamento dos recursos, impedindo assim o desenvolvimento regional».

Numa declaração aprovada no final dos trabalhos, a CDU compromete-se em defender as propostas ora enunciadas, na sua acção diária e em todas as instâncias públicas e órgãos de soberania, autarquias locais, Assembleia da República, Parlamento Europeu.

A CDU reafirma ainda o seu empenhamento na defesa dos interesses dos transmontanos e alto-durienses e compromete-se a prosseguir a sua acção em favor da regionalização como condição indispensável para o desenvolvimento regional.

Agostinho Lopes, membro suplente da Comissão Política do PCP, encerrou os trabalhos, sublinhando o valor e significado desta iniciativa, «resultado de um profundo trabalho colectivo e demonstradora da nossa constante preocupação em estudar a realidade e propor soluções».

«As ideias com que saímos, disse, não são mais uma vez o cristalizar de ideias mas um ponto de partida para a nossa intervenção ao nível do Poder, junto dos trabalhadores e do nosso povo, permanentemente abertos à vida e aos ensinamentos da vida».

Agostinho Lopes fez ainda o ponto da situação política nacional e alertou para a necessidade de nas próximas eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu reforçar a votação da CDU.

«Mais deputados da CDU no PE – afirmou – significará também uma certeza de que os recursos mineiros portugueses serão defendidos e explorados de acordo com os interesses do País».

Resolução sobre a Namíbia

O Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu vai apelar ao Conselho e à Comissão que diligenciem no sentido de apoiarem a rápida chegada e instalação na Namíbia da totalidade dos efectivos da UNTAG com os meios necessários para que realizem a sua acção com total autonomia em relação ao exército sul-africano.

A iniciativa partiu dos comunistas portugueses, que na sua proposta de resolução manifestam sérias preocupações em relação à actual situação que se vive no Norte da Namíbia, que consideram susceptível de «vir a anular todo o esforço desenvolvido até à data para garantir o acesso à independência da Namíbia e gerar novos conflitos de consequências imprevisíveis para o processo de paz e segurança na África Austral».

O documento salienta o facto de o contingente da UNTAG «ser nitidamente insuficiente para controlar um território de mais de 800 000 km² e alerta para o facto de «o batalhão Koevoet, tristemente célebre pelas suas acções repressivas sobre o povo namibiano» não ter sido desmantelado de acordo com o decidido nas negociações, «mas sim integrado na polícia da Namíbia».

Tendo em conta as críticas feitas pelo Conselho das Igrejas da Namíbia, que responsabilizam as tropas sul-africanas pela perseguição e assassinato de militantes da SWAPO, os deputados comunistas no Parlamento Europeu reclamam que o Conselho e a Comissão, «através da acção política e de todos os meios ao seu alcance, intervenham para garantir o cessar-fogo e o normal desenvolvimento do processo eleitoral» na Namíbia.

A proposta é hoje discutida.

Poder Local

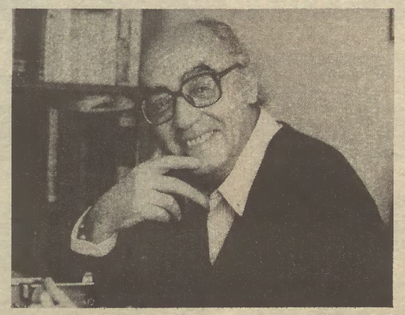
Para melhorar a vida

Lisboa já tem candidatos CDU!

A CDU tornou ontem públicas as suas listas candidatas nas próximas eleições autárquicas à Câmara e à Assembleia Municipal de Lisboa, respectivamente encabeçadas pelos camaradas **Rui Godinho**, vereador na CML, pela CDU, desde 1983, e **José Saramago**, um escritor que dispensa apresentações.
Não se tratou ainda de divulgar a versão ultimada e definitiva das listas, mas sim de dar a conhecer os seus núcleos centrais. Entretanto a apresentação, ontem, das candidaturas CDU à Câmara e Assembleia Municipal é, por si, uma afirmação inequívoca da alternativa à actual gestão municipal que a CDU corporiza.

Gorada que foi, pela recusa assumida pelo Partido Socialista, a possibilidade de viabilizar uma solução tendente a apresentar uma candidatura democrática para derrotar a direita, assume redobrada importância esta candidatura da CDU aos órgãos autárquicos do município de Lisboa, afirmando-se como o amplo espaço de unidade democrática, portador do projecto que corresponde às aspirações, anseios e expectativas de largos sectores da população — uma candidatura que inscreve como objectivos centrais a luta pela presidência da CML, o reforço das posições da CDU na cidade (e em particular, nas 12 freguesias onde detêm a maioria), a conquista de novas maiorias em freguesias várias de Lisboa.

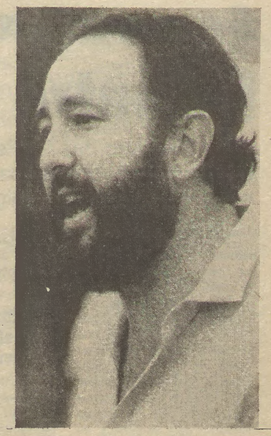
Há razões acrescidas a fortalecer a confiança da CDU em atingor tais resultados. Por um lado, as que decorrem do cansaço e saturação da população da cidade face à gestão PSD/CDS, uma gestão antiquada, velha de 10 anos e que há 10 anos já era velha, passível de pesada condenação pelo estado de degradação a que conduziu Lisboa; por outro, a postura colaboracionista dos eleitos do PS com a gestão Abecasis, da qual resulta uma grave e decisiva co-responsabilidade do Partido Socialista no desastre abecasiano. Por último, e em contraponto a esta situação, ressalta o papel activo, dinâmico, responsável, dos eleitos da CDU, profundamente conhecedores da cidade e dos seus problemas, frontalmente determinados na luta contra os crimes da gestão PSD/CDS/Abecasis/PS, permanentemente preocupados não só em travar o desastre provocado por essa gestão, mas também em apresentar as propostas concretas, as propostas de que Lisboa carece.



***Escritor José Saramago** — membro do PCP, José Saramago é uma notória figura da cultura portuguesa contemporânea e uma referência cultural em todo o mundo, que dispensa prolongada apresentação. O nome e prestígio do autor de romances como «Memorial do Convento», «Ano da Morte de Ricardo Reis» e «História do Cerco de Lisboa» ultrapassa em muito as fronteiras do Partido a que pertence e da própria CDU e constitui, por certo, uma referência capaz de dar uma nova e desejada expressão e dimensão cultural à actividade da principal autarquia do País. É o cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Lisboa*

A CDU apresenta essas propostas como as que correspondem e preenchem as condições de um objectivo considerado da maior importância: traduzir uma inequívoca experiência autárquica, manter um fio de continuidade entre o actual e o próximo mandato, reflectir o profundo conhecimento da cidade e dos seus problemas. No respeito por este objectivo central, a CDU procura igualmente caminhar no sentido de reunir ao núcleo de eleitos mais experientes, um conjunto de novos candidatos capaz de enriquecer os colectivos de trabalho para o próximo mandato; pretende-se trazer à lista experiências e visões de diferentes ângulos da cidade e da sua vida multifacetada.

Do plano social à vida cultural, do rigor ao conhecimento local dos problemas, os núcleos centrais que a CDU apresenta dão garantias de um trabalho ao nível do prestígio e as responsabilidades que a CDU tem na cidade.



***Eng.° Rui Godinho** — membro do PCP, eleito municipal desde 1980, de 1980 a 1982 na AML e vereador desde 1983, ligado ao trabalho das autarquias e ao estudo e aprofundamento dos problemas da cidade desde 1976. Co-autor em 1978 do livro Lisboa-Cidade Abril, o Eng.° Rui Godinho tem assumido na gestão municipal e em particular em áreas como o saneamento, ambiente e reabilitação do património histórico e edificado um papel de maior relevo e importância. É o cabeça de lista da CDU à Câmara de Lisboa*

CDU demonstra

É possível o progresso de Sintra!

Com a participação de mais de 200 pessoas, metade das quais nunca tinham estado em iniciativas do género, realizou-se no passado fim-de-semana numa escola de Sintra um encontro concelhio da CDU subordinado ao lema **«O Progresso de Sintra É Possível, CDU É o Futuro»**. Com intervenções num debate alargado a cinco secções dão uma ideia da vivacidade e riqueza desta iniciativa sobre um dos mais importantes concelhos do País (com perto de 300 000 habitantes) onde, recorde-se, a CDU está a 700 e poucos votos da maioria.

Os desenvolvimentos dos temas em debate são em si mesmos elucidativos da profundidade da discussão feita sobre Sintra, neste encontro da CDU.

Na secção dedicada à **Habitação, Urbanismo e Comunicações** (problemas particularmente complexos neste concelho) falou-se de planeamento e gestão urbanística, dos sectores público, cooperativo e privado da habitação, do loteamento e construção ilegal, de Sintra e a Área Metropolitana de Lisboa, da rede viária, transportes, trânsito e comunicações em geral.

Já no tema **Autarquias e Desenvolvimento** as questões tratadas foram naturalmente diferentes: em relação às primeiras falou-se de gestão autárquica, do município e das freguesias, da descentralização, regionalização e organização das poipulações, enquanto o desenvolvimento era abordado numa perspectiva ampla: sectores de actividade, agricultura e pecuária, indústria, construção civil, serviços, turismo, emprego e situação social.

Quanto ao **Ambiente e Património**, a discussão abordou um painel também vasto de questões, sem dúvida significativas num concelho onde o património natural e histórico é autêntico «ex-libris». Sistema ecológico, rede hidrográfica e cheias, abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos, recolha e tratamento de lixos, património edificado, núcleos e centros históricos, património natural e riqueza etnográfica foram alguns dos problemas analisados.

Em relação à **Saúde, Assuntos Sociais e Segurança das Populações** o debate deu relevo à saúde pública, à cobertura sanitária do concelho, ao equipamento social e à Segurança Social, áreas onde se registam graves carências e assimetrias.

Finalmente no tema dedicado à **Educação, Cultura e Desporto** no concelho de Sintra, abordou-se a questão dos equipamentos (escolar, cultural e desportivo), do desenvolvimento cultural e desportivo, do ensino, da acção social escolar e da ocupação dos tempos livres.

Daí não ser exagerado afirmar-se que este Encontro Concelhio da CDU fez uma autêntica «radiografia» ao concelho, aos seus problemas, carências e potencialidades.

Quatro cidades

Lino Paulo, vereador da CDU na Câmara Municipal de Sintra e candidato desta força política à presidência da autarquia, sublinhou no Encontro que «a CDU é a única força política que tem uma ideia clara sobre a malha urbana do concelho de Sintra e sobre as grandes linhas do seu crescimento futuro», recordando que, na perspectiva desta coligação o concelho «tem quatro verdadeiras cidades: Queluz, Agualva/Cacém, Algueirão-/Mem Martins e Sintra, propriamente dita». Depois especificou as propostas de desenvolvimento da CDU para o concelho:

«Vemos o desenvolvimento da Zona Norte baseado em dois grandes núcleos: um na zona do mármore (Pêro Pinheiro, Montelavar, Maceira e Morelana), o qual poderá vir a constituir uma vila importante, e outro na zona de Terrugem/Vila Verde; a criação destes dois núcleos será feita sem o sacrifício dos terrenos com aptidão agrícola. Quanto à zona Este e Nordeste do concelho encaramos a constituição de três núcleos: Belas/Idanha, Casal de Cambra e Dona Maria/Camarões, neste caso sem pôr em causa a reflorestação dos terrenos aí existentes. Finalmente no chamado 'corredor de Sintra', propomos o desenvolvimento dos dois núcleos Rio de Mouro/Rinchoa e Mercês/Serra da Mina, que deverão constituir mais duas vilas».

Garantindo que entre as prioridades da CDU para o concelho de Sintra está a criação de postos de trabalho para fixar as populações, designadamente pelo licenciamento de parques industriais de tecnologias avançadas, bem como a prática de uma gestão «equilibrada, sem rigidez e descentralizada para as Juntas de Freguesia», Lino Paulo ainda expôs algumas medidas que a Coligação Democrática Unitária tomará no campo urbanístico e habitacional, caso ganhe a Câmara de Sintra, nomeadamente «a inversão da política urbanística actualmente seguida pela liderança camarária do PSD».

Num Encontro Concelhio

CDU de Santarém prepara eleições

Confirmando «o sentido unitário do projecto CDU, quer pela composição da própria coligação (com ampla e determinante intervenção de independentes»), quer pelas finalidades e objectivos procurados (realização do bem comum)» rrealizou-se no passado sábado, em Santarém, o Encontro Concelhio da CDU onde, nas conclusões, se definiram alguns objectivos e acções com vista aos próximos actos eleitorais para o Parlamento Europeu e as Autarquias Locais.

As eleições para o Parlamento Europeu, «mais desmotivantes para o eleitorado» permitem, no entanto, «a divulgação de todo o trabalho e programa CDU e o alerta contra os perigos que a integração europeia comporta e determina e que a corrupção e a incompetência PSD acarinham».

Assim, o Encontro Concelhio das CDU de Santarém entende que, «para dar expressão à actuação patriótica dos deputados portugueses no Parlamento Europeu» se impõe «o reforço da votação na CDU, com o combate ao abstencionismo e ao pretenso voto útil noutras forças políticas, que têm dos interesses nacionais apenas uma visão folclórica e uma apetência turística».

Em relação às eleições para as autarquias, o Encontro recordou «a ausência de uma política global para os problemas do concelho por parte da força política que tem sido maioritária (PS), como por parte da que, seguindo-se-lhe na implantação (PSD), apenas discorre pretensas divergências sobre problemas pontuais». Tendo isto em conta, a CDU de Santarém aponta para um «amplo esclarecimento das populações sobre a sua política autárquica e a profundidade e seriedade das suas propostas» por forma a assumir-se a CDU como alternativa lógica e possível. Vai nesse sentido a abertura das listas da CDU «à participação de todos os que, fraternalmente interessados na resolução dos problemas locais, aceitem trabalhar com determinação e lealdade para esse objectivo».

O reforço da representação da CDU na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de Santarém, a confirmação das suas posições maioritárias em cinco freguesias (Vale Santo, Póvoa da Isenta, Vale Figueira, Pombalinho e S. Vicente do Paúl), a disputa das três freguesias em que a CDU está mais próxima da vitória (Alcanhões, Almoster e Pernes) e a subida nas restantes freguesias, com relevo para as urbanas, são metas concretas por que esta coligação se vai bater em Santarém.

Tendo em vista os objectivos atrás expostos, o Encontro decidiu «o alargamento da Coordenadora Concelhia da CDU e a constituição de um executivo eficaz e eficiente», a «criação de comissões CDU nas diversas freguesias e a revitalização do trabakho já existente» e, finalmente, «o avanço rápido na formação e concretização das listas e a sua divulgação».

PCP

Santarém – 280 iniciativas em perspectiva

Reunida no passado dia 7 de Abril, a Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP, além de definir várias questões de direcção, analisou as próximas **eleições para o Parlamento Europeu, que se realizam a 18 de Junho do corrente ano.**

Considerada tarefa prioritária para os comunistas do distrito, foi salientada a importância que tem para Portugal e para o distrito de Santarém a presença e o reforço de deputados comunistas no Parlamento Europeu, **pois são os comunistas que estão profundamente empenhados na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, assim como na defesa dos interesses nacionais.**

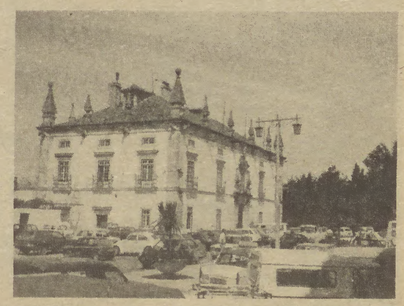
Discutido o estilo e o conteúdo da campanha, assentou-se que esta deve privilegiar o contacto directo com o eleitor, incidindo na defesa dos interesses regionais.

A campanha e a pré-campanha está já calendarizada. São cerca de 280 iniciativas a partir de Maio até final da campanha. Neste mês de Abril decorrerá a apresentação dos candidatos no distrito.

A DORSA do PCP abordou as **comemorações do 15.° aniversário do 25 de Abril e do 1.° de Maio**, apelando aos comunistas, democratas e a todos os trabalhadores do distrito para participarem activamente em todas as iniciativas reforçando assim a luta em defesa do Portugal de Abril.

A DORSA analisou a situação política actual pronunciando-se claramente contra a revisão constitucional que PSD e PS pretendem realizar desvirtuando profundamente a Constituição de Abril.

Finalmente **foi repudiada a política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva.** A saúde, educação, agricultura, trabalho, finanças e particularmente as últimas medidas restritivas do crédito e o aumento do preço do leite foram questões contempladas na análise da DORSA.



***Santarém**, uma cidade onde se sente «a ausência de uma política global para os problemas do Concelho por parte da força política que tem sido maioritária, o PS (na foto, edifício dos Paços do Concelho)*

Trabalhadores

Segurança Social

Encontro aberto no LNEC

O 6.º Encontro das OTRs da SS interessa a mais de 40 mil trabalhadores, grande parte deles atingida pela insegurança no emprego, prevista em algumas áreas «uma greve nacional»

Conforme destacámos na semana passada, decorrerá em Lisboa, nas instalações do LNEC (Avenida do Brasil) em 18 e 19 do corrente o VI Encontro Nacional das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Segurança Social. As ORTs (CTs, delegados e comissões sindicais) elegem para esta iniciativa organizada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) mais de 200 representantes nos locais de trabalho. Segundo Vítor Duarte, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação, o Encontro é aberto a todos os trabalhadores, mesmo os «não sindicalizados, desde que eleitos ou designados por estes». Desde 1982 que as ORTs da SS se reúnem regularmente.

Este ano, estarão em debate dois temas centrais: a anunciada revisão da lei fundamental do País, no que respeita à política para o sector; e (pela ordem escolhida pelos organizadores) «a reforma do sistema retributivo da Função Pública e os problemas dos trabalhadores da Segurança Social».

Revelar o montante da dívida

Amanhã, em conferência de Imprensa na sede da Federação, será divulgado o **montante da dívida de contribuições para a Segurança Social no distrito de Lisboa.** Recorde-se que a precariedade do emprego abunda no sector, principalmente no que respeita aos 20 mil trabalhadores e trabalhadoras — na verdade, a maioria são mulheres — empregados a prazo nas Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS), assim denominadas oficialmente, mas de facto dependentes do Ministério do Emprego e Segurança Social.

De acordo com os últimos elementos divulgados em data útil para o «Avante!», a distribuição do pessoal pelos subsectores da SS em todo o País abrange um total de 42 mil trabalhadores: 800 nas Caixas não integradas; 1000 nos departamentos centrais; 4000 nas Casas do Povo; 17 000 nos Centros Regionais; e 20 000 nas IPSS.

Dos dois temas em debate (revisão constitucional e problemas do sector) são destacados pela FNSFP, como «matérias mais privilegiadas no segundo tema», as **«privatizações, os salários, as carreiras profissionais e a estabilidade do emprego».**

Aos dois dias de trabalhos do Encontro assistirão «dezenas de convidados, designadamente quadros técnicos superiores da Segurança Social, comissões de trabalhadores do sector» e ainda outras pessoas que se dedicam ao «estudo dos fenómenos e problemas sociais do País», adianta Vítor Duarte num ofício enviado aos órgãos da comunicação social.

No mesmo texto, aquele dirigente da FNSFP admite o recurso à greve — **«uma greve nacional»** — em algumas das áreas abrangidas pelo VI Encontro dos ORTs da Segurança Social. É salientado também o entusiasmo verificado na preparação da mesma iniciativa que, além do continente, abrange as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Plenário do Conselho Nacional

«O desenvolvimento da luta pelas reivindicações sindicais, enquadradas no processo de reforma do sistema remuneratório», é um dos assuntos que o Conselho Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública se propõe tratar no plenário anunciado para ontem em Lisboa.

Segundo o departamento de informação da FNSFP, das conclusões do plenário se dará conta hoje, dia 13, na sede da Rodrigues Sampaio, em conferência de Imprensa.

O plenário do CN da FNSFP analisa também a situação político-sindical.

A perigosidade, que a foto documentava em Janeiro do ano passado, não desapareceu por obra e graça de nenhum «salto» qualitativo na Setenave. Mas é (também) o respectivo subsídio constante da convenção colectiva de trabalho que os gestores agora querem eliminar. Trabalhadores e sindicatos dizem naturalmente: ***Não***

Sumário sindical

Polícias — Também na Região Autónoma da Madeira, os agentes da PSP acabam de reivindicar o direito igual para todos os cidadãos de fundarem um sindicato. Num comunicado emitido a semana passada, o primeiro que veio a público, uma comissão criada para o efeito critica as campanhas contra a sindicalização na Polícia. Nessas campanhas está envolvido, como se sabe, o Ministério da Administração Interna e, no que respeita especificamente à Região, o comunicado refere formas organizadas de anti-sindicalização, incluindo reuniões com a intenção de intimidar os agentes dispostos a aderir a sindicatos. Um próximo **Encontro Nacional** era entretanto marcado para 21 do corrente pela Associação Sindical da PSP.

Professores — Como já sucedera na primeira chamada da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) convocou uma greve para a passada segunda-feira. No dia 6, a direcção daquela organização unitária referia, por intermédio de Teolinda Boucinha, que o SPGL defende «a dignidade profissional» dos professores ao convocar novamente a greve, pois, como já dissera relativamente à primeira chamada, «rejeita a forma abusiva e desrespeitosa» como é entendido pelo Ministério da Educação o «trabalho dos professores dos ensinos prepratório e secundário», impondo-lhes a participação em «tarefas» que nada têm a ver com «as actividades programadas para o ano lectivo em curso».

Estudantes — Os trabalhadores estudantes representados pela FNATES (Federação Nacional) anunciaram para 8 do corrente uma reunião na sede da CGTP, em Lisboa. Em questão estava a nova **lei de acesso ao superior**, o balanço de um encontro recente, audiências já marcadas, designadamente com um dos assessores do Presidente da República.

Jornalistas — No próximo dia 18, terça-feira, serão eleitos os corpos gerentes para o Sindicato dos Jornalistas. A única lista conhecida dentro do prazo estatutário foi apresentada em público no passado dia 5 e identifica-se com o lema «A diferença contra a indiferença». As mesas de voto funcionam em Lisboa e no Porto. Nos termos dos estatutos, pode votar-se por correspondência. A eleição é para o biénio de 1989/1990.

LNEC — A comissão sindical do Laboratório Nacional de Engenharia Civil anunciou greves parciais dos trabalhadores das **carreiras de experimentação**, com início em 17 do corrente. A forma de luta foi anunciada em Conferência de Imprensa, na sede da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, estrutura intermédia da CGTP. A reestruturação das carreiras é o principal motivo da greve.

Teatro — No próximo sábado, 15, prossegue às 4 da tarde na Sociedade Recreativa da Várzea de Sintra, com «Mar», de Miguel Torga, pelo Grupo de Teatro da Meia-Lua, o **VI Festival de Teatro Amador** da CGTP-IN. Entre Abril e Maio haverá uma dezena de espectáculos. No apuramento regional de Lisboa participam treze grupos de teatro amador. O festival termina em Évora.

Hotelaria — Prosseguem hoje e terminam amanhã, sexta-feira, as eleições para os órgãos dirigentes do **Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.** Filiado na FESHOT, federação intermédia da CGTP, o Sindicato tem sede em Lisboa e são os actuais corpos gerentes que propõem uma lista com 103 elementos, sob o lema «Pela segurança no emprego; por condições de vida dignas; lutar por uma vida melhor; continuar Abril». Os 103 candidatos representam, segundo a direcção actual, «os vários subsectores, regiões, correntes de opinião e profissões».

Problemas do Mundo Contemporâneo

OS HOMENS DA CASA BRANCA

DE TRUMAN A REAGAN

N. N. Iakovlev

edições Avante!

Setenave

Não às «extras» termina amanhã

Novas formas de luta, se a administração não ceder

Os trabalhadores da Setenave têm desenvolvido desde 9 de Março várias acções contra a discriminação salarial e a continuação dos despedimentos. Ponto alto da luta foi a greve da passada sexta-feira (que paralisou totalmente a produção), seguida de deslocação ao Governo Civil de Setúbal, com distribuição de documentos à população.

Até amanhã, 14 de Abril, prossegue a recusa de trabalho extraordinário. Para anteontem e hoje estavam convocadas paralisações de 4 horas diárias, forma de luta que foi já adoptada várias vezes desde 9 de Março. Os trabalhadores da Setenave participaram ainda na jornada nacional dos metalúrgicos, a 29 de Março, nomeadamente na concentração junto à residência oficial do Primeiro-Ministro.

Um membro dos organismos representativos dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Setúbal afirmou ao «Avante!» que **«o descontentamento é grande, os trabalhadores estão unidos e, caso a administração não ceda, avançarão para novas formas de luta».**

Depois de 3 anos sem actualização salarial, os trabalhadores da Setenave foram aumentados em 12% a partir de Janeiro deste ano; «mas para os quadros os aumentos andaram entre 18 e 21 por cento, há mesmo directores que levaram 30 por cento» – referiu-nos aquele activista sindical. «Se a empresa tem dificuldades, são para todos» – comentou.

Mas, **mesmo com os 12 por cento de aumento, muitos trabalhadores da Setenave vão levar menos dinheiro para casa no fim de cada mês,** já que a administração pretende restringir a atribuição dos prémios de risco e perigosidade (entre 35 e 55 por cento, conforme o tipo de trabalho).

Os representantes dos trabalhadores da Setenave consideram ainda que «nada justifica» a tentativa de despedimento de mais 100 pessoas, uma vez que os efectivos da empresa actualmente rondam o número (2500) determinado no memorando da administração.

Das mil cartas enviadas por altura do Ano Novo a sugerir o despedimento, houve 300 que receberam resposta negativa. Agora, denunciam os ORTs, a administração enviou cartas a 100 destes trabalhadores concedendo-lhes licença com vencimento, procedimento considerado ilegal, já que tal licença não foi pedida por ninguém.

Trabalhadores

Situação muito grave no comércio

Bispo de Setúbal recebe dirigentes sindicais

Sem consultar os parceiros sociais, o Governo acaba de publicar um despacho que é «um verdadeiro atentado contra a família», acusa o Sindicato CES-SUL

Nem para as necessidades fisiológicas normais do organismo é permitido às operadoras de caixa da loja do Pingo Doce em Setúbal abandonar por uns momentos o seu posto de trabalho. A direcção do CES-Sul, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços, que no passado dia 10 foi recebida em audiência pelo bispo de Setúbal, D. Manuel da Silva Martins, condena essa anomalia desumana que se verifica «nos dias de maior movimento» e classifica-a como «verdadeiro atentado contra a saúde» daquelas trabalhadoras.

Outro dos atentados que o CES-Sul condenou publicamente na passada terça-feira é o despacho do Governo que «liberaliza o funcionamento dos estabelecimentos comerciais» na península de Setúbal. O caso exposto na audiência com o prelado, efectuada a pedido do CES-Sul na passada segunda-feira, põe em causa direitos e garantias legais e aplicáveis a todos os trabalhadores. «Um verdadeiro atentado contra a família»: é nestes termos que o Sindicato, com sede em Setúbal, verbera a medida do Governo.

O assunto tem a ver directamente com a questão muito sensível dos horários de trabalho, mas remete para os chamados grandes espaços comerciais e para um tipo de concorrência que está a desarmar em grande escala o comércio da região.

Nos termos de uma nota emitida pela direcção do Sindicato, o bispo de Setúbal «deu a entender que conhece profundamente a desumanidade existente, prometendo, logo depois de estudado o processo, que não deixará, em lugar e tempo oportuno, de expor o problema».

A direcção sindical, que «ficou satisfeita com a entrevista» concedida por D.Manuel da Silva Martins, afirma que «o estranho caso» ocorrido na loja do Pingo Doce é «uma das muitas prepotências» a que essas trabalhadoras e trabalhadores «estão sujeitos nesta e noutras lojas do distrito».

O CES-Sul recorda que o artigo 22.º do **Regulamento Geral da Higiene e Segurança** determina precisamente que sejam respeitadas **«as pausas de trabalho»** indispensáveis, pelo que já apresentou queixa à Inspecção Geral do Trabalho contra quem tenta, pelos vistos, acabar com elas.

O PSD lamenta

Ainda segundo a mesma direcção do CES, o «PSD distrital (Setúbal) «lamenta que os trabalhadores não fossem ouvidos» quanto ao despacho publicado no BTE (Boletim de Trabalho e Emprego) n.º 8 e que permite, em traços gerais, que **«oportunistas estejam a obrigar trabalhadores a alterar o seu contrato individual e colectivo de trabalho e a trabalharem 48 horas por semana, quando o CCT estabelece 44»**, no máximo.

O CES-Sul, que se encontrou com dirigentes do partido do Governo, tem encontros marcados com outros partidos, incluindo o PCP. Para isso, a direcção sindical de Setúbal foi mandatada pelos trabalhadores que se reuniram em plenários concelhios, protestando contra o despacho do Governo que consideram ilegal.

Para evitar a aplicação do despacho o CES-Sul afirmava segunda-feira passada que se encontraria também com personalidades públicas, organismos oficiais e associações de comerciantes.

O Sindicato sublinha que a medida do Governo é agradável aos «oportunistas» – assim os qualifica – porque «os alimenta», como também destaca, **«na medida em que vem procurar legalizar o funcionamento ilegal dos grandes espaços comerciais»**.

Recorda também a direcção do CES-Sul que **«nos termos da Lei 206/87, assinada pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva»**, esse mesmo despacho, para ser publicado e entrar em vigor, teria que **«ser precedido de prévio consenso»** obtido com os parceiros sociais, o que não sucedeu.

Na Guerin

Em greve pelos juros dos salários em atraso

Uma concentração em frente à sede da empresa, na Avenida da Liberdade em Lisboa no próximo dia 19, culminará uma fase da luta dos trabalhadores da Guérin que, segundo a CT, se desenvolve desde sexta-feira passada, pela «negociação da tabela salarial interna» e pelo «pagamento dos juros de mora dos salários em atraso recebidos em Junho de 1988».

Recorde-se que as acções daquela conhecida firma do comércio automóvel foram adquiridas em Novembro do ano passado pelo Banco Fonsecas e Burnay.

Ainda segundo a comissão de trabalhadores (CT), as formas de luta, decididas em plenários sectoriais efectuados em 30 e 31 de Março, concretizam-se em duas horas de paralisação no fim do segundo período de trabalho (7 e 14 do corrente) e por igual espaço de tempo no primeiro período, em 10 e 12 do mesmo mês.

Carta social da Europa

Depois de ter «concordado na defesa da Carta Social da Europa» partiu sexta-feira passada da Portela a delegação do Centro Operário de Atenas, que visitou o nosso país a convite da União dos Sindicatos de Lisboa. A USL, que no mesmo dia emitiu um comunicado sobre a visita, destaca que a delegação grega foi chefiada pelo vice-presidente da COA, Goytza Manis Kostas.

A delegação sindical grega, que teve vários contactos em Lisboa, incluia ainda Nico Gravas e Agagou Leo, ambos dirigentes do COA.

O Centro Operário de Atenas faz parte da CGT grega. Dos contactos em Lisboa, a USL destaca, além dos encontros com Florival Lança, coordenador da CE, com a comissão permanente da mesma Executiva, e com Ulisses Garrido, também dirigente da União e secretário para as Relações Internacionais, um encontro com a direcção do SITAVA, bem como visitas a várias empresas, incluindo a TAP e a Sorefame, e ainda encontros com as organizações representativas dos trabalhadores e com o Sindicato dos Metalúrgicos.

Adesão à CEE

Na referida nota da USL, salienta-se, também «a confluência de pontos de vista» entre esta organização intermédia da CGTP e a delegação sindical grega «sobre o processo de adesão à CEE e à actuação dos trabalhadores neste contexto, defendendo a Carta Social da Europa e uma Europa social».

Durante a visita de três dias a Lisboa, a delegação sindical grega teve ainda oportunidade de abordar com os sindicalistas portugueses questões como o emprego, o desemprego, a protecção dos desempregados e, citando a USL «o aumento da miséria nas zonas das capitais», bem como «os problemas de ambiente e poluição, que também atingem as cidades-capitais».

O Centro Operário de Atenas, no âmbito da CGT grega, convidou a USL a visitar a capital da Grécia no próximo mês de Setembro.

Na EPI

Ainda os atrasados

Afectados 274 trabalhadores com uma média de idades superior a 45 anos

Os responsáveis pela Empresa Progresso Industrial (EPI) continuam com «atrasos sucessivos no pagamento dos salários». A direcção do Sindicato de Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Lisboa (STMMDL) acrescentava, sexta-feira passada, que esses atrasos no pagamento mensal se verificam desde Julho do ano passado.

A EPI tem 274 trabalhadores, cuja média de idades se situa acima dos 45 anos. A actuação do patronato, que em 7 do corrente ainda não pagara os salários de Março, provoca nos trabalhadores **«instabilidade e angústia»**, sublinha o Sindicato.

Apesar de os patrões da EPI colocarem os trabalhadores «perante um futuro de incertezas, a empresa mantém-se e tem-se sentido em laboração plena». A direcção do STMMDL teme naturalmente pelo futuro dos postos de trabalho.

Nessa situação, que «está a tornar-se insustentável», joga-se o futuro imediato de dezenas de famílias, para as quais a «única fonte de rendimento é o salário da empresa».

A garantia dos postos de trabalho é uma das primeiras preocupações do Sindicato, dos trabalhadores. Mas estão também em causa os «graves prejuízos materiais e morais» que a negregada situação de salários em atraso, infelizmente bem conhecida em Portugal como «antecâmara dos despedimentos» e de finais muitas vezes dramáticos, incluindo suicídios que tem provocado durante os últimos dez anos.

A direcção dos metalúrgicos (STMMDL) refere que, a manter-se a atitude do patronato, os trabalhadores e o seu Sindicato estão dispostos a desenvolver **«as acções necessárias para que a legalidade seja reposta na EPI»** e para que sejam garantidos tanto os postos de trabalho como o pagamento normal dos salários.

***Atenas** (imagem do Pireu) como Lisboa não escapa aos perigos e riscos das cada vez maiores cidades-capitais na Europa da CEE*

PCP

Da tribuna da 2.ª Assembleia da OR de Setúbal

Dirigentes do PCP comentam situação política, aspectos da realidade e tarefas dos comunistas

As intervenções de abertura e de encerramento da 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal do PCP, realizada em Almada no passado sábado, estiveram a cargo, respectivamente, dos camaradas **Manuel Sobral**, suplente da Comissão Política e **Domingos Abrantes**, do Secretariado e do Executivo da C. Política do Partido. Destas intervenções, respigámos alguns breves extractos.

Escândalos e arrogância

Os sucessivos escândalos de actos de corrupção envolvendo vários ministérios e que têm a cobertura do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, não podem ser considerados como acontecimentos ocasionais e conjunturais, eles são a expressão directa e concreta da natureza de classe deste Governo, o qual considera o Estado e os bens públicos como uma coutada ao serviço do clientelismo e do grande capital.

Privatizando empresas públicas rentáveis, prosseguindo a ofensiva destruidora da Reforma Agrária com o esbulho das UCPs, o Governo PSD/Cavaco Silva vai dando corpo ao plano ilegal e subversivo de reconstituição dos monopólios e latifúndios.

Esta política é acompanhada a par e passo da governamentalização do sistema político, por graves atentados ao Poder Local Democrático, a limitação aos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, de que o Pacote Laboral e a Lei da Propaganda são os exemplos mais acabados, a instrumentalização completa da comunicação social com particular realce para a RTP e pelo desrespeito e limitações à independência e capacidade dos tribunais.

A actuação do Governo PSD/Cavaco Silva no quadro de uma grande concentração de poder, caracteriza-se ainda por uma grande arrogância face a outros órgãos de soberania e o desrespeito pelas competências e funcionamento de instituições democráticas.

As recentes declarações de inconstitucionalidade como seja o caso do regulamento de aplicação do FEDER, da Lei para as eleições para o Parlamento Europeu, da Lei do esbulho dos baldios, a somar a vários outros casos, significando importantes derrotas políticas do Governo traduzem, entretanto, a natureza antidemocrática do Governo e da maioria PSD que o suporta na Assembleia da República.

Domingos Abrantes

Objectivos da DORS

O Projecto de Resolução Política, documento-base que a DORS apresenta a esta Assembleia para apreciação e votação, é um documento voltado para a acção da ORS, nos planos imediato e a curto prazo, que aponta os seguintes objectivos centrais que se interligam:

- O empenhamento dos comunistas da Organização Regional de Setúbal na concretização das orientações definidas no XII Congresso do PCP;
- A preparação e mobilização para as importantes tarefas políticas que se colocam ao Partido em 1989, particularmente as eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais;
- A definição de outras prioridades e respectivas medidas práticas, no plano da organização e do trabalho de direcção;
- Os critérios que devem presidir à eleição da nova DORS.

Manuel Sobral

CDU em números no Poder Local de Setúbal

A CDU tem a presidência em 11 Câmaras e 12 Assembleias Municipais nos 13 municípios do distrito. E tem a presidência em 65 das 77 freguesias. Cerca de 1000 num total de 1500 são eleitos da CDU. E, se é reconhecido como altamente valioso o trabalho da CDU, é porque a superioridade da sua gestão reside sobretudo na ligação dos seus eleitos à população, aos seus problemas e aspirações. Mas reside também, nas suas perspectivas mais amplas do que é o Poder Local Democrático, no Associativismo Intermunicipal de que são exemplo as iniciativas pioneiras da AMDS e da AMLA; na concepção da descentralização de poderes para as freguesias e no reconhecimento do seu importante papel na resolução dos problemas locais de que é exemplo a ANAFRE, recentemente criada com a participação activa dos eleitos da CDU e que hoje está reunida num Encontro Nacional em Coimbra para debater o papel das freguesias no nosso país.

Manuel Sobral

O significado das eleições de Junho

Dois meses, tal é o tempo que nos separa do primeiro acto eleitoral, é um espaço de tempo demasiado curto para a grandeza das tarefas a realizar. Isto significa que não se pode perder tempo na dinamização de todo o trabalho eleitoral.

Devemos lançar-nos nesta batalha com determinação e confiança. Vamos para estas eleições com provas dadas. Os nossos deputados eleitos nas listas CDU afirmaram-se como as únicas vozes verdadeiramente defensores dos interesses nacionais.

Domingos Abrantes intervindo na 2.ª Assembleia (ext.) da OR de Setúbal

A lista de candidatos encabeçada pelo camarada Carlos Carvalhas, membro da Comissão Política do Partido, inclui todo um conjunto de homens e mulheres capazes e prestigiados e que, uma vez eleitos dão garantias seguras de defender os interesses nacionais.

Mas as eleições para o Parlamento Europeu terão um significado que ultrapassará largamente o seu significado específico.

Terá uma grande importância política confirmar que o PSD perdeu o apoio eleitoral alcançado em 19 de Julho de 87 e que o PS sozinho não é alternativa à direita.

Estas eleições devem ser o prolongamento das acções de protesto e descontentamento contra a política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva, daí que elas não possam, nem devam ser desligadas da intensificação da luta de massas contra a política de direita.

Há um enorme perigo de, por incompreensão da importância destas eleições, se verificar uma grande abstenção, com todas as consequências que isso terá.

Estas eleições mais do que em quaisquer outras, exigirão um muito intenso trabalho de esclarecimento, de contacto directo com as pessoas, um trabalho de ampla divulgação das nossas propostas para fazer frente às consequências da integração na CEE. O Partido e a CDU devem afirmar-se como a voz dos descontentes com a política de direita e dos que querem um Portugal desenvolvido, livre e independente.

Domingos Abrantes

PORTO

Conclusões do 1.º plenário da DORP eleita na 2.ª Assembleia

A DORP recentemente eleita na 2.ª Assembleia da OR Porto, reuniu pela primeira vez em plenário, no passado sábado. No cumprimento da ordem de trabalhos estabelecida, o plenário da DORP elegeu os seus organismos executivos (Comissão Executiva e Secretariado), e discutiu questões relativas à organização do trabalho de direcção a nível distrital, designadamente o funcionamento, funções e competências da DORP e dos seus organismos executivos e de outros organismos e comissões específicas que foram constituídos. O plenário da DORP analisou a situação política e social, no plano nacional e regional, e as tarefas do Partido. Marcou para o próximo dia 22 um grande comício com **Álvaro Cunhal.**

Os documentos conclusivos desta reunião foram apresentados em conferência de Imprensa na segunda-feira, sendo que as questões relativas à organização do trabalho de direcção tinham sido já dados a conhecer à comunicação social em breve encontro no intervalo da reunião.

O boicote à regionalização

No comunicado de Imprensa saído da reunião plenária da DORP esta destaca a importância do desenvolvimento do protesto e da acção contra o acordo de revisão constitucional do PS com o PSD.

O comunicado destaca também a «gravidade do boicote à criação das regiões administrativas» e considera «significativo que 13 das 17 Assembleias Municipais do distrito, representando 91,1% da população, tenham já tomado posição pública a favor da criação das regiões administrativas».

No panorama da vida política, social e cultural do distrito, mereceram particular atenção as incidências do PDR no distrito — **PDR e Área Metropolitana do Porto,** que mereceram uma resolução específica.

O início do processo das privatizações e, em concreto a forma como se está a verificar a privatização da UNICER; a escandalosa atribuição no concelho do Porto das duas frequências de rádio de maior potência ao grupo SONAE e ao Comércio do Porto; a política de degradação ambiental conduzida pelo Governo para satisfazer poderosos interesses ligados às celuloses de que são exemplo o parecer do Governo contra a classificação de Santa Justa, Pias e Castiçal como área de reserva natural — são questões que mereceram a reflexão da DORP e a sua condenação.

O corte de subsídio a todas as companhias de teatro do Porto, a destruição da Orquestra Sinfónica do Porto e o aumento do preço dos museus, entre muitos outros aspectos são citados no comunicado como exemplos de uma política cultural» de menosprezo e subalternização dos artistas e intelectuais.

Comício com Álvaro Cunhal

A DORP considerou extremamente positivas as resoluções tomadas pela Câmara e Assembleia Municipais do Porto de instalar um Planetário e adquirir o Teatro Rivoli.

Os camaradas da DORP debateram ainda os preparativos das próximas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais anunciando que no quadro das importantes batalhas políticas decidiram realizar um **grande comício com a presença do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal,** que terá lugar a 22 de Abril, no Palácio de Cristal.

A DORP aprovou uma saudação especial ao III Congresso da JCP e apelou a uma massiva participação nas comemorações populares do 25 de Abril e na comemoração do 1.º de Maio.

Área Metropolitana do Porto e PDR

Como tínhamos já referido a Área Metropolitana do Porto e o PDR foram alvo de uma resolução da DORP. Nesta resolução a DORP considera que «o PDR ameaça, no que se refere à AMP, resumir-se, no fundamental, a uma acção comprimida e minguada de recuperação dos atrasos da responsabilidade do governo PSD na conclusão de projectos, infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, infra-estruturas de saneamento há muitos anos programadas, há muito iniciadas e nalguns casos cuja não conclusão até ao momento evidencia a irresponsabilidade e falta de capacidade de gestão não só do Governo PSD como ainda das Câmaras do PSD e PS na região».

A DORP decidiu solicitar, através dos seus eleitos nas CM's e AM's, detalhado esclarecimento acerca das incidências e relações do PDR com os respectivos concelhos e inscrever o debate acerca deste tema nesses órgãos como uma prioridade tendo em conta as incidências na vida municipal do próximo quadriénio; e dirigir ao Governo um requerimento através dos deputados do PCP na AR visando esclarecer toda a situação.

Nacional

«Comemorar Abril é continuar Abril»

Personalidades divulgam apelo

«Comemorar Abril, agora e sempre, é continuar Abril» — afirmam várias personalidades da vida política, sindical e cultural num apelo à participação nas comemorações populares do 15.º aniversário do 25 de Abril, nomeadamente no desfile marcado para a Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Participar nas comemorações do 25 de Abril — afirma-se no documento — «é gratificar a alegria da libertação, afirmar a integridade da democracia». O 15.º aniversário da revolução de Abril constitui uma «comemoração aberta e abrangente, mas de consciente determinação contra quaisquer tendências para abuso do poder, qualquer revivalismo do autoritarismo passado».

Entre os subscritores do apelo constam Alcina Bastos, Alexandre dos Santos Castanheira, Amaro Espírito Santo, Ângelo Veloso, António Guterres, António Lopes Cardoso, António Ramos Rosa, Baptista Bastos, Beja Santos, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Brito, Daniel Branco, Dórdio Guimarães, Edite Estrela, Elisa Damião, Emídio Rangel, Fernanda Lapa, Fernando Lopes Graça, Francisco da Costa Gomes, Francisco Salgado Zenha, Francisco Louçã, Helena Bastos, Helena Cidade Moura, Helena Medina, Helena Neves, Henrique de Barros, Herculano Pombo, João Cravinho, João Sarabando, João Soares Louro, José Casanova, José Fonseca e Costa, José Luís Judas, Luísa Amorim, Luís Villas-Boas, Manuel Alegre, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Tito de Morais, Margarida Tengarrinha, Maria Santos, Marília Villaverde Cabral, Natália Correia, Óscar Lopes, Pezarat Correia, Raul Rego, Rogério Paulo, Rosa Coutinho, Rosa Rabiais, Severiano Falcão, Urbano Tavares Rodrigues, Torres Couto, Vasco da Gama Fernandes, Vasco Gonçalves, Vasco Lourenço, Virgínia Moura, Vítor Alves.

Animação na *baixa* do Porto

A *baixa* do Porto será de novo este ano centro das comemorações populares do 25 de Abril, cuja iniciativa pertence às associações culturais da cidade, com um programa variado que se estenderá durante dois dias.

No dia 24 à noite dois palcos animarão a **passagem do ano da liberdade**. Do programa constam actuações de um grupo coral alentejano, da banda de Gondomar e do grupo coral Heróicas, a projecção de um diaporama, fogo de artifício e baile.

No dia 25, logo de manhã, haverá a **corrida da liberdade** e a já tradicional **manhã infantil**. Durante a tarde, decorre novo espectáculo, com música popular, ranchos folclóricos e um cortejo alegórico alusivo às conquistas do 25 de Abril, à luta e aos problemas dos trabalhadores da região do Porto.

Lançadas com confiança, determinação e alegria na preparação destas iniciativas, as associações culturais do Porto fazem apelo «a todas as associações populares, aos jovens e organizações de juventude, a todas as organizações culturais, desportivas, recreativas e cívicas, a todos os sindicatos e estruturas de trabalhadores, às autarquias, aos democratas, a toda a população, para que apoiem e participem nestas comemorações populares do 25 de Abril, associando-se ao seu programa, colaborando na sua realização e animando, na sua esfera própria, outras iniciativas comemorativas de natureza popular».

Cardiologistas visitaram a URSS

«Óptimas impressões» — estas foram as palavras do prof. Machado Macedo ao comentar para os jornalistas a viagem que fez à União Soviética com uma delegação da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, numa iniciativa da Associação Portugal-URSS, que prossegue o seu esforço no sentido da intensificação das relações luso-soviéticas, apesar de o Governo manter congelados desde 1980 os acordos culturais, científicos e desportivos entre ambos os Estados.

No mesmo avião chegou também **Vasco Granja**, que participou em Moscovo num festival de cinema infantil.

O bastonário da Ordem dos Médicos, que é também professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e director de serviço de cirurgia cardiotorácica, esteve na URSS de 29 de Março a 5 de Abril; integravam ainda a delegação da SPC o **prof. Mário Freitas**, professor associado da Faculdade de Medicina de Coimbra e chefe de serviço de cardiologia da Universidade de Coimbra, a **prof.ª Celeste Vagueiro**, professora da Faculdade de Medicina de Lisboa e chefe de serviço de cardiologia do hospital de Santa Maria, e o **dr. Ricardo Seabra Gomes**, director de serviço de cardiologia do hospital de Santa Cruz.

Em declarações aos jornalistas que aguardavam no aeroporto da Portela a chegada da delegação, o prof. Machado Macedo salientou a forma amistosa e cordial como os cardiologistas portugueses foram recebidos pelos seus colegas soviéticos em Moscovo e em Leninegrado.

Na base desta deslocação, afirmou, esteve «uma ideia de intercâmbio médico», com o objectivo de «trocar impressões e saber exactamente o que se passa», deparando sempre com «uma enorme abertura» em todos os contactos que efectuaram, o que permitiu fazer de cada encontro uma «conversa de colegas à vontade».

«Não será certamente esquecida por todos nós» — disse Machado Macedo referindo-se à audiência que a delegação teve em Moscovo com o académico Evgueni Tchazov, ministro da Saúde da URSS e também reputado cardiologista.

O encontro que os cardiologistas portugueses tiveram com o vice-presidente da Academia das Ciências Médicas da URSS abriu a perspectiva de contactos permanentes entre organizações de médicos da URSS e de Portugal, «o primeiro relacionamento que se desenha com a Península Ibérica, para contactos que possam ser proveitosos para ambos os lados» — segundo Machado Macedo.

No entanto, «não ficou nada definido» quanto às formas que poderá encontrar a passagem à realidade desse desejo mútuo de prosseguir os contactos entre organizações e médicos portugueses e soviéticos. No Outono, revelou o bastonário, deverão deslocar-se a Portugal médicos da URSS. «Ficaria contente se se realizasse um encontro nosso com eles» — comentou Machado Macedo, adiantando que vai também propor que os colegas soviéticos visitem o Congresso da Ordem dos Médicos portuguesa.

Uma diferença nos cursos

Respondendo a uma pergunta do «Avante!» sobre os problemas que se deparam aos médicos portugueses formados na URSS no processo de concessão da equivalência dos diplomas, o prof. Machado Macedo afirmou desconhecer dificuldades, acrescentando contudo que «se existem, deve ser uma coisa para desaparecer a pouco e pouco».

Quanto ao ensino da Medicina na URSS, a delegação teve oportunidade de conhecer os *curricula* e o funcionamento do 1.º Instituto de Medicina de Leninegrado; o bastonário afirmou que «a única diferença» substancial que encontrou, relativamente ao que se faz em Portugal, foi o facto de os futuros médicos terem lá práticas de enfermagem logo no início do curso — opinião igualmente expressa pela professora Celeste Vagueiro.

Esta especialista destacou, ainda a propósito do conhecimento que esta visita possibilitou, a «vantagem enorme» que representa para os doentes o elevado número de centros de reabilitação cardíaca em funcionamento na União Soviética.

MAP refaz latifúndio Grave

Com a entrega, na segunda-feira, de 1600 hectares de terras das UCPs «Rainha do Sul» e «Aguiar», o Ministério da Agricultura e Pescas reconstituiu um dos maiores latifúndios do Alentejo; o contemplado, Joaquim Grave, fica assim detentor de 5500 hectares.

O secretariado das UCPs/Cooperativas do distrito de Évora denunciou no próprio dia o «procedimento de completa fraude» que precedeu a entrega de reservas de dia 10: as UCPs atingidas foram **notificadas por telegrama e apenas no sábado**, para assim impedir que fosse exercido em tempo útil o direito das cooperativas interporem junto do Supremo Tribunal Administrativo um pedido de suspensão provisória da entrega.

Acresce ainda que **um dos processos** resolvidos pelo MAP na segunda-feira – destaca a nota do secretariado – **é «alvo de queixa na Alta Autoridade Contra a Corrupção e, sujeito à comissão parlamentar de inquérito, revelou-se como um dos mais profundamente ilegais, onde a actuação de altos funcionários do MAP, do ministro Álvaro Barreto e do agrário se fundem na fraude à lei, no manuseamento e aceitação de documentos viciados, na violação de decisões do STA».**

«A ausência de respeito por quaisquer princípios legais ou éticos – afirma-se no documento – caracteriza hoje a actuação do ministro Álvaro Barreto e do director regional da Agricultura do Alentejo»; contra ambos o secretariado das UCPs/Cooperativas do distrito de Évora estuda a possibilidade de accionar uma queixa judicial.

Baldios: «grande vitória»

«Valeu a pena lutar em defesa dos baldios» – afirma o secretariado dos baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro numa nota em que comenta o facto de o Tribunal Constitucional ter chumbado o projecto-lei 90/V, aprovado na AR por iniciativa do PSD e com os votos também favoráveis do CDS, contra todos os restantes partidos.

O secretariado dos baldios anunciou também a realização no passado domingo, dia 9, em Vila Real, de uma «reunião de emergência», com a finalidade de «analisar esta nova situação e perspectivas e impulsionar a constituição de conselhos directivos de baldios onde nunca existiram e estudar uma grande iniciativa que venha a coroar de êxito esta grande vitória».

A eucaliptalização esteve em debate numa reunião realizada a 2 de Abril em Vila Flor, por iniciativa da Associação dos Vitivinicultores do Douro (Avidouro). Representantes desta associação, de ligas de agricultures, de associações de produtores agrícolas e florestais, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, da Associação dos Pastores Transmontanos e da União dos Sindicatos de Bragança decidiram constituir-se em comissão e promover iniciativas sobre o problema da eucaliptalização. **Ficou marcado para 23 de Abril um debate público em Mirandela.**

Reformados: 15 contos por mês

«Um milhão e seiscentos mil pensionistas vivem com pensões de reforma que não ultrapassam os quinze mil escudos mensais». Estes números foram revelados esta semana pelo Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) em comunicado a assinalar o Dia Mundial do Pensionista, no passado dia 7.

Apelando à aplicação em Portugal da Declaração dos Direitos das Pessoas Idosas, proclamada em 1965, o MURPI denuncia «o constante e inqualificável» atentado a essa Declaração que constitui «as degradantes e desumanas condições de vida da esmagadora maioria da população idosa do nosso país».

Pensões de miséria, falta de assitência médica, aumento dos medicamentos e sua não comparticipação; estas algumas das situações que o MURPI qualifica de inaceitáveis na vida das pessoas idosas do nosso país.

Plano de Reabilitação deve ser implementado

O «agravamento das condições de vida dos deficientes» levou a Associação Portuguesa de Deficientes a exigir ao Governo a implementação do Plano Nacional de Reabilitação, há longos meses em poder do executivo, elaborado pelo Conselho Nacional de Reabilitação (CNR).

Esta Associação solicitou entretanto ao CNR que este exija ao Governo a revogação da legislação anteriormente aprovada, «altamente prejudicial aos interesses dos deficientes e suas organizações».

Cancelamento do fornecimento de próteses e ortóteses pelos Hospitais Civis de Lisboa, medicamentos sem comparticipações, agravamento da assistência domiciliária, legislação sobre emprego altamente discriminatória para os deficientes são alguns dos efeitos apontados da legislação sobre a matéria, aprovada pelo Executivo de Cavaco Silva.

Internacional

Gorbatchov na Grã-Bretanha

Armas nucleares no centro dos debates

«Teremos que trabalhar intensamente em todos os domínios. É do interesse recíproco fazer com que os nossos actos falem melhor de nós do que as nossas declarações» — destacou Gorbatchov no banquete oferecido em sua honra, em Londres, na visita oficial realizada à Grã-Bretanha, no regresso de Cuba.
E porque é de actos concretos que se trata, o dirigente soviético anunciou, no «Guild Hall», que a URSS decidiu pôr fim ao fabrico de urânio para fins militares.

Esta decisão de cessar a produção de urânio enriquecido, vem na sequência de outras medidas práticas que no domínio do desarmamento têm vindo a ser avançadas pela URSS.

Em 1987 tinha já sido encerrado um reactor. Este ano e no próximo outros dois serão encerrados e abandonados os projectos de novos reactores para os substituir. «Trata-se de mais um grande passo para a cessação do fabrico de materiais fissíveis destinados a armas».

Gorbatchov evocou ainda a contribuição soviética para o desarmamento, em termos da sua concretização prática, com a construção de uma fábrica para a destruição dos armamentos químicos, a reconversão de gabinetes de projecto e de empresas militares para a produção de artigos civis, a passagem de parte da aviação militar para os transportes civis e a redução de 500 mil homens das suas FFAA, cujos efectivos, de 4,258 milhões (dos quais 1,596 milhões nas tropas terrestres e 437,3 mil na marinha de guerra) em 1 de Janeiro último, serão de 3,71 milhões em 1990.

Prática concreta que corresponde aos princípios teóricos definidos pela União Soviética no plano da política internacional, de criação de um outro quadro de relacionamento entre todos os países e povos.

Apostar na força, sublinhou Gorbatchov, «significa apostar numa posição perigosa que leva a um beco sem saída. As realidades de hoje puseram a descoberto a inconsistência da filosofia da confrontação» que pode redundar numa catástrofe.

É assim que a URSS pretende encerrar o período de guerra-fria e defende um diálogo internacional e esforços conjuntos da comunidade para resolver problemas prementes da humanidade — ecológicos, relações norte-sul, entre outros — o que não é possível sem uma mudança do clima político do planeta e impõe o desarmamento radical.

Referindo a realidade europeia o dirigente soviético reafirmou que a União Soviética está pronta «a avançar muito na desmilitarização da Europa», e não modernizará os seus armamentos nucleares tácticos, se a isso não for forçada. Apelou por outro lado à realização de conversações entre os EUA e a URSS e a NATO e o Tratado de Varsóvia sobre a redução das forças navais.

No discurso de Gorbatchov marca-se a existência de divergências e diferenças, «algumas delas profundas», nas conversações bilaterais. E refere-se concretamente as armas nucleares como um ponto de divergência. Críticas abertas são dirigidas à intenção da NATO de modernizar os seus armamentos nucleares, o que não poderá deixar de se reflectir nas conversações que decorrem em Viena sobre os armamentos convencionais e na situação na Europa.

***Gorbatchov na Grã-Bretanha**. No quadro de uma nova qualidade de relações, a afirmação das divergências no domínio central do desarmamento nuclear*

As divergências

A aposta no desarmamento por parte da URSS, não apenas no discurso mas numa dinâmica acção política internacional e em actos e medidas muito concretas a nível nacional, não tem o seu equivalente do lado da NATO.

Thatcher fez mesmo questão, no discurso pronunciado no banquete em honra de Gorbatchov, de voltar à velha tese defendida na NATO, de que os armamentos convencionais são incapazes de evitar uma guerra na Europa e que as armas nucleares seriam, por isso, «um meio insubstituível de dissuasão»!

Gorbatchov acrescentou a propósito que a URSS não modernizará os seus armamentos nucleares tácticos, se não for forçada a isso, e considerou que semelhante modernização está em contradição com o tratado INF, assinado entre a URSS e os Estados Unidos.

O dirigente soviético criticou também «as tentativas empreendidas no Ocidente para despertar a desconfiança na *perestroika* e suspeitas quanto aos seus objectivos e apresentar de forma deturpada o seu curso» considerando que elas «visam subverter o processo de melhoria das relações internacionais».

Entretanto o dirigente soviético declarou que embora havendo «muitas dificuldades no caminho para um mundo desnuclearizado» e sendo necessárias etapas intermédias, a URSS tem «a firme intenção de alcançar este objectivo».

«É preciso criar uma ordem jurídica e política internacional que exclua a guerra, a violência, a intimidação, a agressão e a expansão, e que pressuponha o respeito incondicional pela liberdade de escolha, que se baseie na plena igualdade de todos e propicie a existência civilizada de todos os países e os seus esforços conjugados para prevenir perigos globais para a vida na terra. Não há outra alternativa razoável».

***Os trabalhadores dos serviços públicos e parapúblicos** da Córsega, França, estão em greve há quase dois meses. São reivindicações centrais, a atribuição de um prémio de insularidade de 1000 francos por mês mais 200 francos por criança a cargo e a categoria de zona zero para a Córsega, com o consequente aumento da indemnização de residência. Na Córsega o custo de vida é em média 15% superior ao do país, e as deslocações tornam-se um grande peso para as famílias*

Problemas de nacionalidades na Jugoslávia

O Parlamento da Eslovénia, república autónoma do Norte, e mais importante das seis repúblicas que constituem a Jugoslávia, pretende introduzir na nova constituição o direito à «autodeterminação e à secessão». A Constituição Jugoslava de 1974 prevê esse direito, mas afirma entretanto que «as fronteiras da Jugoslávia não podem ser modificadas sem o consentimento de todas as repúblicas e províncias autónomas», o que claramente visa defender a unidade do país no seu conjunto.

A Jugoslávia é um verdadeiro mosaico de povos. Um Estado federal constituído por seis repúblicas: Bosnia-Herzegovine, Eslovénia, Sérvia, Croácia, Macedónia e Montenegro. Em 1974 a nova Constituição atribuiu poderes de autonomia a duas províncias da Sérvia: Voivodine e Kosovo.

Os graves problemas que têm vindo a abalar o país, reflectem antes do mais a gravidade da situação económica. Com reflexos inevitáveis na sempre delicada questão das nacionalidades, tanto mais quanto são sensíveis as diferenças de desenvolvimento entre as diferentes repúblicas e regiões do país.

Foi no Kosovo, como é sabido, que todos estes problemas deram lugar a uma crise de grandes proporções. Que tem raízes intrínsecas de salientar. Para além de elementos de ingerência externa ou manipulação do descontentamento — como foi denunciado em Belgrado.

Kosovo tem uma população composta, na sua esmagadora maioria, por pessoas de origem albanesa (90% de 1,8 milhões de habitantes), aí instaladas pelo império otomano no século XVIII. Na região, as minorias são os sérvios e montenegros.

Acresce que é aqui que a situação socioeconómica é a mais grave.

Um conjunto de factores propícios ao despoletar de uma crise, que se desencadeou com particular vigor quando a Liga dos Comunistas da Sérvia avançou propostas no sentido de alterações constitucionais que põem em causa o estatuto de autonomia na zona.

Polónia — reformas políticas

O Parlamento polaco discutiu um conjunto de propostas tendentes a criar as bases jurídicas para as reformas políticas em vias de se realizar no país.

Estas reformas têm como base de sustentação o acordo nacional obtido na sequência dos debates da mesa-redonda entre o governo polaco e forças de oposição, com Walesa.

Reformas que avançam, como repedidamente tem sido sublinhado pelo dirigente do POUP, Jaruzelski, a partir de uma vontade de entendimento nacional, inclusive de ampliação do pluralismo na via do desenvolvimento da sociedade e do Estado socialista.

Entre os seis projectos de lei debatidos no Parlamento polaco, três referem-se a alterações à Constituição, e concretamente à introdução da figura de Presidente da República, de um sistema de duas câmaras no Parlamento e uma nova lei eleitoral. Os outros três projectos referem-se à lei de associações, alterações na lei dos sindicatos e o direito à formação de associações e sindicatos de agricultores individuais.

Movimento de paz

Um encontro internacional pela paz, deve realizar-se em Paris, no «Bois de Vincennes», dia 25 de Junho, por iniciativa do «Apelo dos cem».

Conta-se com a participação de representantes dos movimentos da paz de cerca de 40 países. Estarão presentes grupos de cientistas pela paz e os médicos contra a guerra nuclear. No Apelo divulgado é sublinhada a ideia de que a defesa da paz é a primeira e a condição fundamental para o respeito dos direitos do Homem, pois que é do direito à própria vida que se trata. Respeito dos direitos do Homem que neste momento particularmente se prende com o bicentenário da revolução francesa.

Entretanto em Itália, por ocasião do 40.º aniversário da NATO, milhares de pessoas, sobretudo jovens, desfilaram pelas ruas de Roma, numa manifestação contra as bases militares americanas e da NATO instaladas em território italiano.

Uma das exigências dos manifestantes era contra a projectada transferência, em 1991, dos F16, actualmente ainda na base de Torrejón, em Espanha, para a base de Cretone, em Itália.

De relembrar que ainda se falou da transferência destes aviões para o nosso país.

Delegação do PCP em Espanha

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Espanha, e no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o PCE, encontra-se em Espanha uma delegação do PCP, composta por Fernanda Mateus e Conceição Morais, ambas membros do CC do PCP.

A visita tem como objectivo conhecer mais de perto a actividade do PCE na frente de trabalho das mulheres e trocar experiências sobre esta área de trabalho.

Internacional

Gorbatchov em Cuba

Relações reforçadas

«A revolução cubana exerceu uma grande influência moral sobre a consciência social em todo o mundo», sublinhou, em Havana, Mikhail Gorbatchov. O que é também uma forma de destacar a importância de cada avanço revolucionário para a transformação das realidades em todo o mundo, a interdependência entre a luta dos diferentes povos e dos comunistas e das forças progressistas de cada país.
No fim da visita, a solidariedade objectiva, inerente também a esta interdependência, encontrou expressão concreta na assinatura de um tratado de amizade, de que mais adiante damos conta.

***Gorbatchov, com Fidel**, na visita à Expocuba, exposição das realizações cubanas, em particular no campo da economia*

A importância da visita de Gorbatchov a Cuba, ultrapassa a afirmação de um reforço – importante – de relações entre dois países socialistas, particularmente significativos na própria história da construção do socialismo nos diferentes continentes. Como assinalou Tomás Borge, o ministro do Interior da Nicarágua, numa sessão da Conferência de partidos políticos da América Latina, a decorrer então em Quito, a visita do dirigente soviético tem uma importância histórica para o continente latino-americano, e pode marcar uma nova etapa nas relações entre a União Soviética e os países latino-americanos.

Cuba e o socialismo

«A experiência acumulada por Cuba em 30 anos é extremamente importante para todo o mundo, em particular para os países subdesenvolvidos», disse Gorbatchov, sublinhando, de par da capacidade de resolver problemas económicos, os êxitos alcançados em domínios tão decisivos como a educação e a saúde, em que a experiência cubana é esclarecedora das potencialidades do socialismo de dar resposta às necessidades humanas fundamentais, mesmo quando o ponto de partida é de profundo subdesenvolvimento.

O dirigente soviético sublinhou também a importância da acção internacionalista dos cubanos, pondo em destaque «a proeza dos internacionalistas cubanos que durante anos participaram na defesa da independência e integridade territorial de Angola».

No quadro da realidade do socialismo hoje, se falou também, da *perestroika*, e dos diferentes processos em curso nos países socialistas.

«A vida impôs-nos uma alternativa: ou continuávamos a seguir na velha esteira, rumo a um aprofundamento da estagnação, ao impasse económico, social e político (...) ou enveredávamos pelo difícil e vitalmente importante caminho da renovação revolucionária, dando ao socialismo uma nova qualidade que corresponda às mais altas exigências do humanismo e do progresso».

Este o caminho que está a ser seguido na URSS.

Entretanto, como afirmou Gorbatchov, «não qualificamos as nossas posições e soluções como uma receita universal. Muito pelo contrário. Os problemas podem ser parecidos, mas cada partido deve resolvê-los independentemente. Tendo como ponto de partida os seus conceitos e as realidades do país. É precisamente destas posições diversas e inéditas que se deduz a experiência internacional do socialismo que nos ajuda a avançar mais depressa».

Os avanços e os problemas no caminho da paz

Na sua intervenção na Assembleia Nacional cubana, Gorbatchov salientou o caminho percorrido, nestes dois últimos anos, no saneamento da situação internacional. guns alertas pontuaram o discurso do dirigente soviético.

Antes do mais em relação ao Afeganistão, onde o não cumprimento dos acordos de Genebra pelo Paquistão e os EUA (citados por Gorbatchov), tem graves consequências.

Na América Central, zona em que «a normalização da situação... irá depender, em grande medida, da contribuição de países vizinhos da Nicarágua e dos EUA, que, apesar de reconhecerem as realidades vigentes na América Latina, mantêm a relutância, ao não quererem abdicar dos princípios de força».

Um alerta muito particular para uma questão vital, e dramaticamente sentida na América Latina – o fosso crescente entre países industrializados e subdesenvolvidos. Com o sublinhar das diferenças entre a posição dos países desenvolvidos capitalistas e socialistas.

E Gorbatchov diz – «a União Soviética e os países desenvolvidos da comunidade socialista ajudam há anos os países em desenvolvimento na criação da própria base industrial, formação de quadros nacionais e na solução de outros problemas prementes. Esperamos que o Ocidente comece a compreender a necessidade de resolver esta questão».

O discurso de Fidel

Cuba não tem divergências com a URSS no âmbito da política internacional, nem na área dos assuntos internos, disse Fidel no seu discurso na Assembleia Nacional cubana. Ambos os Estados e os respectivos partidos partem dos princípios comuns de aplicação do marxismo-leninismo nas condições concretas de cada país.

A essência da nova mentalidade política, disse Fidel, consiste na defesa das fórmulas da edificação socialista próprias a cada país concreto. O respeito absoluto pela vontade soberana de todos os povos e países, é o princípio mais valioso do marxismo-leninismo.

Fidel Castro realçou os esforços em prol da paz, da parte da direcção e do povo soviético, esforços que nas suas palavras concretizam as ideias de Lénine, expostas no período pós revolução.

Ao saudar os avanços recentemente alcançados na regularização de vários conflitos regionais, Fidel, realçou que a «tarefa de todos os nossos povos é combater, no quadro da ONU, por que o imperialismo respeite a independência dos países do terceiro mundo, os princípios de não-ingerência nos assuntos de outrem e que deixe de fornecer armas para as forças que actuam contra os governos existentes».

Tratado de amizade e cooperação

O Tratado de Amizade e Cooperação entre a União Soviética e Cuba, assinado por Mikhail Gorbatchov e Fidel Castro, afirma que os dois países desenvolverão a troca de experiências da edificação socialista nas áreas de Partido, Estado e económica, levando em consideração toda a diversidade de formas e as condições específicas de cada país.

O Tratado vai vigorar por 25 anos, e poderá ser automaticamente prorrogado por períodos de 5 anos, se nenhuma das partes declarar o desejo de denunciá-lo.

O Tratado prevê o desenvolvimento da cooperação económica, científico-técnica e comercial, assim como o alargamento dos contactos nos domínios da ciência, cultura e educação entre diferentes organizações públicas dos dois países.

Assinala-se em especial que a União Soviética e Cuba participarão activamente no aprofundamento da integração económica socialista no quadro do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME).

A URSS e Cuba comprometem-se a lutar pela paz, eliminação da ameaça de guerra nuclear e liquidação das armas de extermínio em massa. O documento indica que apoiarão energicamente a concepção de conversão, cuja tese principal é a canalização de recursos, libertados graças à redução das despesas militares e medidas concretas de desarmamento, para o desenvolvimento económico e social dos povos, cooperação essa que garanta o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional e ajude a solucionar o agudo problema da dívida externa, que afecta a esmagadora maioria dos países do terceiro mundo.

Geórgia

Dramáticos acontecimentos em Tbilisi

A premência de uma resposta às questões das nacionalidades na URSS (cujo debate já está calendarizado pelo PCUS), a resolução de problemas que entretanto se foram acumulando neste domínio, e, simultaneamente, o aproveitamento que de tais problemas está a ser feito por forças claramente anti-socialistas – são realidades que nesta última semana se impuseram na ordem do dia, com os dramáticos acontecimentos de Tbilissi, que custaram a vida a 18 pessoas, em confrontos entre manifestantes e polícia.

Os manifestantes georgianos terão ido para a rua movidos por razões diversas. Muitos estariam empenhados apenas em protestar contra posições assumidas pela República autónoma da Abkhazia, onde o primeiro-secretário do PC local foi afastado por se pronunciar pela separação daquela República da Geórgia, onde está integrada. Mas entretanto, entre os manifestantes, cerca de 8 mil, apareceram palavras de ordem claramente anti-socialistas e anti-soviéticas.

Em editorial do «Pravda», de comentário aos acontecmentos, afirma-se que se torna «cada vez mais patente o carácter anti-soviético e anti-socialista das manifestações nacionalistas» e denuncia-se a pretensão de esconder os verdadeiros intentos «sob a máscara da fidelidade à *perestroika*».

Na sequência dos acontecimentos, foram enviados de emergência à República da Geórgia dois destacados dirigentes do PCUS, Eduard Chevardnadze (membro do Politburo e ministro dos Negócios Estrangeiros que foi primeiro-secretário do PC da Geórgia) e Iuri Razumovsky (membro suplente do Politburo e secretário do Comité Central).

Em reunião do *Bureau* Político do CC da Geórgia, com a participação de Chevardnadze e Razumovsky, foi criado um grupo de trabalho chefiado pelo presidente do Conselho de Ministros da República, Zurab Tchkheidze, para investigar os dramáticos acontecimentos ocorridos. 11 de Abril foi declarado dia de luto nacional.

Realizaram-se ainda encontros de Chevardnadze e outros dirigentes comunistas com intelectuais e representantes dos órgãos de comunicação social da Geórgia.

Os incidentes registados na Geórgia ocorrem num momento de dificuldades mas também de grande impulso na *perestroika*.

No recente encontro de Mikhail Gorbatchov com responsáveis dos órgãos de comunicação social, em que nomeadamente se avança para um balanço dos resultados eleitorais, o dirigente soviético sublinha, referindo-se ao contexto em que se realizou a campanha eleitoral, as dificuldades de hoje, o momento particularmente delicado da reestruturação: problema alimentar, transformações radicais no aparelho de Estado, no do Partido, na economia, nas instituições políticas.

Para salientar – «no entanto, recebemos um apoio poderoso à política da *perestroika*, um apoio à linha do Partido e quando se criticou os organismos do Partido e de Estado, certos dirigentes, é justamente porque a *perestroika* avança demasiado devagar».

Tudo indica que há quem esteja a aproveitar esta vontade popular de mudança para fins que nada têm a ver com a *perestroika*, antes lhe negam a essência revolucionária e socialista. Aproveitamento que entretanto tenderá a tornar-se bem mais difícil com a crescente participação popular a todos os níveis de decisão.

Internacional

Namíbia

Comissão tripartida e SWAPO acordam retirada de guerrilheiros

A calma parece ter voltado à Namíbia com a entrada em vigor dos acordos efectuados pela comissão tripartida Angola, Cuba e África do Sul, no passado domingo, durante uma reunião com a presença de observadores norte-americano e soviético, respectivamene Chester Crocker e Anatoly Adamishin, bem como da decisão da SWAPO de fazer retirar os seus guerrilheiros de território namibiano.
Na referida reunião foi decidido que os guerrilheiros da SWAPO deverão retirar para Norte do paralelo 16, no interior de Angola, a cerca de 160 quilómetros da fronteira com a Namíbia, até ao próximo dia 15 e estabelecido um cessar-fogo. Entretanto, o presidente da Organização, Sam Nujoma, fixou aos seus guerrilheiros um prazo de 72 horas para a saída da Namíbia de forma a eliminar qualquer obstáculo passível de dar à África do Sul pretextos para impedir o processo de independência.

Na segunda-feira os guerrilheiros tinham já começado a concentrar-se nos 18 postos criados na Namíbia sob a bandeira das Nações Unidas para partirem sob escolta da UNTAG para Angola. De salientar o facto de os acordos de domingo não referirem se a deslocação para Norte do paralelo 16 se processaria já com os guerrilheiros desarmados ou se a entrega das armas às forças das Nações Unidas se efectuaria posteriormente.

Esta situação levou o secretário da SWAPO para a informação, Hidipo Hamutenya, a pedir esclarecimentos à ONU, uma vez que, como disse, as tropas da SWAPO «não obedecerão a ordens provenientes de gente que não as comanda» e os dirigentes não estão «em condições de lhes transmitir as consignas precisas».

Ignorava-se, à hora do fecho desta edição, qual a resposta das Nações Unidas.

De qualquer forma espera-se que até ao próximo sábado Sam Nujoma possa informar os responsáveis da ONU sobre a retirada dos cerca de dois mil guerilheiros e a respectiva confinação em bases. O encerramento deste processo, culminando os intensos esforços diplomáticos desenvolvidos nos últimos dias na Namíbia, deixa atrás de si um trágico balanço de cerca de trezentos mortos, na sua esmagadora maioria namibianos, para além de legítimas apreensões sobre a independência e democraticidade das medidas a implementar até à realização de eleições, em Novembro próximo.

Com efeito, não é pacífica a interpretação dada à actuação das diferentes partes intervenientes nos acontecimentos registados na Namíbia desde o início do mês. Se parece certo ter havido da parte da SWAPO um erro estratégico, não prevendo as consequências da entrada de guerrilheiros armados na Namíbia e subestimando a capacidade da África do Sul de capitalizar a seu favor a desestabilização daí resultante, é evidente que se assistiu a uma orquestrada campanha para denegrir a SWAPO e tentar minar a sua reconhecida influência no país.

Críticas à ONU

Numa retrospectiva dos acontecimentos recordemos as críticas do secretário-geral da Commonwealth, Shiridath Ramphal, ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, em meados da semana passada, por ter dado «luz verde» às forças do exército sul-africano na perseguição aos guerrilheiros da SWAPO.

Na ocasião, Ramphal fez notar que «dada a conduta de Pretória, as forças sul-africanàs não podem ser utilizadas para impor um cessar-fogo num conflito em que se encontram envolvidas», pois tal medida poderá pôr em causa todo o processo de independência. A rapidez com que Pretória veio a público, nos primeiros dias de Abril, ameaçar com a expulsão da ONU e com o adiamento por tempo indeterminado da aplicação da Resolução 435 confirma plenamente a justeza da posição do responsável da Commonwealth.

Também em Londres a decisão foi contestada, mas desta feita num ataque à primeira-ministra Margaret Thatcher, cuja intervenção não terá sido alheia ao posicionamento do responsável da ONU. Recorde-se que Thatcher efectuou uma visita «inesperada» à Namíbia, no passado dia 1 de Abril, onde se encontrou com o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha e com o representante especial da ONU, Marti Ahtisaari.

De regresso a Londres, a chefe do governo britânico fez um discurso no Parlamento condenando a SWAPO por alegado «desafio à autoridade da ONU e aos acordos internacionalmente aceites», acusando a Organização de ter provocado os confrontos com o exército sul-africano. Segundo disse, o seu juízo fundamentava-se num relatório de Perez de Cuellar e em textos de acordos sobre a Namíbia, cujas cópias estariam arquivadas na biblioteca do Parlamento.

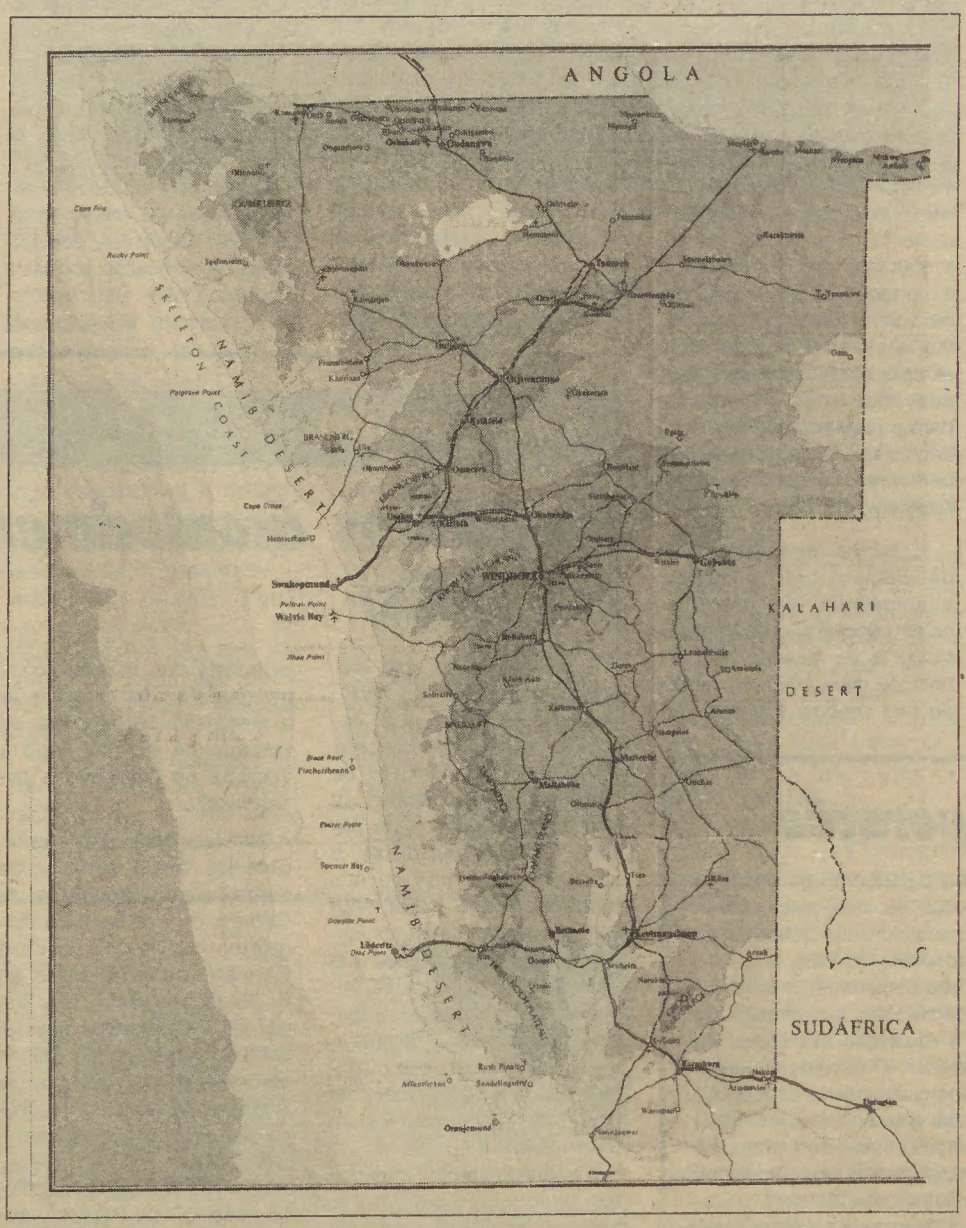
Ora acontece que tais documentos **não foram encontrados** na Câmara dos Comuns, o que provocou os mais vivos protestos da oposição e levou ao reconhecimento de que Thatcher «não tinha a certeza absoluta do que dizia».

Coube ao líder trabalhista, Neil Kinnock, exortar a chefe do governo a «adoptar um ponto de vista equilibrado dos factos e abandonar a sua interpretação parcial» e a opor-se às «manobras megalómanas de Botha». Na mesma altura, Kinnock afirmou que as Nações Unidas não se devem deixar intimidar por Pretória, tomando acções contra a SWAPO.

Também o presidente em exercício do Movimento dos Países Não-Alinhados, Robert Mugabe, interpelou Perez de Cuellar sobre a actuação do representante especial a ONU na Namíbia, Marti Ahtisaari. Na sua carta, o presidente do Zimbabwé refere-se aos «erros monumentais de decisão» de Ahtisaari, sublinhando que «os sul-africanos estão a tirar partido destas falhas para violar a Resolução 435/78 da ONU e assassinar os namibianos.

Robert Mugabe faz notar que se torna difícil entender as razões porque no início dos confrontos entre a SWAPO e as forças sul-africanas no Norte da Namíbia, no passado dia 1, as forças de paz da UNTAG não tomaram nenhuma iniciativa para garantir a sua presença nas áreas de combate, e acusa Ahtisaari de ter facilitado os propósitos sul-africanos de liquidar os combatentes da SWAPO, a pretexto dos mesmos terem atravessado a fronteira para o interior da Namíbia.

«Esta decisão do representante da ONU na Namíbia, afirma o presidente dos Não-Alinhados, esteve em completa violação da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, e é encarada pela África do Sul como uma medida destinada a facilitar os desígnios das autoridades de ocupação». **A observação e supervisão do cessar-fogo**, conclui, **devem única e exclusivamente estar sob responsabilidade das forças da UNTAG.**



Linha da Frente defende reforço da UNTAG

Após os trágicos confrontos do início do mês tornou-se uma evidência a necessidade de reforçar o contingente das forças de paz para poderem garantir as condições mínimas de segurança ao processo de transição. Pelos mais recentes acontecimentos ficou demonstrado, se tal era necessário, que tal tarefa não pode ser cometida à África do Sul.

A essa conclusão chegou a cimeira dos Países da Linha da Frente realizada quinta-feira em Luanda. Na reunião, que decorreu à porta fechada, interveio o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que segundo um despacho da Angop lamentou «que a direcção da SWAPO não tenha podido exercer o controlo total dos seus guerrilheiros no momento crítico do início da implementação da Resolução 435 para impedir que alguém atravessasse a fronteira de Angola, mesmo para efeitos de ligação».

Na ocasião, José Eduardo dos Santos reafirmou que Angola «assume com seriedade os seus compromissos» e lembrou que a extensão da fronteira angolano-namibiana «aconselha a que a UNTAG estabeleça do lado da Namíbia mecanismos eficazes de controlo quer a Leste, quer da parte ocidental, e que o governo da África do Sul respeite os compromissos que assumiu, para que haja estabilidade».

O dirigente angolano reafirmou ainda a disposição do seu governo em prestar a máxima colaboração às Nações Unidas para que os termos da Resolução 435 sejam respeitados e concluída a transferência dos campos da SWAPO para Norte do paralelo 16.

No final da reunião, o presidente Kenneth Kaunda deu a conhecer a decisão da organização de solicitar a Perez de Cuellar o envio de um efectivo militar (reforçado) para apoiar a transição da Namíbia para a independência.

Kaunda classificou esta proposta de «muito séria», sublinhando a necessidade de as Nações Unidas a considerarem também com seriedade uma vez que a situação criada na Namíbia ameaça o processo de independência.

Garantir tão importante processo e evitar a perda de mais vidas humanas é responsabilidade que não pode ser deixada nas mãos armadas da África do Sul. Não lhe basta vestir a pele de cordeiro, como agora fez, para se tornar um defensor da paz e da democracia. As centenas de mortos namibianos são prova bastante que a comunidade internacional não pode nem deve esquecer.

AVANTE!

«Desde a sua subida ao poder que o regime fascista tem comprado o apoio político das grandes potências imperialistas com a entrega ao capital monopolista estrangeiro das matérias-primas necessárias ao fabrico de armamentos e à preparação para a guerra. Primeiro, serviu os italianos e alemães; agora, serve os americanos e ingleses. É isso que explica a chegada recente a Lisboa de uma numerosa delegação americana composta de banqueiros e industriais, que vêm estudar «a aplicação de capitais norte-americanos na nossa indústria e agricultura» e que está particularmente interessada na indústria mineira, segundo os jornais.

Foi pela mão do governo de Salazar que um poderoso *trust* alemão hoje controlado pelos americanos se apoderou, em 1943, de mais de 50 milhões de toneladas de minério de ferro em Moncorvo – que é o principal jazigo nacional e o de minério mais rico. Pela mão do governo fascista se apoderaram dois *trusts* americanos (a que está ligado o actual embaixador dos Estados Unidos em Lisboa) de mais de 6 mil hectares de concessões de estanho, que fizeram dessas empresas as maiores produtoras de minério de estanho no País. Pela mão do governo de Salazar foram entregues o manganês do Alentejo e outros muitos minérios do País aos *trusts* americanos.

A delapidação das reservas naturais

A exploração intensiva de alguns minérios estratégicos nacionais leva ao esgotamento rápido das reservas nacionais e ao malbaratar dessas reservas. Os organismos do Plano Marshall exigiram de Portugal, em Dezembro de 1951, uma produção anual de 900 000 toneladas de pirites de ferro, e o Govêrno aceitou docilmente essa exigência dos americanos, sabendo que ao ritmo de 700 000 toneladas anuais as reservas nacionais de pirites não darão para mais de dez anos de exploração, privando depois a indústria química nacional dessas matérias-primas.

A exploração do ferro de Moncorvo, destinado a exportação para a Alemanha, Inglaterra e outros países, leva a empresa exploradora da concessão a pôr de lado as camadas mais pobres e o minério rejeitado na escolha, comprometendo desta forma a utilização futura do minério restante e a exploração económica do maior jazigo nacional de ferro, como se constata em relatório oficial recente.

Os *trusts* da bomba atómica dominam

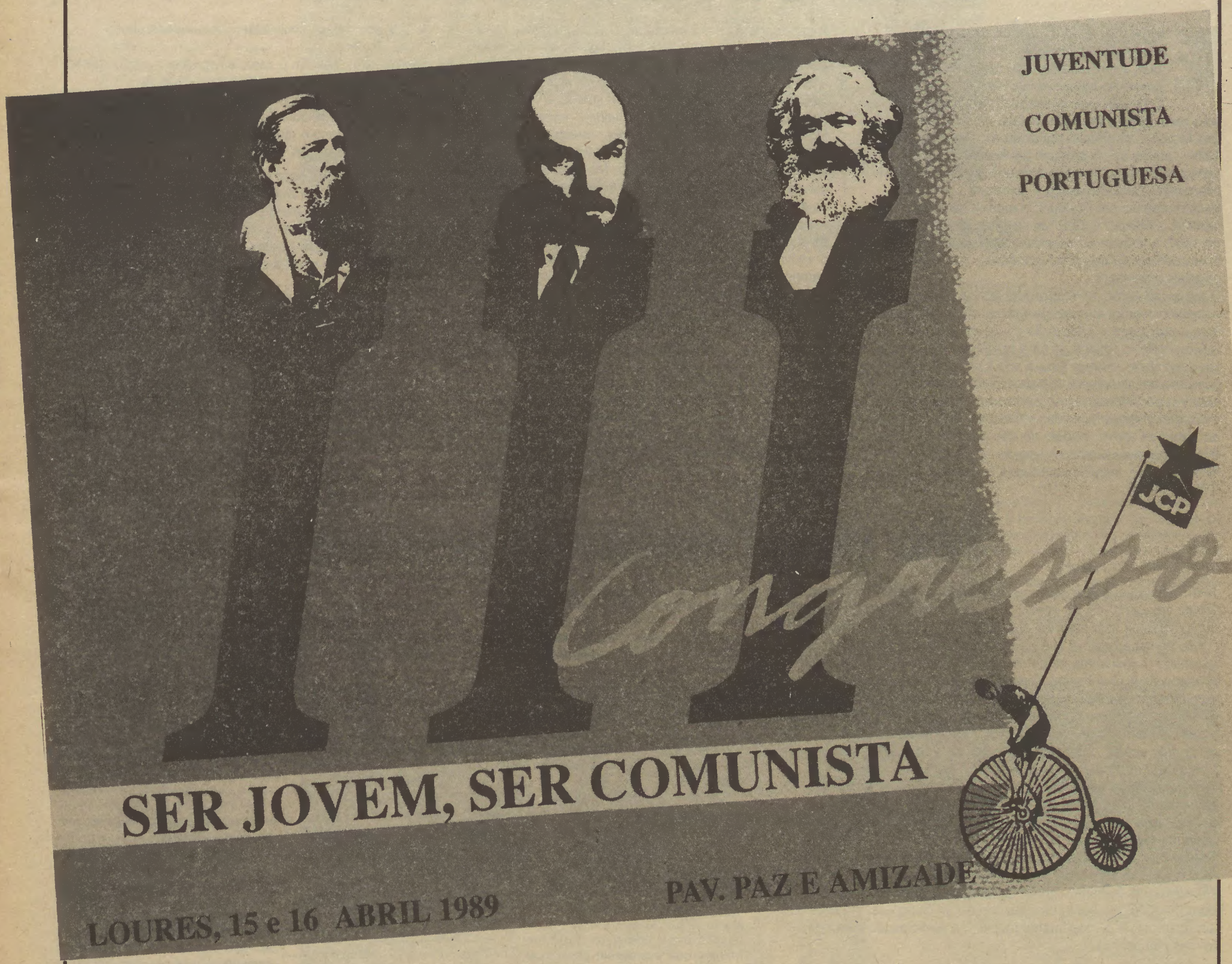
Como toda a gente sabe, o fabrico de armas atómicas é uma fonte de grandes lucros para os *trusts* americanos. A matéria-prima para a fabricação desses terríveis engenhos de morte é o urânio e, por isso, esses *trusts* procuram assenhoriar-se dos jazigos desse minério – minério que, porém, está destinado num futuro muito próximo a ser uma poderosa fonte de energia para aplicações industriais e pacíficas. Por isso, todos os governos que defendem o património nacional, defendem a posse desse precioso manancial de energia. Porém, tanto em Portugal como nas colónias portuguesas, o minério de urânio foi entregue pelo governo de Salazar aos monopólios americanos e ingleses que fabricam as armas atómicas e termonucleares. (...).

(«Em defesa das matérias-primas nacionais» – «Avante!», VI Série, n.º 187, Abril-Maio 1954)

Em Foco

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 798
13 de Abril de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente



Sábado, às 10 horas, inicia-se no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, o 3.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. Durante dois dias mil delegados vão discutir a evolução da situação política e as suas implicações na situação social da juventude portuguesa, as propostas da JCP para uma verdadeira política de juventude, as linhas fundamentais para o reforço do movimento juvenil e para o desenvolvimento da acção e da luta dos jovens, a evolução da JCP e as soluções necessárias para a sua consolidação como organização revolucionária e componente activa do movimento da juventude.

Três documentos aprovados pela Direcção Nacional da JCP no início de Março expõem as ideias essenciais em debate no Congresso e nas reuniões de colectivos que o antecederam: o projecto de Resolução Política, o projecto de Resolução sobre as questões de direcção e organização, e o projecto de alteração aos Princípios Orgânicos da JCP.

Caberá ainda ao Congresso — em que participa o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal — eleger uma nova Direcção Nacional e definir as linhas de actividade da JCP para o período até à próxima reunião magna dos jovens comunistas portugueses. ■

Ser jovem, ser comunista!

Este é o lema do 3.º Congresso da JCP, afirmação de vontade forte e determinação de lutar, expressão de uma realidade que os jovens portugueses vão sentindo no dia-a-dia à medida que se desfazem as ilusões criadas pela demagogia bem empacotada da direita.

Desde o 2.º Congresso, realizado em Dezembro de 1984 – afirma-se no projecto de Resolução Política apresentado pela Direcção Nacional aos jovens comunistas para discussão –, ocorreram profundas transformações em Portugal: a ruptura do **bloco central**, a adesão à CEE, as eleições de 19 de Julho de 1987, o avanço no desmantelamento de sectores fundamentais do aparelho económico, sucessivos pacotes legislativos.

O processo contra-revolucionário tem, ao longo do seu desenvolvimento, avanços e recuos, não é rectilíneo. Mas é constante o esforço da direita para ganhar apoios entre os jovens, atrair a juventude e fazer dela um suporte de massas para a sua política; consegue posições consideráveis no associativismo juvenil e êxitos importantíssimos na intensa batalha ideológica, propagando entre os jovens valores de individualismo, do **salve-se quem puder**, do apoliticismo.

A demagogia da direita não passa só pela oferta de uma miragem, inclui também uma resposta – parcial, enganadora, precária e superficial – a problemas reais da juventude. Não resolvendo os problemas dos jovens – e agravando-os mesmo em alguns casos –, a direita encontra para eles respostas parciais e enganadoras, mas que atenuam tensões, geram ilusões e expectativas e fazem penetrar valores negativos.

Mas a direita é incapaz de oferecer autênticas soluções para os problemas fundamentais da juventude, para os anseios e aspirações dos jovens. No dia-a-dia, na escola, no trabalho, nos tempos livres, vão crescendo as insatisfações, vai-se alargando o descontentamento, vai-se desenvolvendo a luta contra os efeitos práticos da política de direita.

O movimento juvenil coloca-se objectivamente no campo democrático, embora no plano político e ideológico tal deslocação seja muito mais lenta e difícil.

A direita controla de forma crescente um poderoso aparelho que engloba TV, rádio, jornais e revistas, cinema, vídeo, computadores, brinquedos, livros e, em parte substancial, o próprio aparelho educativo.

Grandes progressos no sentido da paz, do desanuviamento, da redução dos armamentos e da resolução pacífica dos conflitos caracterizam a evolução da situação internacional, um processo que é indissociável da luta dos trabalhadores e dos povos e que recebeu um estímulo altamente positivo da política de paz dos países socialistas, designadamente da União Soviética.

Enquanto se mantém o carácter agressivo e belicista do imperialismo e se tornam mais chocantes as contradições geradas pela exploração capitalista e colonial, cresce a luta dos povos e a solidariedade da juventude de todo o mundo para com as diferentes causas de libertação.

A *perestroika*, processo de enorme importância também para a vida da juventude soviética, constitui um factor importantíssimo no prestígio do sistema socialista, deu duros golpes no anticomunismo e projecta-se de forma extraordinariamente positiva entre a juventude, contrariando em parte a campanha ideológica da direita.

O projecto de Resolução Política do 3.º Congresso da JCP expõe detalhadamente estas ideias ao longo de 45 páginas. Para os leitores do «Avante!», destacamos aqui alguns aspectos que estarão, certamente, entre as preocupações dos mil jovens que reúnem neste fim-de-semana em Loures. E que sabem que hoje, em Portugal, não é fácil, mas vale a pena ser jovem, ser comunista.

■ **DM**

No movimento juvenil

«Por muito bem que a prova tenha corrido, o certo é que há apenas 30 mil vagas (10 mil no ensino privado, 20 mil no público) para 92 mil candidatos. Isto significa que 60 mil estudantes vão ficar de fora. E não se sabe como é que as provas vão ser corrigidas; não foi garantido o anonimato na correcção; dia 3 uma estação de rádio divulgou às 9.15 o conteúdo da prova que se iniciou às 9.30; semanas antes foi posto à venda o primeiro livro de uma série chamada *Bases para a prova de acesso ao ensino superior*, que tratava do tema "A explosão demográfica e os grandes problemas do mundo actual", precisamente o primeiro dos temas sugeridos na prova de 3 de Abril.»

São palavras da Idália Custódio, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, e referem-se, naturalmente, à prova geral de acesso ao ensino superior, cuja segunda chamada se realizou na segunda-feira.

Pela actualidade do tema e pela dimensão que atingiu a movimentação estudantil contra o novo regime de acesso à Universidade, iniciamos por esta ponta uma abordagem da forma como a JCP, no debate preparatório do 3.º Congresso, encara a situação actual do movimento juvenil e a participação nele dos jovens comunistas.

O projecto de Resolução Política faz um levantamento detalhado da situação da juventude e das implicações que a política de direita tem tido, nomeadamente a precarização do emprego, a mobilidade e flexibilização da mão-de-obra. Fenómenos novos surgem nos últimos anos: longa procura do primeiro emprego, desemprego jovem de longuíssima duração, bloqueio de saídas profissionais mesmo para recém-licenciados.

Alonga-se o período de preparação dos jovens para o trabalho e desaparecem as formas tradicionais de aprendizagem, retardando ou impossibilitando a entrada do jovem trabalhador numa carreira profissional.

Com base estritamente em critérios de classe e de eficiência em termos de adaptação às condições da produção, são criados sucessivos processos de selecção e elitização que condicionam a circulação dos jovens dentro do sistema de ensino.

A saúde, o desporto, a cultura e as condições de prestação do Serviço Militar Obrigatório são outros sérios problemas que os jovens portugueses hoje enfrentam, agravados por (e agravando) uma situação social com consequências negativas como o aumento da marginalidade e da criminalidade, do consumo de drogas duras.

A isto responde o Governo com a sua *política de juventude*, um grande investimento de carácter ideológico e propagandístico que visa iludir, em vez de resolver, os problemas essenciais dos jovens, escamotear as responsabilidades políticas da direita, abafar e controlar o movimento juvenil e captar os jovens para o apoio a tal política.

E os jovens, como respondem?

Resposta concreta a problemas concretos

Podíamos, aqui, passar ao capítulo 4 do projecto de Resolução Política, dedicado ao movimento juvenil — que, logo no título, é considerado «independente, participado e em desenvolvimento», adjectivos explanados depois no que respeita ao movimento estudantil no ensino superior e no ensino secundário, ao movimento dos trabalhadores-estudantes, ao movimento dos jovens trabalhadores, ao associativismo juvenil de base local, à participação dos jovens nas batalhas políticas, à actividade de instituições como o Conselho Nacional da Juventude e as autarquias locais, aos movimentos ecologistas e de defesa da paz, ao desporto popular e manifestações culturais.

Mas escolhemos outra via: vamos retomar o fio à conversa que tivemos com a Idália e com o José Morais, também do Secretariado da DN da JCP, partindo da resposta concreta que os estudantes do secundário deram por todo o país ao problema concreto da modificação do regime de acesso à Universidade.

Deixando os *entretantos* para a informação que tem sido divulgada na comunicação social (nomeadamente no «Avante!») sobre a forma autoritária como o Ministério da Educação publicou o decreto e sobre as várias etapas por que tem passado a luta dos estudantes e do Movimento (MECLA) que esteve e está na sua base, passamos aos *finalmentes* que interessam para aqui, ou seja, a forma como nesta luta estão os jovens comunistas.

Tudo começa com o ministro Carneiro, naquele dia em que, frente às câmaras da televisão, lhe faltaram os argumentos para defender a sua lei de acesso, e não esteve pelos ajustes, sacou da artilharia pesada da argumentação usada por uma escola que dominou em Portugal até 25 de Abril de 1974: **Oh! Diogo, você é comunista, os comunistas andam a manipular os estudantes.** Simples, não é, senhor ministro?

Os comunistas? Estão lá, claro!

Foi a partir da suprema argumentação de Roberto Carneiro que se desenrolou a conversa.

— É um disparate! — A Idália não se conteve. — «Manipulado» não faz sentido nenhum. Que o movimento tem comunistas, isso tem. Os comunistas também estudam, estão nas escolas, é lógico que participam nisto. Agora essa história da manipulação... A JCP tem tido um papel importante na dinamização da luta, embora não tenha sido só isso que fez com que tomasse tão grandes dimensões. Houve condições muito concretas que levaram à movimentação dos estudantes do secundário. Os comunistas tiveram um papel determinante, mas não são só os comunistas a manifestar-se contra a lei de acesso.

— Mas – acrescenta o Morais —, é sintomático que não apareçam outras organizações políticas tão directamente empenhadas na defesa dos interesses dos estudantes do secundário, isso mostra que nós estamos ao lado dos estudantes, sentimos e compreendemos os seus problemas e aspirações, o que não acontece com as outras organizações.

Aqui intromete-se uma questão: então, se isso é assim, **por que é que não surgem nas eleições para órgãos associativos listas da JCP**, como sucede com outras forças políticas? E o camarada Morais avança com a resposta:

— Nós temos defendido, desde há anos, que os jovens comunistas devem participar no movimento estudantil, e nomeadamente nas eleições associativas. Só que não alinhamos com a partidarização do movimento associativo, que tem impedido o movimento de trabalhar como um todo, unindo todos os estudantes. O que fazem habitualmente é defender, mais ou menos abertamente, o partido A ou o partido B, e depois, quando chegam à direcção da associação, não fazem nada. O que lhes interessa é ganhar, para depois a JS ou a JSD ou a JC poderem dizer que ganharam não sei quantas associações de estudantes.

— Os jovens comunistas — prossegue — participam nas eleições, mas como jovens, e com outros jovens, activos, empenhados, capazes. Não podemos, achamos nós, conotar todos os jovens que, com os comunistas, participam nessas listas, consideramo-las listas de unidade estudantil, porque se pretende

José Morais e Idália Custódio falaram ao «Avante!» sobre a participação dos jovens comunistas no movimento juvenil

unir os estudantes em torno dos seus problemas e interesses específicos.

— Então os jovens comunistas são diferentes? — A pergunta saiu pensando naquele fino programa televisivo que pretendia apresentar os comunistas como *os outros* portugueses.

A conversa animou-se.

— O ministro da Educação também tentou dizer que os estudantes comunistas são *os outros* estudantes. Não são. Os jovens comunistas são jovens como os outros, também estudam, trabalham, vão aos concertos, aos bares e discotecas... Temos coisas que nos distinguem como comunistas, mas isso não quer dizer que sejamos menos jovens, antes pelo contrário.

— E a JCP, é diferente das outras organizações políticas juvenis?

— Ah! Isso, de certeza absoluta: pelos nossos objectivos, por um lado...

— Mas em organismos como o CNJ, o CCJ, na própria Assembleia da República, consegue-se criar **consensos das várias organizações políticas juvenis em torno de algumas questões...**

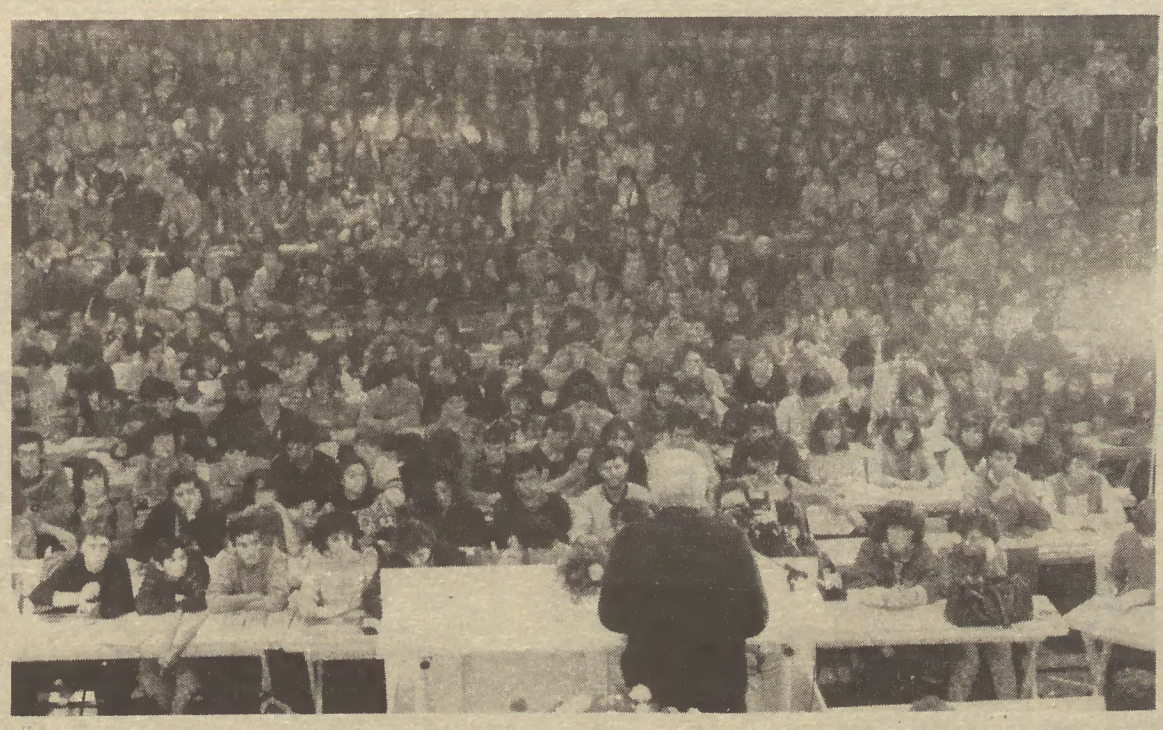
— Sim, em torno de algumas consegue-se. A próprio JSD tem tido dificuldades em defender a política do Governo, que se mostra por vezes tão antijuvenil, tão antijuvenil, que a própria JSD cairia em completo descrédito junto dos jovens se fosse atrás do Governo, o que a obriga a demarcar-se. Mas a JCP é diferente: nós tomamos a iniciativa na defesa dos interesses dos jovens (foi no pacote laboral, na lei de acesso, no apoio às associações juvenis), temos objectivos diferentes e daí decorrem as nossas posições consequentes sempre ao lado dos jovens, tanto nas questões gerais, como nos problemas concretos. E isto de forma natural, já que a nossa ideia de transformação do mundo corresponde aos interesses objectivos dos jovens, enquanto a ideologia dos que defendem a manutenção do capitalismo choca objectivamente com esses interesses. Não há incompatibilidade entre os interesses dos jovens e aquilo que na JCP defendemos, aquilo que pensamos, aquilo em que acreditamos; mas há incompatibilidade entre o que interessa aos jovens e aquilo que a direita defende, aquilo em que a direita acredita e aquilo que quer fazer no nosso país.

No Congresso e depois

Reconhecemos que muito ficou por dizer, mas acabamos aqui.

Quanto ao verdadeiro debate, aquele que está a ser realizado pelos jovens comunistas na sua organização, esse vai prosseguir sábado e domingo, no Congresso. E o empolgante trabalho para a transformação socialista do mundo, para a construção em Portugal de uma democracia avançada, para a resolução dos problemas mais graves da juventude do nosso país, bem, esse vai prosseguir, na luta do dia-a-dia, muito para além do 3.º Congresso da JCP.

Depende dos jovens comunistas fazer com que a sua reunião magna dê a esse combate um forte impulso, fazer com que a JCP esteja à altura das responsabilidades que tem sabido assumir perante a juventude e o povo.



O 2.º Congresso da JCP realizou-se em Sacavém, a 15 e 16 de Dezembro de 1984

Organização e direcção

O sexto e último capítulo do projecto de Resolução Política é dedicado à JCP como componente activa do movimento juvenil. Além dessas dez páginas, foram apresentados para discussão nos colectivos e no Congresso um projecto de alteração aos Princípios Orgânicos da JCP e um projecto de Resolução sobre as questões de direcção e organização

Na proposta de Resolução analisa-se a evolução da JCP desde a unificação da UEC e da UJC, em Novembro de 1979, altura em que «herdou uma forte e personalizada organização na Universidade, uma forte e crescente organização no ensino secundário e uma forte e activa organização dos jovens trabalhadores»; «mais frágil» era então a intervenção «nas áreas de interesse comum e nos grandes pólos de atracção da juventude».

No 2.º Congresso, em Dezembro de 1984, «começou a ser claro» que a JCP «não estava a responder satisfatoriamente às necessidades de intervenção dos jovens comunistas, apesar de êxitos pontuais». Conclui-se então que «uma estrutura muito complexa e hierarquizada não corresponde às características e à capacidade real de intervenção da organização da JCP e dos seus activistas».

O debate prosseguiu para além do Congresso e teve um dos seus momentos decisivos na reunião da DN realizada a 11 e 12 de Outubro de 1986, onde se apontou «como linha de orientação o virar para fora, para a vida, para as massas juvenis, intervindo na vida diária», e onde se definiu um conjunto de prioridades imediatas no respeitante à organização da JCP. Este trabalho prosseguiu e outras linhas foram adoptadas, designadamente na reunião da DN de 5 e 6 de Dezembro de 1987.

Estas medidas levaram a uma «alteração qualitativa muito importante» nas características da organização, no estilo e métodos de trabalho, no aprofundamento da democracia interna e num crescimento da influência dos jovens comunistas em áreas essenciais do movimento juvenil. «Ao mesmo tempo verificou-se uma quebra nas estruturas tradicionais da JCP, de base local, onde o estilo de trabalho era mais interiorizado, fechado e rotineiro» — afirma-se no projecto.

Considerando que foram «correctas e positivas» as alterações efectuadas, a DN da JCP avança, em 14 pontos, uma série de propostas sobre a concepção da organização dos jovens comunistas portugueses, sua estrutura e objectivos, formas de intervenção, adesão e participação dos jovens.

Um último aspecto focado na proposta de Resolução diz respeito aos órgãos de direcção da JCP. Depois de analisar a sua evolução desde 1984, propõe-se que o Congresso reúna de 3 em 3 anos, que a Direcção Nacional tenha cerca de 60 membros e reúna de 2 em 2 meses; a DN elegerá de entre os seus membros os organismos executivos que achar necessários, nomeadamente o Executivo (com cerca de 30 membros ligados a tarefas concretas) e o Secretariado.

A proposta de alterações aos Princípios Orgânicos (estatutos) da JCP concretiza as ideias e conclusões do projecto de Resolução. ■

Na luta (contra a lei de acesso ao ensino superior) e na festa (do «Avante!», 1985), a juventude

DN da JCP discutiu os últimos preparativos

As questões ligadas à preparação do Congresso que depois de amanhã se inicia em Loures, e a situação e lutas da juventude ocuparam o lugar fundamental na reunião da Direcção Nacional da JCP que se realizou nos dias 7 e 8 (sexta e sábado) em Lisboa, no centro de trabalho do PCP em Alcântara.

No final da reunião foi anunciado que no 3.º Congresso participa o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. Os trabalhos decorrerão **sempre em plenário**, iniciando-se às 10 horas e contando com cerca de mil delegados (mais de 500 estavam eleitos, segundo o balanço feito pela DN). **Sábado à noite haverá um espectáculo/convívio.**

Das **organizações estrangeiras** convidadas, 23 tinham já confirmado que enviarão representantes ao Pavilhão da Paz e da Amizade: Komsomol Leninista (URSS), Komsomol Dimitroviano (Bulgária), FDJ (RDA), ZSMP (Polónia), UTC (Roménia), KISZ (Hungria), SSM (Checoslováquia), UJC (Cuba), KNE (Grécia), MJCF (França), UJCE (Espanha), FGCI (Itália), SDAJ (RFA), DKU (Dinamarca), CJC (Catalunha), JFMLN (El Salvador), JJCC (Chile), JMPLA-JP (Angola), JAAC-CV (Cabo Verde), JMLSTP (São Tomé e Príncipe), ANC (África do Sul), OPJT (Timor-Leste) e a Federação Mundial da Juventude Democrática.

Quim Tavares, do secretariado da DN, falando ao «Avante!» no final da reunião, salientou as iniciativas feitas no âmbito do **trabalho preparatório** do Congresso, nomeadamente a «Semana da Ria» em Aveiro, os torneios de futebol de salão em Lisboa, o concerto realizado em Cascais com oito grupos musicais, o espectáculo que mobilizou vários músicos e grupos em Setúbal, e, naturalmente, as mais de cem assembleias plenárias e reuniões de colectivos da JCP realizadas até à data da reunião da DN — destacando os encontros concelhios da JCP em Braga e em Coimbra — para discussão dos documentos preparatórios e eleição de delegados.

Na Direcção Nacional da JCP discutiu-se ainda as comemorações do 25 de Abril, o 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes e as linhas de participação nas eleições autárquicas, nomeadamente o reforço da posição dos candidatos jovens nas listas da CDU. ■

Leiria

Desenvolvimento adiado no PDR

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) que o Governo acaba de entregar em Bruxelas foi imposto às regiões sem a mínima discussão e auscultação às autarquias, organizações sociais e económicas. o PDR, que vai absorver o grosso dos fluxos financeiros provenientes dos fundos da CEE e do Orçamento do Estado Português nos próximos 5 anos, adiou quase tudo o que é vital para o desenvolvimento do distrito de Leiria. Apesar de escassear informação, cuja inteira responsabilidade é do Governo, nomeadamente o conteúdo das fichas de alguns programas operacionais e subvenções globais, é possível afirmar desde já, pela avaliação dos grandes projectos da responsabilidade da Administração Central, que o Governo do PSD continua apostado na secundarização do distrito.

O alerta, divulgado no passado dia 8 aos órgãos de comunicação social, parte da Direcção Regional de Leiria (DORLEI) e da Coordenadora Distrital de Concelhos e Frentes de Trabalho do PCP.

Em reunião conjunta, destinada a analisar temas da actualidade política e social do distrito do Lis, aqueles organismos de direcção do PCP concluíram a dado passo:

Não fosse a inclusão no Plano de Desenvolvimento regional de 90% da construção do IP6 (Itinerário Castelo Branco/Peniche) e do Hospital de Leiria, em PIDDAC há anos a aguardar concretização, praticamente sobre o distrito de Leiria só encontraríamos no PDR declarações de intenção e objectivos genéricos e demagógicos sem qualquer garantia de concretização.

A DORLEI do PCP expressa mais uma vez o seu desacordo e protesto tanto em relação ao genérico do Plano como face aos métodos utilizados pelo Governo na sua elaboração.

A difícil situação da IVIMA

Como já referimos, a DORLEI do PCP analisou ainda a situação social e laboral do distrito. Manifestando viva preocupação face à manutenção dos factores de crise na indústria cristaleira, chama a atenção para a difícil situação da IVIMA, a exigir medidas urgentes que impeçam o seu iminente encerramento. A DORLEI do PCP responsabiliza o Governo pela inviabilização sistemática de propostas de solução que em devido tempo foram apresentadas e que acabaram por colocar a IVIMA na desesperada situação actual.

A DORLEI abordou também a situação do sector de Limas, onde o patronato em algumas empresas mais uma vez recorre à chantagem dos salários em atraso para impedir a satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores do sector.

O anúncio da publicação da Lei dos Despedimentos, tal como era previsível, está já a ser aproveitada pelo patronato sem escrúpulos para a pôr em prática mesmo antes da sua entrada em vigor. A DORLEI do PCP chama a atenção para a necessidade de organizar a resistência contra os despedimentos e apela à unidade e espírito de solidariedade contra as previsíveis arbitrariedades.

Em seguida, dirige duas saudações especiais:

• À luta combativa dos trabalhadores do nosso distrito, designadamente todos os que participaram na jornada de 24 de Fevereiro promovida pela CGTP-IN, contra o congelamento dos salários e vencimentos, contra o Pacote Laboral e pelas 40 horas de jornada de trabalho;

• À luta dos jovens estudantes e dos professores do Ensino Secundário que, em vários pontos do distrito, manifestaram o seu protesto contra a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior.

Prejuízos na agricultura

A DORLEI do PCP decidiu também associar-se ao protesto dos agricultores do distrito contra a importação indiscriminada de vinho de Espanha e de Itália, assim como de maçã espanhola, que estão a causar grandes prejuízos à agricultura regional, sem que da parte do Governo se vejam medidas concretas no sentido de minorar ou impedir estas e outras situações tendo em conta o Mercado Único Europeu em 1992.

Apreciando o alto significado das datas que se aproximam, a DORLEI apela a todos os militantes e ao povo trabalhador para que se empenhem e participem nas comemorações do 25 de Abril que irão realizar-se em várias localidades do distrito e nas comemorações do Dia do Trabalhador, particularmente na manifestação do dia 1 de Maio que se realizará em **Leiria**. ■

Viseu

Direcções de trabalho para a preparação articulada das duas batalhas eleitorais

Foram cumpridos os dois objectivos essenciais da segunda Assembleia, com carácter extraordinário, dos comunistas do distrito de Viseu. De facto, no passado fim-de-semana, os delegados que representavam as diferentes organizações elegeram uma nova Comissão Distrital, pronta a levar por diante **as novas tarefas** e aprovaram um **Plano de Actividades** para este ano de 1989, onde avulta com especial destaque **a definição das prioridades para as eleições de Junho para o Parlamento Europeu e de Dezembro para as autarquias.** Como sublinha o documento aprovado, «cumprir no apertado prazo do 1.º trimestre de 89 estes objectivos determinou o carácter extraordinário da Assembleia e levou a que fossem postos de parte as formalidades e o conteúdo de uma Assembleia ordinária».

Os comunistas de Viseu têm desde o passado fim-de-semana uma nova Comissão Distrital, eleita numa Assembleia em que intervelo o camarada Carlos Fraião, membro suplente da C. Política do PCP

3.ª Assembleia em 1990

A nova Distrital, constituída por 34 membros (apenas 5 mulheres), assume o compromisso da realização, durante o ano de 1990, da terceira Assembleia da Organização Distrital de Viseu do PCP, que incluirá, entre outros, o objectivo de **efectuar a mais rigorosa prestação de contas da actividade do Partido** neste distrito das Beiras, **desde a realização da 1.ª Assembleia.**

Os concelhos e frentes de trabalho estiveram representados na Assembleia, realizada na Escola de Enfermagem, em Viseu

O Plano de Actividades aprovado desenvolve quatro aspectos essenciais. Primeiro, as razões que estiveram na origem da convocação e realização desta Assembleia extraordinária.

Depois, a actual situação política e social. Mais adiante, as tarefas presentes dos comunistas do distrito no quadro das realidades nacional e local e das orientações saídas do XII Congresso. Finalmente, as próximas eleições para o PE e o Poder Local democrático – «duas das mais importantes batalhas políticas de 1989».

Sobre esta matéria, a Assembleia de Viseu sublinha:

As eleições de 1989 assumirão uma grande importância no desenvolvimento ulterior da situação política. Existem condições objectivas para que os resultados eleitorais reflictam o descontentamento popular e o crescente descrédito do PSD e do Governo.

No plano do combate à política de direita e de construção de uma alternativa democrática, as eleições de 1989 representarão uma contribuição decisiva para entravar e resistir à política do Governo PSD e para fazer avançar a convergência e a unidade das forças democráticas: uma forte votação na CDU será a melhor contribuição para derrotar a direita, para defender as conquistas sociais e políticas, para alcançar uma política que defenda os interesses do País e para a unidade das forças democráticas.

Tarefas

No plano de defesa da soberania nacional e da efectiva resolução dos problemas das populações, uma forte votação na CDU será a melhor contribuição para a defesa dos interesses de Portugal no Parlamento Europeu e para a criação de condições que permitam a Portugal enfrentar a criação do Mercado Único e permitirá alargar a intervenção da CDU na gestão das autarquias, consolidar os avanços alcançados e satisfazer os anseios de mais numerosas populações.

Desde já se põem, por isso, a todos os militantes e organizações do Partido do distrito de Viseu, as seguintes tarefas gerais com vista à preparação simultânea e articulada destas duas batalhas eleitorais:

• Desenvolvimento de iniciativas e acções que confirmem e alarguem o espaço democrático, aberto e unitário da CDU;

• A multiplicação de iniciativas e acções de esclarecimento em torno das questões de política geral e da adesão de Portugal à CEE;

• A intensificação da formação de listas de candidatos da CDU para os órgãos autárquicos, abertas aos democratas interessados no progresso dos seus municípios e freguesias;

• A maior divulgação entre a população dos valiosos exemplos de gestão autárquica levada a cabo nos últimos anos pelas Juntas CDU e pelos restantes eleitos CDU em numerosas autarquias do distrito de Viseu. ■

Uma voz pública mais activa

O PCP no distrito de Viseu deverá sem prejuízo do desenvolvimento da dinâmica unitária das lutas sociais, assumir uma voz pública mais activa, enquanto Partido e através da sua Comissão Distrital, das suas Comissões Concelhias e de outros organismos do Partido, — na intervenção, na denúncia e na proposta de soluções para os problemas que pesam sobre as populações e sobre o distrito.

Paralelamente, impõe-se continuar o reforço do trabalho de direcção do Partido no distrito, designadamente da Comissão Distrital, e dos seus organismos executivos e das Comissões Concelhias, o que, em geral, exige a elevação do nível de actividade e o constante estímulo à melhoria da qualidade de intervenção quer desses organismos quer dos seus membros considerados individualmente.

Será também necessário um mais profundo, mais amplo e mais rigoroso acompanhamento e conhecimento da actividade e da evolução dos quadros do Partido, a par de uma mais ampla responsabilização e de um constante trabalho de formação política, ideológica e cultural dos membros do Partido em geral.

É necessário intensificar o estímulo à participação dos militantes na vida do Partido e ao funcionamento regular dos seus organismos, com a assunção da respectiva quota-parte de responsabilidade no âmbito do organismo ou organização em que se integram, pela concretização criativa das decisões do Partido correspondentes à sua actividade partidária individual.

Aos organismos de direcção do Partido no distrito — bem como aos outros organismos e aos militantes considerados individualmente, — compete a especial responsabilidade de continuarem não só a garantir o aprofundamento da democracia interna do Partido, mas também a corrigir as situações irregulares que impeçam ou prejudiquem tal aprofundamento, designadamente através do trabalho colectivo em que se insere o valor dos contributos individuais, da descentralização de competências, da obrigatoriedade de informação e prestação de contas pelos organismos dirigentes às organizações respectivas, da efectivação do direito dos militantes a expressarem as suas opiniões, a criticarem, proporem e serem eleitos para os órgãos e organismos electivos do Partido, etc.

■ Do Plano de Actividades aprovado

Uma Assembleia combativa, onde estiveram representados os mais de 35 000 comunistas da Organização Regional de Setúbal (ORS), que reafirmam o seu empenhamento na concretização das orientações definidas no XII Congresso do Partido

Setúbal

Assembleia da ORS: a influência do real

Foram 128 as assembleias plenárias realizadas no distrito de Setúbal que estiveram na base da II Assembleia (extraordinária) da Organização Regional reunida no passado fim-de-semana no pavilhão da SFUAP, em Almada, com 615 delegados, a discutir a acção futura do Partido, no quadro das próximas batalhas eleitorais e das conclusões do XII Congresso do PCP.

Em discussão estiveram três documentos: um projecto de Resolução Política, outro sobre os programas eleitorais da CDU e um último sobre a construção do novo Centro de Trabalho da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS).

«Com o PCP defender a democracia, desenvolver o distrito» é o título da Resolução Política aprovada por unanimidade na Assembleia, depois de sofrer a inclusão de 204 propostas de alteração surgidas anteriormente nas assembleias plenárias e de outras trinta apresentadas pelos delegados à Assembleia.

O documento proposto pela DORS é constituído por duas grandes áreas. Uma primeira dedicada às prioridades no trabalho da Organização Regional de Setúbal, de onde se destacam as eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais. Um segundo capítulo da Resolução Política é dedicado ao trabalho da direcção e às alterações a introduzir na sua composição e métodos de trabalho, por forma a responder a uma melhor ligação à organização do Partido e à vida política, social, económica e cultural do distrito de Setúbal.

Neste contexto foi eleita a composição da nova DORS, que sofreu um alargamento de 56 para 79 membros.

Da «Resolução» ao «Contributo»

Outro dos documentos submetidos à discussão na II Assembleia (extraordinária) da ORS do PCP foi um projecto de Resolução constituído por um conjunto de ideias concretas a propor pela CDU sobre a realidade do distrito de Setúbal, nas suas vertentes socioeconómica, política e cultural, que, caso fossem aprovadas, passariam a constituir parte integrante dos programas eleitorais da coligação para o Parlamento Europeu e autarquias locais.

Essa terá sido uma das discussões mais interessantes da Assembleia, já que era aquela onde problemas concretos da população do distrito de Setúbal estavam em equação, levando à apresentação de duas dezenas e meia de alterações às ideias constantes do documento, em áreas tão diversas como o ensino, a indústria, o turismo, aeroportos, etc.

Uma das alterações propostas reivindicava a construção de uma metalurgia de cobre no distrito. Alguns dos delegados presentes argumentaram que tal proposta não estava suficientemente discutida na organização do Partido e nas próprias autarquias, não devendo ser apresentada de ânimo leve em atenção a riscos eventuais que essa construção comportaria.

Depois de um intenso debate em torno da questão, a Mesa sugeriu à Assembleia que a proposta sobre a metalurgia se mantivesse mas, em contrapartida, fosse alterado o carácter geral do documento, que deixaria de ser «Resolução», e passaria a «Contributo para os Programas Eleitorais da CDU», com posterior aprofundamento das questões incluídas, como a construção da metalurgia de cobre no distrito.

Esta proposta mereceu 58 votos contra e 20 abstenções de delegados que argumentaram que a passagem de «Resolução» para «Contributo» retiraria dignidade ao documento e faria perder algum do seu impacto.

O conteúdo do documento foi depois aprovado com seis abstenções.

Uma história a ilustrar como os problemas reais das populações preenchem e modificam a actuação política.

Mas a principal discussão ao longo desta Assembleia foi em torno da acção do Partido, com o apontar de deficiências e insuficiências existentes no seio da ORS, muito em resultado directo da situação política e social vivida no distrito de Setúbal com o encerramento de empresas, despedimentos, precariedade de emprego e mesmo repressão, factos com influência decisiva na actividade de células de empresas do Partido.

Para além destes factos algumas intervenções na Assembleia deram conta da necessidade de reforçar o trabalho de direcção da ORS, de conseguir um aumento de militância, de melhorar o trabalho do PCP por forma a virá-lo mais para as massas, conforme os documentos aprovados nesta Assembleia da ORS preconizam. ■

Sobre as intervenções de Manuel Sobral (abertura) e Domingos Abrantes (encerramento), ver pág. 12/SEMANA.

A propósito da Constituição

«A autêntica marcha forçada a que o PSD e o PS submetem o processo de revisão da Constituição e as propostas de alteração resultantes do seu acordo devem preocupar seriamente todos os democratas que querem manter vivo o regime democrático saído do 25 de Abril, com as conquistas e valores essenciais que o caracterizam», sublinha o Executivo da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP em *telex* divulgado aos jornalistas no passado dia 10.

Acrescenta a DORS:

«Propostas já aprovadas no acordo do PS com o PSD, como a restrição dos poderes da Assembleia da República, a extinção ou a governamentalização do controlo democrático da Comunicação Social, a abolição da gratuituidade do Serviço Nacional de Saúde, o bloqueamento objectivo da regionalização, o desmantelamento total do Sector Empresarial do Estado, a destruição da Reforma Agrária, a eliminação dos mecanismos democráticos do planeamento, entre outros, constituiriam avanços decisivos nos objectivos estratégicos da direita.

«Não podemos deixar de lamentar e repudiar que, mais uma vez, o PS preste um serviço essencial à concretização da estratégia política do PSD contra o regime democrático, para mais quando o agravamento da situação social, em consequência da política de direita do Governo/PSD, tem mobilizado praticamente todos os sectores laborais e socioprofissionais da sociedade, em defesa dos seus direitos e interesses.

«O Executivo da DORS do PCP pensa ser do interesse do povo do distrito o aumento da luta e da mobilização em defesa da Constituição apelando para que, no uso dos direitos e liberdades consagrados na Constituição e na aproximação de mais um aniversário da Revolução dos Cravos, os democratas manifestem a sua vontade de manter vivo o 25 de Abril e o regime democrático que lhe restituiu a liberdade e a dignidade.» ■

■ *José Paulo Oliveira*

Viana do Castelo

A preparação das eleições de Junho para o Parlamento Europeu e de Dezembro para as autarquias e a definição de orientações fundamentais para o trabalho de organizaço e direcção do Partido são as prioridades da nossa 1.ª Assembleia – afirmou ao «Avante!» a camarada **Branca de Carvalho**, do Comité Central, responsável pela organização do PCP em Viana e membro da Direcção Regional do Minho (DORM).

A realização da 1.ª Assembleia distrital dos comunistas do Alto Minho, marcada para o próximo domingo, dia 16, em Darque, está a suscitar vivo interesse entre as organizações do Partido nos 10 concelhos do distrito de Viana, onde 46 por cento da população activa trabalha na agricultura e onde a emigração continua a deixar as suas marcas, bem visíveis nas estatísticas demográficas e na realidade económica e social desta parcela do Noroeste do País, habitada em 1985 por apenas 263 500 pessoas (números oficiais).

Concretamente sobre a Assembleia, o «Avante!» ouviu no CT da Rua Manuel Espregueira três camaradas da Comissão Distrital: além de Branca de Carvalho, João Duarte e Cassiano Couto.

Nas vésperas da iniciativa mais importante da organização do PCP neste ano de 1989

Levar mais longe a mensagem da CDU

Como nos referiram aqueles camaradas, a preparação da Assembleia deu os seus primeiros passos há dois meses e integrou reuniões descentralizadas, designadamente para os concelhos de Arcos, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Paredes de Coura, para os concelhos de Melgaço, Monção, Valença, Cerveira e Caminha, para Viana e outra para os sectores profissionais e células de empresa, destacando-se nestes últimos organismos a célula dos Estaleiros Navais de Viana (ENVC).

Para além da eleição dos delegados, as reuniões preparatórias da 1.ª Assembleia distrital têm contado com um documento-base de trabalho onde se caracteriza e enquadra a iniciativa do próximo domingo e se apresenta um regulamento para o debate preparatório e a eleição dos delegados.

Esse documento – em discussão desde fins de Março – avança ainda propostas de resolução sobre as questões de direcção e organização, sobre as eleições para o PE e as autarquias. Sobre este último tema, sublinha: «A obra realizada nas sete freguesias CDU do distrito e o trabalho do vereador da CDU na CM de Viana» – responsável pelo pelouro da cultura – «bem como o trabalho dos eleitos nas autarquias, em minoria, e as posições consequentes do PCP e dos seus aliados contra a política de Cavaco Silva/PSD são uma garantia da subida da CDU nas próximas eleições autárquicas».

Tendo em vista este contributo sério para uma política democrática nas autarquias do distrito, ao serviço das populações e do desenvolvimento, o texto de apoio à Assembleia destaca um conjunto de orientações de trabalho, onde se insere, naturalmente, a necessidade de levar mais longe a mensagem e a capacidade da CDU.

Quanto ao acto eleitoral de Ju-

Estaleiros Navais, na capital do Alto Minho: aqui se encontra a célula de empresa mais importante em todo o distrito de Viana. Um conjunto de trabalhadores comunistas dos Estaleiros vão estar no próximo domingo em Darque para tomar lugar na 1.ª Assembleia da organização distrital

Entrevistas com as forças vivas

Fernando Manuel Cerqueira Rodrigues engenheiro técnico agrário, membro da Direcção da Associação Regional de Agricultores do Alto Minho, independente, é um dos candidatos que integram a lista da CDU para o Parlamento Europeu.

Naturalmente, Fernando Rodrigues vai estar em intensa actividade na região durante a campanha eleitoral. Das múltiplas iniciativas previstas, o nosso destaque vai para as **entrevistas** do candidato (às segundas-feiras) com as forças vivas e as organizações sociais do distrito.

A primeira **entrevista** teve lugar no passado dia 10 na cooperativa de habitação **«Capitães de Abril»**, em Viana, responsável por um trabalho valioso na área da construção. ■

Mais de centena e meia a caminho de Darque

Eleitos na proporção de 1 por 20 militantes, vão participar na 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP de Viana do Castelo 147 delegados, a que podemos acrescentar mais 22 camaradas que lá estarão por inerência das suas actuais tarefas (são membros da Distrital).

Marcada para as 10 horas do próximo domingo, a Assembleia decorrerá nas instalações da Sociedade de Instrução e Recreio Darquense, na conhecida freguesia CDU de Darque «ali» à entrada da cidade.

Da proposta de ordem de trabalhos que será levada ao grande encontro dos comunistas vianenses constam quatro pontos essenciais:

1. Discussão e aprovação de projectos de resolução política, sobre questões de direcção e de organização;

2. Eleição da nova Comissão Distrital;

3. Discussão e aprovação de propostas de resolução política sobre as eleições de Junho para o Parlamento Europeu e de Dezembro para as autarquias;

4. Discussão de outros documentos e moções que eventualmente sejam apresentadas no decurso dos trabalhos.

Também quatro são as sessões de funcionamento da Assembleia: entre as 10 e as 11 e 15 horas; das 11 e 30 às 12 e 30; depois das 14 e 30 às 16 e a última das 16 e 30 até cerca das 18 horas. Para este derradeiro período está prevista uma intervenção do camarada **António Lopes**, membro da Comissão Política do PCP.

A terceira e quarta sessões da Assembleia (toda a parte da tarde) serão abertas ao público.

Além de convidados que integram as fileiras do Partido, a Assembleia dirigiu convites especiais a personalidades democráticas da região. ■

Só agora

Só agora, no 2.º trimestre de 1989?

Nas múltiplas conversas e contactos que a reportagem do «Avante!» manteve com camaradas de Viana do Castelo, a questão surgiu com toda a naturalidade. Tal como a justificação. Só agora, cinco anos depois da constituição da Comissão Distrital do Partido, se avançou para a 1.ª Assembleia porque, por um lado, **nos temos confrontado com imensas e sucessivas tarefas políticas, nomeadamente os cinco processos eleitorais;** e por outro lado, porque houve **falta de definição clara das competências do organismo de direcção distrital, isto devido à existência da Direcção Regional do Minho** (englobando os dois distritos minhotos: Braga e Viana) **e do seu executivo, que dirigiam, de facto, o trabalho na região.**

A realização agora desta 1.ª Assembleia (a ter lugar no próximo domingo) corresponde à concretização da resolução da DORM tomada em 28 de Janeiro deste ano, que decidiu modificações no trabalho de direcção do Partido no Minho, levando a criar e a delegar em duas Comissões Distritais uma parte significativa das responsabilidades e funções que até aí eram exercidas pela DORM.

O esclarecimento aqui fica. ■

nho, cujo trabalho se encontra mais adiantado, os comunistas de Viana apostam numa acção dinâmica, envolvendo iniciativas bem estruturadas que mobilizem o interesse das diferentes camadas da população, para além dum vasto programa de contactos tipo porta a porta.

Uma das primeiras iniciativas previstas terá lugar no próximo dia **22**, em Vilar de Mouros (Caminha). Trata-se de um debate sobre a agricultura do minifúndio e o Mercado Único da CEE. **«Que agricultura para o Alto Minho em 92?»** é uma oportuna interrogação e também tema para esta iniciativa da CDU, que incluirá bons momentos de música popular portuguesa com o grupo «Cantares da Terra». Vão ser convidadas as adegas cooperativas, casas do povo, conselhos directivos de baldios, mútuas de gado, associações de agricultores, técnicos agrícolas, agricultores e cooperativas.

Os direitos dos trabalhadores portugueses e a CEE estarão em debate no dia 5 de Maio, na cidade de Viana. Para esta iniciativa está prevista a participação de sindicatos, comissões e delegados sindicais, CTs, activistas sindicais e associações de reformados, entre outras.

Oito dias depois, a 13 de Maio, o Hotel Viana Sol acolherá gente interessada em reflectir sobre **a cultura portuguesa e a CEE**. Após um debate (marcado para as 15 horas), haverá jantar de confraternização num restaurante da cidade. Conselhos directivos de estabelecimentos de ensino, professores, jornalistas, responsáveis e colaboradores de bibliotectas e colectividades, e animadores culturais contam-se entre os futuros convidados desta iniciativa.

Um concurso especial...

Durante a conversa realizada no Centro de Trabalho do Partido em Viana, os camaradas da Distrital que falaram ao «Avante!» sublinharam uma iniciativa que está a ser organizada pela Juventude CDU: trata-se de um concurso sobre a CEE cuja final ocorrerá a 20 de Maio, na discoteca do Hotel Viana Sol. O concurso consta de um inquérito com 30 perguntas sobre a Comunidade Económica Europeia, a enviar para as escolas, colectividades e outras estruturas com presença juvenil. As respostas são dadas por equipas de quatro elementos (dois rapazes e duas raparigas). As duas equipas apuradas irão então à final. Aí terão de responder a perguntas e prestar provas de dança, teatro, desenho e anedotas, relacionando com a temática da CEE. Para os vencedores haverá um prémio pecuniário.

Com o dia 20 de Maio dedicado à final daquele concurso, o dia seguinte será também animado, mas mais mexido com a **Corrida CDU para o Parlamento Europeu**, outra acção ao jeito da juventude vianense. Crianças e jovens vão estar em movimento na capital do Alto Minho.

A anunciar oportunamente decorrerá, também no âmbito da campanha da CDU, uma iniciativa para análise de temas ecológicos.

Uma caravana distrital percorrerá estradas e caminhos no dia 4 de Junho, enquanto que no dia 11 desse mês terá lugar a subida do rio Lima até ao **Barco**, na zona do Porto.

O balão CDU vai estar em grande nas festas populares no dia 13. Dia 16 encerra a campanha. ■

3.as Jornadas Algarvias

A realidade e o futuro num debate que promete

• ***Depoimento de Carlos Luís Figueira ao «Avante!»***

Vão realizar-se no próximo fim-de-semana, em Silves, as 3.as Jornadas Algarvias organizadas pela Direcção Regional do Partido. A propósito desta realização, o camarada Carlos Luís Figueira, membro sublente da Comissão Política e responsável pela DORAL concedeu ao nosso jornal este depoimento:

As Jornadas Algarvias começaram a organizar-se em 1984 tendo desde logo a Direcção Regional decidido a sua realização de dois em dois anos, tendo como finalidade um debate aberto e aprofundado com a participação não só de comunistas como de todos os que se interessam pelo desenvolvimento da região, tendo sido possível congregar uma opinião comum, independentemente da filiação partidária de cada um dos participantes.

Representando um ponto alto da vida do Partido no Algarve, as Jornadas têm permitido todo um conjunto de propostas, consubstanciando as ideias que o Partido defende, tendo sido algumas à partida olhadas com desconfiança e depois adoptadas por outros quadrantes.

Isto aconteceu em relação a algumas das nossas propostas nomeadamente no que diz respeito à necessidade de se avançar com **um plano de ordenamento do território que defendemmos em 1984**.

Essa nossa procupação encontrou eco e é hoje defendida por muitos. O mesmo aconteceu com o plano de turismo que defendemos nas 2.as Jornadas. Isto só vem provar a abordagem séria dos problemas regionais que temos feito, a justeza da sua componente técnica e, sobretudo, o serem baseadas numa auscultação das opiniões de quem vive no Algarve e sente directamente os problemas da região.

Perante 1992...

As 3.as Jornadas Algarvias têm como tema central «o Poder Local e integração na CEE: que desenvolvimento?», bastante actual numa altura em que se aproximam as eleições para o Parlmento Europeu.

Este debate é muito importante no quadro das eleições para o PE, onde temos necessidade de aprofundar as realidades regionais, numa altura em que se têm vindo a acentuar factores negativos como a crescente dependência do turismo em detrimento de outras actividades que tiveram já grande expressão como a agricultura, as pescas, as conservas e a indústria corticeira.

Perante 1992 – sublinha Carlos Luís Figueira – pensamos que ainda se está a tempo e vamos elaborar todo um conjunto de propostas sobre as preocupações que temos em relação à vida económica da região. Vejamos o caso da agricultura, onde, na área da **fruticultura**, temos grandes possibilidades de desenvolvimento, já que aqui se produzem 50 por cento dos citrinos a nível nacional; nesta matéria pouco ou nada se fez, assistindo-se pelo contrário à forte concorrência espanhola (veja-se o caso das laranjas andaluzas que inundam o mercado, enquanto que na reconversão dos nossos pomares muito pouco está a ser feito).

Infra-estruturas

Recentemente, em conferência de Imprensa, o governador civil de Faro referiu «o grande esforço» que está a ser feito no capítulo das infra-estruturas e as grandes dotações que se esperam da CEE.

Quanto às infra-estruturas, começam agora a concluir-se as barragens que já estavam aprovadas há muito tempo, mas por outro lado corre-se o risco de ter essas estruturas e não ter a preparação necessária para se concorrer com mercados mais competitivos.

No caso das **pescas** fez-se nova lota em Olhão mas assiste-se a um ataque à pesca artesanal; as linhas de financiamento para a reconversão da indústria pesqueira apenas estão a dar origem ao crescente abate de embarcações.

A **indústria conserveira**, considerada perdida por sucessivos governos, começa a ter sinais de recomposição através do investimento estrangeiro. Aliás, sobre estes investimentos é preocupante o crescente acesso da compra de terras por estrangeiros. Alguma coisa deveria ser revista no tocante ao direito ao estabelecimento.

Fundos, obras e regionalização

No programa das Jornadas há um painel de trabalho referente à aplicação dos fundos estruturais no Algarve, que vai entroncar na questão central do desenvolvimento.

Vamos procurar fazer um balanço àcerca dos quantitativos que o Algarve tem vindo a receber e a sua aplicação. Há aqui um ponto fundamental. Não se pode confundir desenvolvimento com obras públicas. Na economia algarvia não se está a fazer sentir qualquer tipo de desenvolvimento. Não há novas fábricas; não é significativo o reequipamento nas pescas; a indústria corticeira definha. Sem apoios e incentivos à produção, estas infra-estruturas poderão vir a servir para uma mais acelerada penetração da influência estrangeira.

Quanto à regionalização, outro dos grandes temas de debate nas jornadas, parece uma questão que não suscita grande controvérsia na população algarvia.

A regionalização – salienta Carlos Luís Figueira – é uma questão incontroversa com o larguíssimo consenso e apoio popular. Nas campanhas eleitorais muito se promete e aqui mais uma vez e infelizmente o PS faz coro com a direita. Veja-se só o caso da via do Infante: com a existência de um poder mais próximo das populações, com uma visão diferente da importância dessa via, não estaria a assistir a toda esta polémica e às ameaças reais a excelentes terrenos agrícolas. Perde-se uma oportunidade soberana de desenvolver o interior da região, quando se sabe que toda a actividade económica está afunilada no litoral.

Há quem defenda que o Algarve está numa via de progresso e que com a integração plena este desenvolvimento será imparável. O nosso diagnóstico do Algarve não é optimista. Há quem procure demagogicamente defender essa ideia. O governador civil é um grande propagandista, mas tão irresponsável é o que só vê desgraças como o que procura escamotear os problemas. Nós no PCP não nos limitamos a inventariar as desgraças mas temos a atitude positiva de contribuir com propostas claras para a solução dos problemas.

Em defesa do interesse nacional

O empenhamento do Partido nas questões da CEE tem motivado algumas mistificações por parte da direita no sentido de se considerar dispensável a participação do Partido no PE.

É um conhecido argumento da direita, apesar de nós continuarmos a considerar que o negócio da integração foi mau para a nossa economia e independência, agravados pela forma como os acordos foram negociados. As próximas eleições não são um referendo e a grande questão é como se vai defender os interesses do Algarve e de Portugal.

Pensamos que o reforço da CDU e do PCP é um factor de garantia desses interesses. Quanto ao Algarve, é por acção dos nossos deputados que se anulam medidas gravosas para a indústria conserveira e se conseguem as linhas de crédito para apoiar a reconversão das pescas. Isto são só dois exemplos entre muitas propostas concretas que têm sido apresentadas e que vêm demonstrar que são os comunistas os que melhor defendem o interesse nacional.

A batalha do PE – acrescenta – é de primeira importância e em relação à qual os votantes da CDU, os que nela vêem a única alternativa à política de direita e de fortes compromissos que são factores de perca de independência nacional, têm que dar todo o seu forte empenhamento esclarecendo que não há qualquer contradição na nossa postura crítica e que ela, sim, vem legitimar ainda mais a nossa luta e a nossa vontade de defender a independência nacional e contrariar firmemente todos os factores negativos para a nossa economia e desenvolvimento.

* * *

Nas 3.as Jornadas Algarvias vão estar presentes os camaradas Carlos Brito e Joaquim Miranda, que moderarão um dos painéis de debate e Luísa Araújo e Carlos Luís Figueira. Foram ainda endereçados mais de 500 convites a estruturas económicas, de trabalhadores, movimento cultural e associativo, poder local, ao PS, PRD, UDP e personalidades independentes, garantia de uma participação muito vasta e de um debate sério, congregando todos aqueles que desejam um Algarve melhor. ■

As Jornadas terão lugar no próximo domingo, em Silves, com o tema **«o Poder Local e a integração na CEE: que desenvolvimento?»**. A DORAL do PCP dirigiu mais de 500 convites a estruturas económicas, de trabalhadores, movimento cultural e associativo, autarquias, forças políticas do campo democrático e personalidades independentes, incluindo técnicos, especialistas e gente que conhece bem a realidade algarvia.

Pontos Cardeais

Simultâneas (1)

Registamos a coincidência da aceitação, por parte do PSD, do inquérito parlamentar ao ministro das Finanças Miguel Cadilhe, com a decisão, também do PSD, de expulsar das suas fileiras um dos membros fundadores do partido, o dr. Carlos Macedo. Portanto o partido de Cavaco Silva anda em maré de aceitações e expulsões simultâneas. Aceita o que não pode evitar (o inquérito ao ministro) na ilusão de que se poderá aceitar melhor o que tão democrático partido devia evitar (a expulsão do seu membro n.º 6).
Ridículo. As «simultâneas» são coisas para grandes mestres do xadrez. E os tabuleiros não são para jogar à bisca. Ainda por cima «lambida».

Simultâneas (2)

Entretanto grande parte da Comunicação Social, embora desse relevo aos dois acontecimentos, «puxou» nas primeiras páginas a aceitação do inquérito em detrimento da expulsão do doutor. Fascinada, talvez, pela capacidade do partido de Cavaco Silva em aceitar o inevitável. Desinteressada, quiçá, da incapacidade do partido de Cavaco Silva em perceber o que é democracia interna e democracia, em geral.
Azar do dr. Carlos Macedo em não ser comunista. Primeiro, porque não seria expulso do Partido. Segundo, porque nem um terramoto que abalasse o País inteiro o arrancaria das primeiras páginas até ao próximo semestre. Pelo menos.

Instáveis

Miguel Cadilhe, que de repente desatou a concordar com inquéritos às suas actividades cripto-ministeriais, resolveu também discordar de si próprio e anunciou o contrário do que havia garantido há poucos meses: que afinal, este ano, vamos ter mais inflação e mais importações e menos exportações. A inflação passou mesmo dos previstos 6% (em Outubro passado), para 8,5% (até ver). E o mais curioso é que disse isto tudo, não às instituições portuguesas e ao povo em geral, mas ao comissário europeu para os Assuntos Económicos.
Como não dominamos os bizarros códigos da linguagem pêpêdê, ignoramos se esta confissão do ministro ao comissário europeu foi uma «queixa» ou se configurou uma «traição nacional». Mas lá que este governante e este Governo são uns instáveis, lá isso são. Qualquer dia ainda caem.

Paternalismos

O Primeiro-Ministro foi ao Porto inaugurar o VI Encontro Nacional para o Desenvolvimento das Indústrias Eléctricas e Electrónicas e disse: «os problemas não se resolvem com paternalismo de Estado».
Devem resolver-se com «paternalismo» da CEE.

Legais

O primeiro-ministro japonês, Noburu Takeshita, a braços com o maior escândalo político do Japão na actualidade, garantiu no parlamento do seu país que os donativos recebidos pelo seu partido da companhia «Recruit», foram «legais».
Pois. Só se esqueceram de passar recibo.

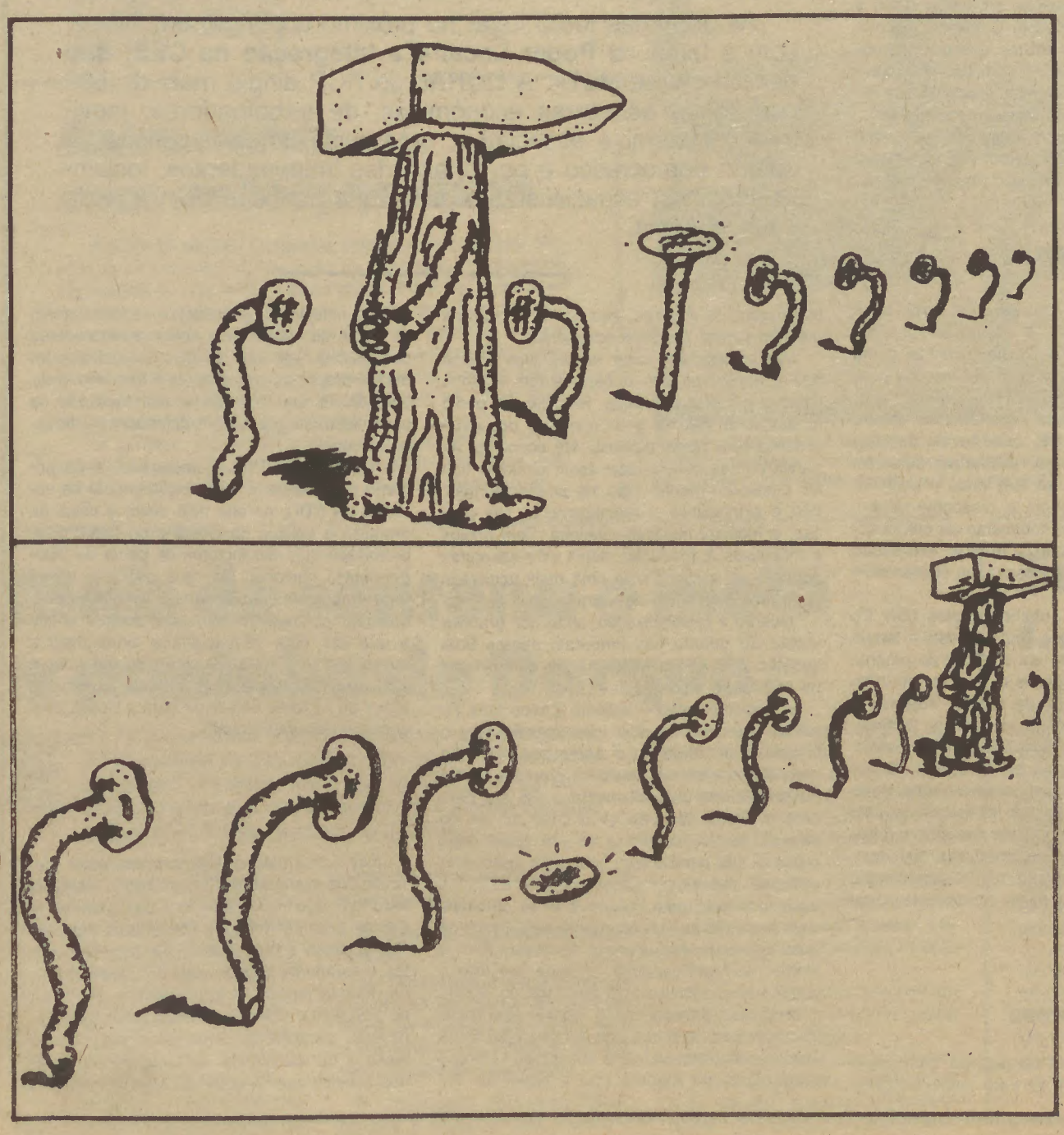
Hospital de Castelo Branco 32 mil contos... para jardins!

Seguindo os exemplos do aparelho governamental sediado em Lisboa, o anterior conselho de administração do Hospital de Castelo Branco também fez das suas...

Recentemente empossada, a actual administração viu-se obrigada a solicitar ao Director-Geral dos Hospitais um pedido de sindicância ao anterior elenco administrativo.

Da informação disponível destacam-se, pelo insólito, os 32 000 contos gastos em jardins, cerca, central telefónica e sinalização, num total de despesas discriminadas de 139 000 contos. A este delapidar do erário público em acções não prioritárias, quando o Hospital necessita de reapetrechamento nos **cuidados intensivos,** na **radiologia**, em estações de tratamento, na reorganização da consulta externa, etc., junta-se a situação anómala de haver um conjunto de 19 acções sem indicação da verba dispendida. Como se o fornecimento de bens e serviços para essas 19 acções fosse obra de anónimos beneméritos...

Sem pretender antecipar-se aos resultados da sindicância (que **em nossa opinião não poderá deixar de ter lugar**), nem avançar quaisquer juízos de valor, a Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP não pode deixar de relacionar este comportamento, no mínimo negligente, com o atoleiro de corrupção em que o Governo PSD mergulhou, com a cobertura de Cavaco Silva.
O Ministério de Beleza é apenas um exemplo...



Gazetilha

por Ignotus Sum

Banha de cobra

Disse a Beleza na televisão
que aqui, em Portugal, glória tamanha,
inda eram mais baratos do que em Espanha
os remédios da nossa perdição.

Disse-o para fingir que tem razão
no aumento dos preços em campanha.
Custam mais os remédios? Pois a manha
da tal ministra vem provar que não...

Conhecem-lhe a mentira e a falácia
os que tem de aviar-se na farmácia
não em Espanha, mas em terra lusa.

Baratos, os remédios? Mas que ronha!
Barato, só a falta de vergonha
banha de cobra que a ministra usa...

O biberão

Durante as eleições, Cavaco com deleite
por esse País fora andou e com carinho
prometendo horizontes claros para o vinho
para o arroz, também para a fruta e azeite...

Claro que não deixou de prometer ao leite
uns límpidos clarões ao longo do caminho.
Diz hoje o produtor: «Ah, como fui anjinho
afinal era tudo aquilo para enfeite...»

São as coisas, enfim, mais evidentes, hoje.
Governo não apoia e já o leite foge
para ser consumido em Espanha, aqui ao pé.

Enquanto o leite vai, fica o Governo quieto
comprometido como está no tal projecto
de preferir o biberão da CEE...

Comparação

Por baixo da parlenda demagógica
anedótica uma ave sempre voa.
Ele há coisas, enfim, que uma pessoa
só não ri porque o caso é patológico.

Disse um ministro, em transe fisiológico,
perfeitamente assente, e não à toa,
que a plantação do eucalipto soa
com um alvo político-ideológico...

Pois. O tal escrutínio anda na berra
porque esta nossa desprezada terra
quer defender-se quer viver sem mágoa.

Entre o eucalipto e Cavaco, triste
uma comparação perfeita existe:
ambos roubam à terra força e água!

Porcos

Eu cá devoro todos os jornais
passando dos mais grossos aos mais finos
passando dos subtis aos sibilinos
dos realistas aos sensacionais.

Esta notícia li num desses tais:
ultimamente aumentos intestinos
se notaram no número de suínos
com vastas consequências nacionais.

Eu, calado. «Pois quê! – diz-me um parente
Tu não te admiras? Ficas calmamente
sem reagir a tal notícia fria?»

Tornei-lhe: «Amigo, isso sabia eu já,
olha, e ainda mais porcos haverá
com um Governo de tanta porcaria...

A única ciência

Aumentam as tormentas e as afrontas.
É de Cavaco a única ciência
usar da autoridade e da violência.
Agora ataca o Tribunal de Contas!

Vistos? Está visto que são cousas tontas.
Governo quer-lhes a total ausência
pra não se complicar a «transparência»
das muitas punhaladas que estão prontas...

Certas palavras, sendo falso espelho,
lembram as artes de escaravelho
de que a memória há-de fazer registo.

Cavaco foge às contas da isenção
e não quer prestar contas. Pois então
terá de prestar contas também disso...

Agenda

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 798
13 de Abril de 1989
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PCP

Sábado

3.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP de **Portalegre**

● Centro Popular dos Trabalhadores de São Cristóvão, às 10 h

Edições do Departamento de Propaganda do PCP, documentos da CDU ou de sectores específicos do trabalho dos comunistas, são variadas as publicações, panfletos, desdobráveis e tarjetas que abordam importantes problemas nacionais, criticam a política governamental ou apresentam alternativas fundamentadas. Trata-se de lê-los. E de divulgá-los. Cada militante do PCP pode encontrá-los nos Centros de Trabalho do Partido

Sexta 14

● **COIMBRA**

Democracia e Comunicação Social: debate com a participação dos camaradas **Vítor Dias**, do CC, e **Santos Cardoso**, candidato ao Parlamento Europeu (1.º debate do ciclo «Coimbra e a integração na CEE») — 21.30 no Hotel Avenida.

● **LISBOA**

Portugal e a CEE: debate com a participação do camarada **Romeu do Rosário**, do CC, promovido pela CDU de **Marvila** — às 21.30 no Duriense (Quinta Marquês de Abrantes — B.º Chinês).

● **PORTO**

O Sector Financeiro e a CEE: debate promovido pela CDU/Porto com a participação de **Viriato Pina Moura**, candidato ao PE, **Carlos Pimenta, Fernando Oliveira** e **Octávio Teixeira**, deputado do PCP — no Hotel Tuela.

● **BRAGANÇA**

Visita de **Rogério de Brito**, deputado do PCP, ao distrito: visita ao complexo do Cachão e encontro, às 18.00, com a Comissão de Trabalhadores; debate público sobre **A agricultura portuguesa face à CEE** — às 20.30 na Escola Secundária de **Vila Flor.**

● **OVAR**

Plenário concelhio de militantes sobre as eleições para o PE e as autarquias locais — no CT.

Sábado 15

● **FIGUEIRA DA FOZ**

Debate sobre Pescas, com a participação de **Santos Cardoso,** candidato ao PE, e **Aleixo Brás**, do CC — às 15.00, na Casa dos Pescadores de **Buarcos.**

● **PORTO**

Assembleia da Organização dos Professores do Porto — na Cooperativa Árvore, a partir das 14.30.

● **VILA REAL**

Encontro de Quadros de Trás-os-Montes sobre as eleições para o Parlamento Europeu, com a participação do camarada **Rogério de Brito** — às 15.00.

● **LISBOA**

Assembleia da Organização do Sector da Saúde de Lisboa com a participação do camarada **Blanqui Teixeira** — no Centro de Trabalho Vitória, a partir das 10.00.

● **PÓVOA DE ST.ª IRIA**

II Assembleia da Célula de Solvay Portugal, com a participação do camarada **Júlio Filipe**, do CC – a partir das 15.00, na Quinta da Piedade

● **VILA FRANCA DE XIRA**

II Assembleia da Organização de S. João dos Montes — No Clube Recreativo de Sub-Serra, às 15.00

● **S. DOMINGOS DE RANA**

Plenário de militantes das células de **S. Domingos, Rana** e **Zambujal** — às 16.00, na colectividade «Unidos de Zambujal».

● **TORRES NOVAS**

«Conhecer as realidades, estudar os problemas» — encontro promovido pela CDU, às 15.00, na sala 6 da Biblioteca Municipal.

● **OEIRAS**

Plenário de militantes das células de empresa do concelho de Oeiras, para discussão da situação social e de problemas de organização e direcção — às 15.00, no Centro de Trabalho de **Algés**.

● **AVEIRO**

Confraternização distrital da CDU, com jantar — às 20.00, na «Taverna D. Carlos» (frente ao Hotel Imperial).

● **PORTALEGRE**

3.ª Assembleia da Organização Distrital — A partir das 10.00 no Centro Popular dos Trabalhadores de S. Cristóvão.

Domingo 16

● **VILA FRANCA DE XIRA**

II ASssembleia da Organização da Castanheira — às 15.00, no salão da Junta de Freguesia da Castanheira.

● **S. DOMINGOS DE RANA**

Plenário da CDU na freguesia — às 15.00, na Sociedade de Abóbada.

● **MIRA**

Debate sobre Pescas e Desenvolvimento, coma participação de **Santos Cardoso** e **Aleixo Brás** — às 10.00 na sede da Comissão de Melhoramentos.

● **SILVES**

3.as Jornadas Algarvias organizadas pela DORAL — no Restaurante D. Sancho I.

● **VIANA DO CASTELO**

1.ª Assembleia da organização distrital — a partir das 10.00 na Sociedade Instrução e Recreio Darquense.

Domingo

1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP de **Viana do Castelo**

● Sociedade Instrução e Recreio Darquense, às 10 h

3.as Jornadas Algarvias

Silves

(restaurante D. Sancho I, à entrada do castelo)

«Poder Local e integração na CEE: que desenvolvimento para o Algarve?»

Três painéis de debate:

- **Actividade económica e desenvolvimento do Algarve**
- **Fundos comunitários e desenvolvimento do Algarve**
- **Regionalização, Poder Local e desenvolvimento do Algarve**

Iniciativa da DORAL do PCP, com participação de deputados, sindicalistas, autarcas, técnicos e especialistas de vários sectores e actividades

ANTOLOGIA

ARES, *Cuba-in «Granma» de 2/4/1989*

Viva Charlot!

Assinalando o centenário do nascimento de Charlie Chaplin, a 16 de Abril, a RTP programou a exibição de algumas das suas obras maiores (sendo que «maiores» fez ele muitas outras). Ontem vimos «Luzes da Ribalta»; no fim de semana teremos **Charlot** — a integral da sua colaboração com a «Mutual», uma produtora a que esteve ligado em 1916-1917. Nesses dois anos, considerados dos mais fecundos da sua carreira, Chaplin concebeu, realizou e interpretou 12 curtas-metragens, entre as quais se contam algumas das suas obras-primas — casos de **O Emigrante** ou **Charlot na Rua da Paz**.

As cópias utilizadas (fruto de um trabalho de restauração recente) respeitam os enquadramentos, velocidades de projecção e montagem originais de Chaplin.

Chaplin, que era então «apenas» Charlot — o vagabundo que fez das primeiras gerações de espectadores de cinema os primeiros cinéfilos, e tem sido um denominador comum no apreço apaixonado de todas as gerações que se lhes seguiram. Talvez porque, no fundo, é uma espécie de alter ego de cada um de nós...

(Sexta, 21.50, RTP-1; sábado 14.05, RTP-1; Domingo, 15.20, RTP-1)

TV O Programa

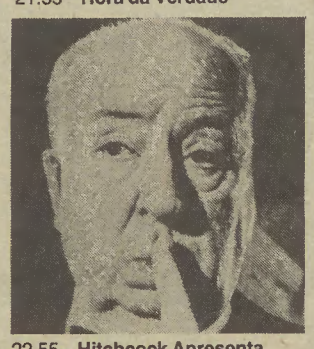
Quinta 13

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique** (98.° epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Um Anjo na Terra** (1.° epis.)
14.15 – **SAJ – Serviço de Auxílio aos Jovens** (Série – 4.° epis.)
14.40 – **No Mundo da Ciência**
15.05 – **Show Time Coast to Coast**
16.00 – **Os Roberts**
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Lugar de Encontro**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Falar Português**
20.20 – **Sassaricando** (18.° epis.)
21.20 – **Os Heróis da Esquadrilha** (Série – 4.° epis.)
22.25 – **Os Contos da Casa**
23.00 – **Deixem Passar a Música** – Marie Miriam
24.00 – **24 Horas**
00.30 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas** (188.° epis.)
15.25 – **O Grande Sertão: Veredas** (Repetição – 1.° epis.)
16.20 – **Primeiro Andamento**
16.55 – **Sinhá Moça** (38.° epis.)
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **A Malta de Bronx** (19.° epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Maude** (89.° epis.)
21.55 – **Hora da Verdade**



22.55 – **Hitchcock Apresenta**
23.20 – **Magazine de Música.**

Sexta 14

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Chateauvallon** (18.° epis.)
14.25 – **Imagem e Imagens**
15.05 – **The Beatles**
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Lugar de Encontro**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Falar Português**
20.20 – **Sassaricando**
21.20 – **Os Heróis da Esquadrilha** (Série – 4.° epis.)
22.25 – **Os Contos da Casa**
23.00 – **Deixem Passar a Música** – Marie Miriam
24.00 – **24 Horas**
00.30 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas** (188.° epis.)
15.25 – **O Grande Sertão: Veredas** (Repetição – 1.° epis.)
16.20 – **Primeiro Andamento**
16.55 – **Sinhá Moça** (38.° epis.)
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **A Malta de Bronx** (19.° epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Maude** (89.° epis.)
21.55 – **Hora da Verdade**

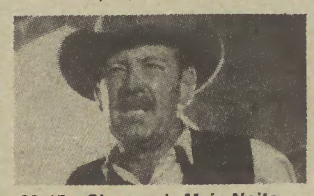
22.55 – **Hitchcock Apresenta**
23.20 – **Magazine de Música.**

Sábado 15

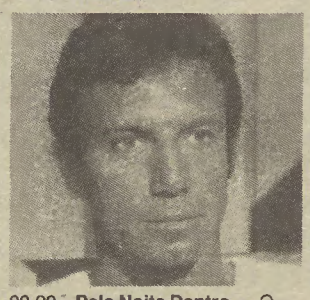
RTP1

09.00 – **Juventude e Família** – «Desporto e Ciência», «Era Uma Vez a Vida», «O Safari do João Valentão», «As Aventuras de Teddy Ruxpin», «Sebastião na CEE», «Get Smart»
11.55 – **Primavera em Viena**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Recordes Guiness**
13.35 – **Parlamento**
14.05 – **Sessão da Tarde** «Aventuras de Charlot» – i («Charlie Chaplin Cavalcade» – compilação). Real. de Charlie Chaplin

15.55 – **Vivamúsica**
16.45 – **Crime, Disse Ela**
17.25 – **No Tempo em que Você Nasceu**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.30 – **12.° Festival Mundial de Circo**
22.50 – **Pássaros Feridos** (6.° epis.)



23.45 – **Cinema da Meia-Noite** – «A Quadrilha Selvagem». Real. de Sam Peckinpah (EUA/1969, 134 min.).



00.20 – **Pela Noite Dentro** – «O Nome do Jogo». Real. de Stuart Rosenberg (EUA/1966, 100 min.).

RTP2

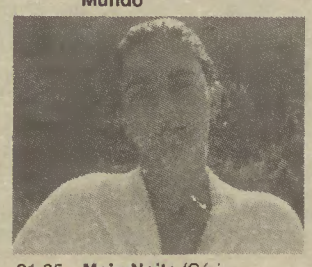
15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha!**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Giramundo**
18.00 – **Vestígios**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Troubles** (Série – 1.° epis.)
22.30 – **Século XX – A História de Hollywood** (6.° epis.)
23.10 – **Entre Barreiras**
23.40 – **Rotações.**

Domingo 16

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70×7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Fórmula 1** (Série 6.° epis.)

3.55 – **Viagem às Profundezas**
14.50 – **Primeira Matinée** «Festival Charlot» (compilação)
17.00 – **Clube Amigos Disney**
19.00 – **O Justiceiro**
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Alf, Uma Coisa do Outro Mundo**



21.25 – **Meia-Noite** (Série «Fados» – II)
22.15 – **Filmezinho**
22.20 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.30 – **Novos Horizontes**
13.50 – **Veterinário de Província**
14.45 – **Ontem e Hoje** (Série, 1.° epis.)
16.00 – **Troféu**
18.00 – **A Bela e o Monstro**
18.50 – **O Mundo em Extinção** (Série – 1.° epis.)
19.40 – **17 Obras de Grandes Autores-I** – «Rappaccini's Daughter», de Nathaniel Hawthorne
20.35 – **Lusitânia Expresso (1.° prog.)**

21.05 – **Artes e Letras** – Fernando Namora
22.00 – **Cineclube** – «O Rebelde da Irlanda». Real. de Douglas Sirk (EUA/1954, 91 min.)
23.35 – **O Som da Surpresa.**

Segunda 17

RTP1

09.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **O Império de Carson** (17.° epis.)
14.15 – **A Brigada Falcão** (série, 5.° epis.)
14.40 – **Pescadores** (série, 2.° epis.)
15.05 – **Canto Alegre** (selecção)
16.00 – **Os Roberts**
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Lugar de Encontro**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Falar Português**
20.20 – **Sassaricando**
21.20 – **Dirtwater Dinasty** (série, 1.° e 2.° epis.)
22.40 – **Portugal – Passado e Presente** (série, 2.° epis.)
23.30 – **24 Horas**
24.00 – **Remate**

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24-A. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. **Perversões**, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

Mosteiro dos Jerónimos. 3.ª, 4.ª, 5.ª, sáb. e dom. às 15.00; 6.ª e sáb. às 21.30. **Lusitânia**, adaptação de textos de Gil Vicente, enc. Guilherme Filipe, pelo grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. 6.ª, sáb. e dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Virgem Nunca Mais**, de Ary Fontoura e Júlio Dassaune, que também rigem.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutas**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro D. Maria II, Rossio – *Sala Garrett*. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Fausto, Fernando, Fragmentos** sobre textos de Fernando Pessoa, enc. Ricardo Pais.

Teatro D. Maria II – *Sala Gil Vicente*. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.3:. **África**, de Isabel Medina, enc. Luiz Filipe Costa.

Teatro Politeama, R. Portas Santo Antão. Diariamente às 19.00 **Final** de Samuel Beckett, enc. Mário Viegas. (até 16/4)

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

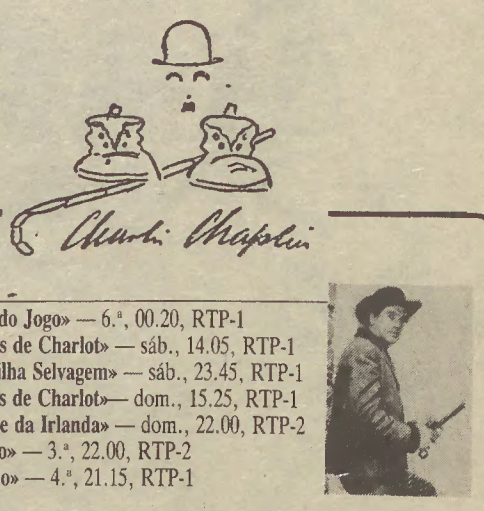
• *Para Crianças*

Comuna, Praça de Espanha — Sala 2. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Carcaças, Pedro I, Príncipe Bezerro**, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 — ao Calvário. Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Queria Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

• **PORTO**

Os Comediantes, R. Gonçalvo Cristovão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Possessos de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.



Filmes

«O Nome do Jogo» — 6.ª, 00.20, RTP-1
«Aventuras de Charlot» — sáb., 14.05, RTP-1
«A Quadrilha Selvagem» — sáb., 23.45, RTP-1
«Aventuras de Charlot»— dom., 15.25, RTP-1
«O Rebelde da Irlanda» — dom., 22.00, RTP-2
«O Espelho» — 3.ª, 22.00, RTP-2
«Terramoto» — 4.ª, 21.15, RTP-1

Música

Quinta
16.20, RTP-2: **Primeiro Andamento**
23.00, RTP-1: **Marie Myrien**

Sexta
15.05, RTP-1: **The Beatles**
19.00, RTP-2: **Music box**

Sábado
09.00, RTP-2: **Music box**
11.55, RTP-1: **Primavera em Viena**
15.55, RTP-1: **Vivamúsica**
20.00, RTP-2: **Music Box**

Domingo
09.00, RTP-2: **Music box**

Segunda
15.05, RTP-1: **Canto Alegre**

Terça
15.05, RTP-1: **Canto Alegre**
16.30, RTP-2: **Música**

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (00.30), 6.ª (23.40), 2.ª (24.00), 3.ª (24.00) e 4.ª (00.15)
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.40
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 16.00)
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.20
Basquetebol — RTP-2, sáb., 21.15
Voleibol — RTP-2, 2.ª, 18.00; 3.ª, 18.30
Futebol — RTP-2, 4.ª, 18.55

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Especial Desporto** — Voleibol
19.55 – **Os Intocáveis**
24.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Acerto de Contas** (Magazine de Economia)
22.00 – **Bailado** — «Noite Transfigurada» (Jiri Kylian/Schoenberg) e «Sinfonia de Salmos» (J. Kylian/Stravisky) pelo Nederlands Dans Theater

Terça 18

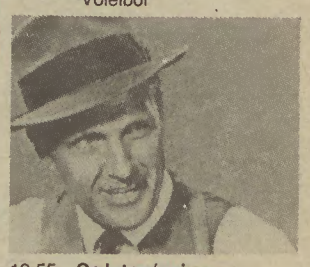
RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas** (19.° epis.)
14.15 – **Os Super Gatos**
14.40 – **Um Certo Sorriso** (2.° epis.)
15.05 – **Canto Alegre** — selecção)
16.05 – **Os Roberts**
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Lugar de Encontro**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.13 – **Falar Português**
20.20 – **Sassaricando**

21.00 – **Modelo e Detective**
22.00 – **Primeira Página**
22.55 – **Armadilhas** (2.ª epis.)
23.30 – **24 Horas**
24.00 – **Remate**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Século XX – A História de Hollywood** (repetição, 1.° epis.)
16.30 – **Magazine de Música**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com**
18.30 – **Especial Desporto** — Voleibol



19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Magazine de Cinema**
22.00 – **Cinemadois:** «O Espelho», real. Andrei Tarkovski (URSS/1974, 106 min.)

Quarta 19

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Fama** (39.° epis.)
14.15 – **Aventuras em Cítera** (3.° epis.)
14.45 – **O Homem e a Cidade** (série, 2.° epis.)
15.05 – **Gala do Príncipe de Gales**
16.00 – **Os Roberts**
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Lugar de Encontro**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Falar Português**
20.20 – **Sassaricando**
21.00 – **Vamos Jogar o Totobola**
21.15 – **Lotação Esgotada:** «Terramoto», real. Mark Robson (EUA/1974, 130 min.)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **O Aparecimento do Homem** (série, 5.° epis.)
18.55 – **Futebol** — Meias Finais das Taças Europeias
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Grande Sertão: Veredas** (6.° epis.)
22.30 – **O Som da Surpresa**

Cinema
A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Os Acusados	—	—	—	★★★
B	A Comissária	★★★★	—	★★★★	★★★
C	Encontro de Irmãos	—	—	★★★	★★★
D	Gente Estranha	★★★★	—	★★★★	★★★★
E	Um Peixe Chamado Wanda	—	★★★	★★★	★★★
F	O Turista Acidental	★★★★	—	—	★★★★
G	O Urso	—	—	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Jonathan Kaplan – **Amoreiras** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), **Fonte Nova** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), **Lisboa**.
B — Real. Aleksandr Askoldov – **Quarteto 2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).
C — Real. Barry Levinson – **Alfa 1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras 6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge** (15.30, 18.30, 21.30) – **Lisboa; Coliseu** (15.30, 18.00, 21.30) e **Pedro Cem** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Porto**.
D — Real. Andrei Konchalovsky — **King/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**.
E — Real. Charles Crichton — **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Fonte Nova** (14.15, 16,30, 18.45, 21.15) — **Lisboa**
F — Real. Lawrence Kasdan – **Amoreiras 7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) e — **Quarteto 1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
G — Real. Jean-Jacques Annaud – **Alfa 2** 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras 1** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), **Berna** (15.15, 18.00, 21.30), **Fonte Nova 1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Mundial 2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

...e ainda
Música, debates, etc.

Chaplin

A Cinemateca Portuguesa associa-se às comemorações do centenário de Chaplin promovendo na Fundação Gulbenkian uma sessão durante a qual serão exibidos «Opinião Pública», um quase inédito em Portugal (apresentado uma única vez, na sala da Cinemateca, em 1986) e uma curta-metragem inédita.

Esta sessão (no Grande Auditório, domingo, às 21.30) vai ter a presença de representantes de cinematecas de todo o mundo, e, decerto, de muitos «convidados especiais», pelo que ao espectador comum restará a esperança de que a Cinemateca promova outras sessões com o mesmo programa.

Mais cinema

O **ABC** continua (até Junho) a oferecer semanalmente filmes seleccionados, representativos do cinema europeu da última década.

Esta semana — 6.ª feira às 18.45, no Quarteto — exibe-se **Brasil — O Outro Lado do Mundo**, realizado por Therry Gilliam (Grã-Bretanha-Brasil/1984).

Na **Cinemateca** está no início um ciclo dedicado ao **cinema português**: «Dos Clássicos aos Novíssimos». Eis o programa e o respectivo calendário para os próximos dias:

hoje — às 18.30 **Os Lobos**, de Rino Lupo (1923) e às 21.30 **Cerromaior** de Luís Filipe Rocha (1981);

sexta-feira — às 18.30 **O Taxi N.º 9297**, de Reinaldo Ferreira (1927) e às 21.30 **Repórter X**, de José Nascimento (1986);

sábado — às 15.30 **Relação Fiel e Verdadeira**, de Margarida Gil (1987), às 18.30 **Uma Rapariga no Verão**, de Vítor Gonçalves (1986), e às 21.30 **Agosto**, de Jorge Silva Melo (1988).

Em **Coimbra** decorre até 2.ª feira a **Semana do Cinema Soviético** recentemente apresentada no Quarteto, em Lisboa. As sessões realizam-se às 21.30 no Teatro Gil Vicente.

Música

Na próxima sexta-feira às 18.30 apresenta-se no Grande Auditório da Gulbenkian, para um único concerto, o pianista **Yefim Bronfman**, que interpretará obras de D. Scarlatti, Brahms e Chopin.

Também organizado pela Fundação Gulbenkian mas na **Sé Patriarcal** terá lugar no domingo às 16.30 um recital com a organista **Marie Claire Alain**, que interpretará peças de J.S. Bach, Cesar Franck, Couperin, entre outros. Bilhetes (na Sé) a 350$00.

Bailado

Na quarta-feira, dia 19, às 21.30, o Ballet Gulbenkian estreia um novo programa — que é, aliás, uma estreia mundial absoluta. Trata-se de **As Bodas**, coreografia de Christopher Bruce para a partitura de Stravinsky. São intérpretes o Ballet Gulbenkian e ainda o Coro Gulbenkian e cantores solistas e os pianistas Tania Achot, Olga Prats, João Paulo Santos e Nuno Vieira de Almeida. Direcção de Jorge Salavisa, direcção musical do maestro Michel Swierczewski.

Os espectáculos seguintes realizam-se nos dias 20 às 18.30, 21 às 21.30 e 22 às 16.00. Bilhetes: de 450$00 a 750$00.

Alpiarça em festa

Um preenchidíssimo programa comemorativo do 75.º aniversário da criação do concelho de Alpiarça, em curso, tem esta semana um ponto alto com várias manifestações especialmente dirigidas à juventude, que além de tudo o mais vai ser presenteada com o seu Centro da Juventude — uma obra da Câmara, a inaugurar na sexta-feira à noite.

Mas outros pontos altos são os espectáculos anunciados: o de **Lena d'Água** na sexta à noite, no recinto da feira, e o dos **Trovante** no mesmo local, no domingo à noite. No sábado à tarde estarão lá os **Onda Choc**, num espectáculo que será antecedido pelo Festival dos Pequenos Cantores de Alpiarça.

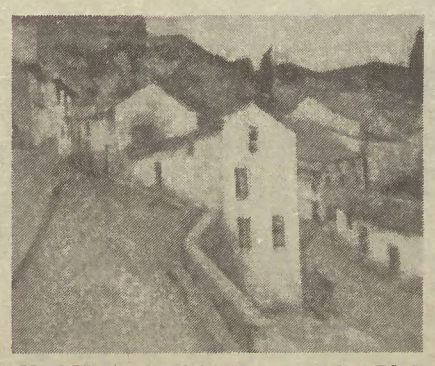
Outras iniciativas comemorativas estão previstas para os últimos dois sábados do mês.

Tempo
Fim de Semana

Previsão do Instituto Português de Meteorologia e Geofísica.

Céu muito nublado ou encoberto, vento sudoeste moderado, por vezes forte. Períodos de chuva e aguaceiros. Possibilidades de trovoadas.

Maria de Lourdes de Mello e Castro, *na Gulbenkian*



Abel Manta, Mário Eloy e Espiga Pinto *na Câmara Municipal de Alpiarça*

Exposições...

• LISBOA

Alberto Gordillo – «Do Metal à Transparência», jóias. Museu do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Paço do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Ana Aragão – Pintura. Palácio dos Corucheus, R. Alberto Oliveira (Alvalade) (até 13/4).

Artes de Fogo e Criação em Porcelana – Peças decorativas e utilitárias. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2.ª a 6.ª das 9 às 20 (até 28/4).

«Caseirão – Pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb., das 14 às 20 (até 22/4).

«Cinco Séculos de Comunicação» (Da malaposta ao telégrafo; as novas tecnologias nas telecomunicações) – Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo.

Colectiva «Eros», pintura, gravura, cerâmica, escultura. Gal. O Outro Lado do Espelho, Rua Dr. Alfredo Costa, 14. De 3.ª a 6.ª, das 10 às 14 e das 15 às 19, sáb. e dom. das 15 às 19 (até 26/4).

Colectiva de desenho. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30 (até 13/4).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

Colectiva de pintura, desenho e escultura de um grupo de alunos da ESBAL: «Debaixo da Ponte». Junta de Freguesia de Alcântara (até 21/4).

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» – Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Cruzeiro Seixas – Pintura. Gal. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14 (até 24/4).

Eduardo Pedroso – Gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro, 4. De 2.ª a 6.ª, das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 24/4).

2.ª Exposição Nacional de Arquitectura – Anos 80 – Sociedade Nacional de Belas Artes, R. Barata Salgueiro (até 25/4).

Filipe Rocha da Silva – Pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian (até 16/4).

Glória Elena (México) – Pintura. Gal. João Hogan/Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 22; sáb. das 15 às 18 (até 15/4).

Helena Meneses – Pintura. Gal. Palma, Calç. da Palma, 6 (até 21/4).

Isabel Laginhas – Pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 20; sáb. das 15 às 19 (até 15/4).

João Ayres – Pintura. Gal. Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12 às 23 (até 22/4).

João Fragoso – Pintura e escultura. Gal. Ara, C. C. Ibersil, Av. Liberdade, 32 (até 17/4).

Jorge Martins – Tapeçaria e escultura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências.

Julião Sarmento – Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb., das 15 às 20 (até 22/4).

Júlio Resende – Óleos (Retrospectiva 1946-1988). Galerias de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª, das 10 às 17, sáb. e dom., das 14 às 17.

Kika Costa Campos – Tapeçaria. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 15/4).

Leonor Veiga – Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 3/5).

Manfred Hamm – «Técnica Morta», fotografia. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 37. De 2.ª a 6.ª, das 9 às 13 e das 14 às 18 (até 21/4).

Maria do Carmo Moura Nunes – Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom.

Maria Emília Fernandes – Pintura. Gal. Multiface, CC Gemini (até 14/4).

Maria Gabriela – Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A (até 29/4).

Maria de Lourdes Mello e Castro – Desenho e Pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian (até 17/4).

Nuno San-Payo – Pintura. Galeria Fonte Nova, Loja 72 (até 16/4).

Paiva Raposo – Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 22/4).

Paul Ashurst – Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb., das 10 às 19 (até 29/4).

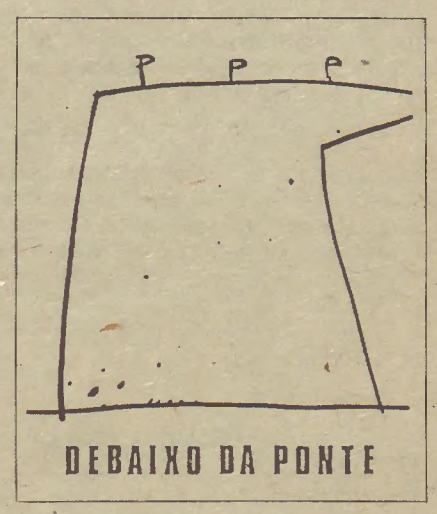
René Lalique, ourives e joalheiro – Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Sá Nogueira – Pintura e aguarelas. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111. De 2.ª a 6.ª das 14 às 19 (até 15/4).

Toulouse-Lautrec – Desenhos e aguarelas (Colecção Tapié de Celeyran. Museu Nacional de Arte Antiga, Janelas Verdes.

Traje popular nos arredores de Braga – Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4.

Vítor Ribeiro – Escultura. Gal. 111, Campo Grande, 113 (até 24/4).



Alunos da ESBAL *na Junta de Freguesia de Alcântara*

• PORTO

Gil Teixeira Lopes – Pintura e escultura. Gal. EG. Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15 às 20.

José de Guimarães – Serigrafia. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb., das 16 às 20 (até fim de Abril).

Júlio Resende – Aguarelas (Retrospectiva). Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris.

Tàpies – Pintura, gravura, litografia. Gal. Fluxus, R. Rosário, 125-129 (até 13/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

«Dos Modernistas aos anos sessenta» – colectiva de desenhos de Viana, Souza-Cardoso, Carvalhais, Manta, Almada, Barradas, Pavia, Pomar, entre outros. Galeria Municipal de Arte. De 3.ª a dom. das 15 às 23 (10/4) ALMADA.

A Terra e o Homem – «A paisagem e o mundo rural na pintura contemporânea portuguesa», com obras de acervo do CAM da Gulbenkian. Até 2/5, Câmara Municipal ALPIARÇA.

João Duarte – Escultura. Galeria dos Patudos (Casa Museu dos Patudos) ALPIARÇA.

Colectiva (Colecção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Manuel San Payo – Pintura. Gal. Vértice, Av. Eng. A. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 14 às 19 (até 26/4).

Maria Keil – Pintura (anos 40-80). Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 16/4) COLARES.

Chichorro – Pintura. Gal. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B (até 14/4) COSTA CAPARICA.

Silvina Jerónimo – «O Fogo, a Cidade e os Desejos», pintura. Galeria do Centro Cultural da Damaia, Rua Duarte Pacheco Pereira, 19-A. De 2.ª a 6.ª das 17 às 20.30, sáb. das 15 às 20 (aé 28/4) DAMAIA.

Margarida Tengarrinha – Pintura e desenho. Gal. Mercado de Escravos. Das 14 às 20 (até 15/4) LAGOS.

Louro Artur – Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE

«Artistas Africanos» – Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª, das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de SANTIAGO DO CACÉM.

Júlio Pomar – Desenho. R. José Luís de Andrade, 139 (até 12/4) SANTO TIRSO.

Luís Andrade – Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14 SINTRA.

Colectiva de pintura – Gal. Neupargama, R. Mig. Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª, das 14 às 20, sáb., das 10 às 13 e das 16 às 19, TORRES VERDAS.

a TV

Se não é imoralidade, então o que é?

Dois acontecimentos agitaram na semana passada a cena, geralmente tão sossegada, da televisão. O primeiro foi a entrevista com a ministra Beleza. O segundo foi o debate na rubrica «Parlamento».

No que respeita ao primeiro, pode dizer-se que se transformou numa transbordante demonstração de métodos de governação totalmente condenáveis. Beleza pode ser a de mais garganta; mas a defender-se a si e a outros foi de uma extrema fragilidade. Parecia uma pequena mimenta, a querer fazer valer a sua birra...

Só que o que estava em jogo não era uma simples birra, mas toda uma filosofia de governação, toda uma metodologia de moralidade pública, todo um comportamento político. E da entrevista, a ministra da saúde não saiu chamuscada: saiu em cinzas. Tal entrevista constituiria o ponto final de uma carreira, se um pouco de sensatez pudesse controlar a violência da ambição.

Um dos pontos mais quentes foi a relação mencionada entre a pressa da inauguração do hospital de S. Francisco Xavier e as eleições que se realizariam daí a dias. Pressa que levou a uma inauguração pouco menos que fictícia e a uma despesa de 40 mil contos em propaganda de raiz política. Aqui, Beleza respondia que não era propaganda, mas sim publicidade. Curiosamente, publicidade a serviços que, na sua máxima força, só existiam na imaginação da ministra. Ficou claramente à mostra que se usavam dinheiros públicos na cobertura de objectivos partidários.

E se isto não é imoralidade, que outra expressão devemos usar?...

Afagar, afogar-se

O segundo debate foi de uma extrema violência, na pouquidão da sua meia-hora. Poucas vezes, que me lembre, o Goyerno de Cavaco Silva foi sujeito a uma denúncia mais cabal, mas categórica.

Três deputados participavam nele: Vieira Campos, do PSD, João Cravinho, do PS, e Octávio Teixeira, do PCP.

Ao deputado do PSD cabia a tarefa de defender o «seu» Governo. Mas a tarefa logo se viu quanto era ingrata, e a defesa... indefensável, quando Octávio Teixeira interveio. Tratou-se de uma peça importante que só a falta de espaço me impede de transcrever na íntegra. Depois dela, a jarra do Governo ficou feita em cacos incoláveis...

Octávio Teixeira e João Cravinho puseram a nu a intenção do Governo de, sendo fiscalizável, desejar fiscalizar... quem o fiscalize!

O Governo pouco se está ralando que os nove juízes do Tribunal de Contas condenem, unanimemente, o projecto do Governo. Candidamente (?) Vieira de Campos considerava a posição dos juízes como, e apenas, respeitável opinião. Octávio Teixeira queria saber até que ponto o parecer de um órgão de soberania poderia ser apenas uma opinião. E não ficou esclarecido. Nem ele, nem ninguém. Porque era impossível justificar como simples opinião as palavras de extrema gravidade que os juízes do Tribunal de Contas, dirigiram, em carta, à Assembleia da República.

Estas e outras acções do Governo de Cavaco Silva enquadram-se na estratégia para a destruição da democracia da qual apenas restaria (se restassem...) os aspectos formais.

E chegados aqui, um simples cidadão como o autor destas linhas, espanta-se da duplicidade de atitudes de forças políticas que, com a mão esquerda, arranha a face de Cavaco e, como a direita afaga...

...Afaga — e afoga-se.

Que bom coração!

Naquele **Jornal das 9** viu-se algo que nem sequer provocaria grande alarde, tão vulgar vai sendo neste país onde tanto se quer bem aos direitos humanos.

Aquele caso de 13 famílias (entre as quais uma criança de um mês!) desalojadas em Lisboa e que dormiam na via pública.

A câmara fixou alguns dos seus depoimentos. Diziam que o Governo nada fizera por eles, que estavam inclusive dispostos a pedir auxílio às embaixadas estrangeiras. Um grito lancinante: «Estamos a ser tratados pior que lixo...»

Alguém viu a reportagem e ficou tão impressionado que **imediatamente** resolveu o problema daquelas famílias. Essse alguém chama-se Cavaco Silva. De uma penada, arranjou casas para todos. Boa alma, bom coração, espírito nobre! E a televisão não deixou passar o facto em claro. Está claro...

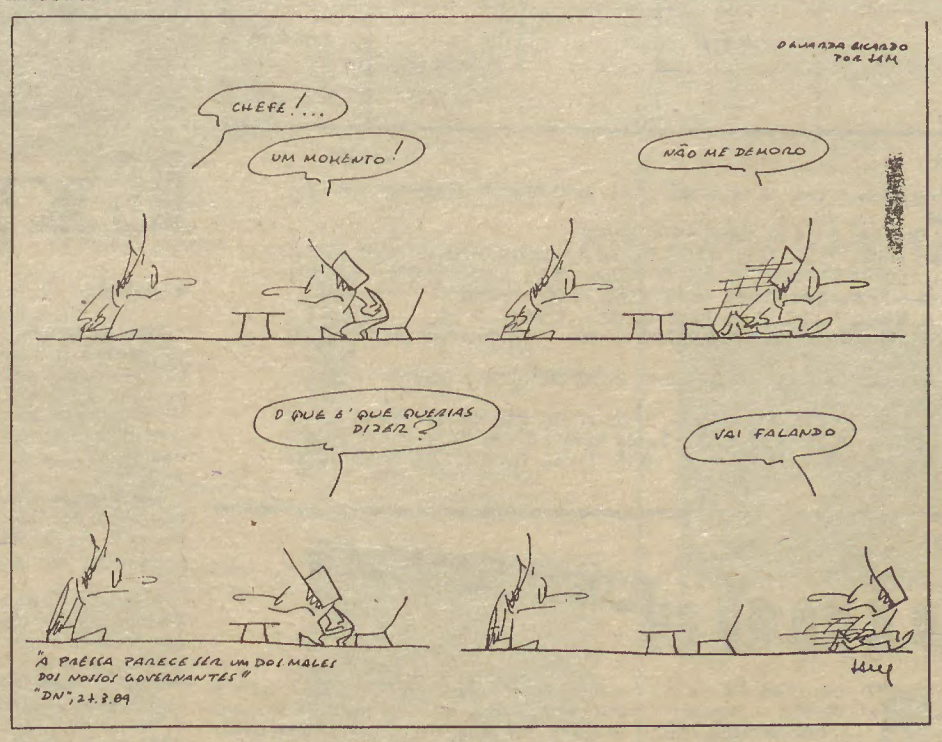
E aqui está como em Portugal se resolve o problema da habitação: com excessos de demagogia...

■ *Ulisses*

Síntese semanal da IMPRENSA

Os jornais lêem Cavaco

Bem, o homem confessou, e isso tem que ser atenuante. Ele não lê muito jornais, não é dado a essas coisas. Mas os jornais **lêem-no**, falam dele, da governação dele, do partido dele. Aqui fica uma amostra.



(«Diário de Notícias», 11 de Abril)

Família em beleza

«Leonor Beleza entregou nos primeiros meses de 1985 uma importante campanha de publicidade da Secretaria de Estado da Segurança Social a uma desconhecida agência, de que o seu marido era sócio há poucos meses e que um irmão fundara dois meses antes de ela entrar para o Governo. Amândio de Azevedo, então ministro da Segurança Social disse ao "Europeu" que aprovou a campanha, mas que "desconhecia" a pertença da agência a familiares de Beleza. Se o soubesse, acrescentou, a sua posição teria sido a mesma, desde que a agência "fosse de facto a mais qualificada para o efeito". O antigo ministro, disse também que não se recorda se o negócio foi sujeito a concurso público ou não.»

(«Europeu», 11 de Abril)

Macedo em animosidade

«O PSD decidiu expulsar Carlos Macedo do partido, em reunião do Conselho de Jurisdição Nacional que se prolongou até às três horas da manhã do passado sábado, segundo noticiou ontem a Rádio Renascença.

A carta que comunica a decisão da sua expulsão só ontem seguiu para o seu destino, pelo que Carlos Macedo ainda não tomou conhecimento oficial da mesma. Instado por aquela emissora a reagir à notícia, Carlos Macedo escusou-se a tecer quaisquer comentários enquanto não lhe fosse comunicada a decisão. E acrescentou: "Após ter comunicação partidária, vou fazer comentários e vários".

Toda esta "animosidade" gerada no seio do PSD acerca do médico e deputado Carlos Macedo encontra justificação numa entrevista por ele concedida ao semanário «O Independente», na qual teceu severas críticas à política que vem sendo preconizada pela ministra da Saúde, Leonor Beleza, tendo mesmo sugerido ao primeiro-ministro, Cavaco Silva, que demitisse Leonor Beleza. Após a publicação desta entrevista, foi mandado instaurar um processo a Carlos Macedo pelo Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, o qual determinava a sua suspensão de militante do partido e da sua condição de deputado.»

(«Correio da Manhã», 11 de Abril)

900 milhões num buraco

«O Governo enganou-se em 900 milhões de dólares. Em Outubro de 1988 o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, disse que o valor da Balança de Transacções Correntes teria um "superavit" de 500 milhões de dólares.

Hoje, o Governo constata e reconhece que a mesma Balança de Transacções Correntes regista não um "superavit", mas um défice de 400 milhões de dólares, um buraco de 900 milhões de dólares (130 milhões de contos) entre dois cálculos separados entre si por 6 meses.

Conceituados economistas estranharam e criticaram que o Governo baseasse as suas projecções em dados do Instituto Nacional de Estatística que são sujeitos a correcções mensais. É a utilização desses mesmos dados do INE que explica esta discrepância grave: os novos números apresentados pelo Instituto após correcção estavam tão distantes dos inicialmente lançados, durante o ano passado, que o ajustamento dos dados dos oito primeiros meses de 88 revelou afinal uma duplicação do défice comercial.

A correcção aos primeiros números de 88 — em que o Governo baseava as suas projecções — é apresentada pelo INE como "normal", dado o sistema de recolha de informação inicial tender a favorecer as contas externas.

Esta revisão das expectativas não foi só efectuada pelo Governo. Também o Banco de Portugal avançou em meados de 88 com um valor previsional para a Balança de Transacções Correntes de 550 milhões de dólares de excedente.

Neste momento coloca-se a questão de também os novos dados poderem sofrer novas correcções, agravando mais uma vez o défice da Balança em causa. O INE realiza correcções mensais dos dados já lançados e, em princípio, os dados finais do ano passado só estarão disponíveis em Junho deste ano.»

(«Semanário», 8 de Abril)

Eduíno aos saltos

«Ultimamente em foco como testemunha no julgamento do assassinato do seu guarda-costas do PCP(ML), Eduíno Vilar deu agora um salto importante na sua carreira dentro do PSD, para onde entrou há seis anos pela mão de Mota Pinto. Acaba de ser eleito, após penosos esforços da Oposição, para a direcção da Secção de Benfica daquele partido, integrando, segundo fonte ouvida pelo "T&Q", a menos cavaquista das listas que se apresentaram a sufrágio. Por este andar, lá para o ano 2000 já o homem estará na Comissão Política. Pelo menos...»

(«Tal e Qual», 7 de Abril)

«Cavaco aparece em Fátima a 13 de Maio»

«O Primeiro-Ministro estará em Fátima no dia 13 de Maio para inaugurar um centro para deficientes profundos sendo provável que, a título particular, aproveite para participar na peregrinação — disse ontem à Lusa uma fonte governamental.

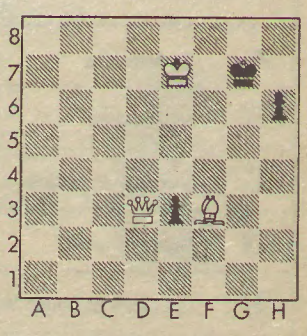
É possível que aproveite a circunstância de no dia da inauguração do centro se realizar a peregrinação para «como cristão que é, e católico», nela participar a título privado — explicou ainda a fonte da Lusa.

"É mais do que provável que o Primeiro-Ministro vá à peregrinação, embora a título pessoal" — acrescentou a fonte governamental.»

(«o diário», 11 de Abril)

Xadrez

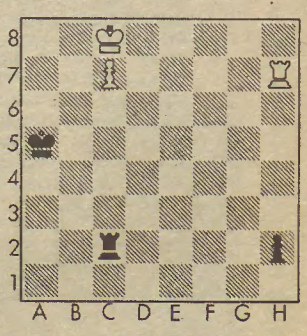
CXCVIII – 13 de Abril de 1989
Proposição n.º 198-A
Por: F. Palatz
«La Vie Rennaise«, 1931
3x3



Mate em 3 lances

***

Proposição n.º 198-B
Por: Emmanuel Lasker
«D. Wochenchach», 1899
3x3



Jogam as brancas e ganham

***

Solução do n.º CXCVIII

N.º 198-A (F.P.) 1. Df5, é2; **2.** Bé4, él=D; **3.** Dh7++ **1.**..., h5; **2.** Bé4, Rh6; **3.** Dg6++

N.º 198-B (E.L.): 1. Rb7, Tb2+; **2.** Ra7, Tç2; **3.** Th5+, Ra4; **4.** Rb7, Tb2+; **5.** Ra6, Tç2; **6.** Th4+, Ra3; **7.** Rb6, Tb2+; **8.** Ra5, Tç2; **9.** Th3+, R Joga; **10.** T: h2 e ganha!

(**Se: 7.** ..., Rb3; **8.** Rb7).

A. de M. M.

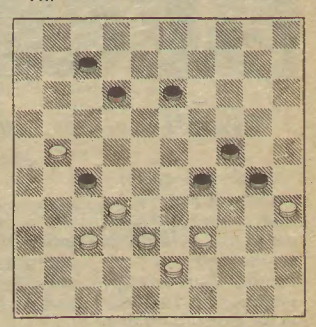
Damas

CXCVIII — 13 de Abril de 1989

Proposição N.º 198

Por: W. Muliar
1969

7x7

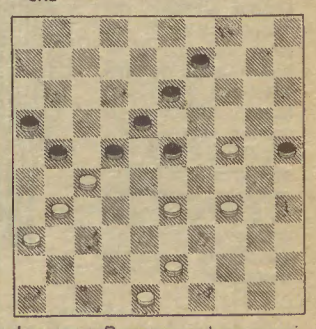


Jogam as Brancas e ganham

***

Golpe N.º 198
Por: Matra
Bordéus, 17-VI-1978

8x8



Jogam as Brancas e abrem caminho para a Dama

***

Soluções do N.º CXCVIII

Miniatura N.º 198 (W.M.): 39--34 (30x48=D); 35-30 (48x17); 30:8 (11x3); 32:1=D+

Golpe N.º 198 (M.): 24-20 (25x14) [**Se:** (21x32); 31-26 (25x14)...+}; 34-30 (21x32); 33-28 (22x33); 43-38 (32x43) ou (33x42); 48x10 B+

A. de M.M.